

ENERGIAS RENOVÁVEIS E REPRESÁLIAS

Defensores em risco na transição para a energia verde no Brasil, Honduras, Moçambique e Filipinas.

Relatório #103

**SWED
WATCH**

A Swedwatch é uma organização independente, sem fins lucrativos, que trabalha para apoiar os detentores de direitos em seus esforços para reivindicá-los e para promover práticas comerciais responsáveis, destacando e abordando seus impactos sobre as pessoas e o planeta. O trabalho da Swedwatch é fundamentado em pesquisas e estudos minuciosos que formam a base de publicações baseadas em evidências e conhecimento, diálogo, desenvolvimento de capacidade e facilitação de intercâmbio.

A Swedwatch tem seis organizações associadas: Afrikagrupperna, ACT Igreja da Suécia (ACT Svenska kyrkan), Diakonia, Fair Action, Solidariedade Suécia-América Latina (Latinamerikagrupperna) e Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (Naturskyddsföreningen).

Este relatório foi elaborado pela Swedwatch com a contribuição do Instituto Terramar, Rede de Abogadas Defensoras de Direitos Humanos, Movimento do Popular do Rio Jalaur (JRPM), Afrikagrupperna, ACT Igreja da Suécia, Diakonia, Solidariedade Suécia-América Latina e Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza. Estas organizações corroboram as mensagens contidas no relatório.



People
Change
the World

Diakonia



Naturskyddsföreningen

Além disso, a Justiça Ambiental! (JA!) participou nas entrevistas.

A Swedwatch agradece sinceramente a todos os participantes por compartilharem generosamente seu tempo e suas percepções durante as entrevistas e durante todo o processo de desenvolvimento deste relatório.

Foto da capa: Instituto Terramar

Diagramação: Matilda Lööv

Ilustradora: Josefin Herolf

Edição: Alice Blondel

Publicação: April, 2025

Tradução: Språkservice

ISBN: 978-91-88141-48-4

Esta tradução é fornecida apenas para fins informativos. No caso de qualquer inconsistência ou divergência entre esta tradução e a versão original em inglês, a versão em inglês deverá ser considerada a autoridade e prevalecerá. Nenhuma responsabilidade é assumida por quaisquer erros, omissões ou interpretações incorretas resultantes da tradução.

Este relatório foi financiado pelo Governo da Suécia. A responsabilidade pelo conteúdo é inteiramente dos criadores. O Governo da Suécia não partilha necessariamente as opiniões e interpretações aqui expressas.



Conteúdo

Resumo executivo.....	6
Recomendações	8
1. Introdução	12
Metodologia.....	13
2. A transição energética.....	15
O setor de energias renováveis.....	15
Os papéis e os direitos dos defensores.....	17
3. Países de alto risco para os defensores na transição para a energia renovável	22
Crescimento da energia renovável e risco do espaço cívico	23
4. Estudos de casos	37
Caso 1. Energia hidrelétrica em Moçambique: Falta de acesso à informação no projeto hidrelétrico de Mphanda Nkuwa	38
Caso 2. Energia solar em Honduras: protestos da comunidade e conflitos legais em torno do projeto solar norueguês.....	46
Caso 3. Energia eólica no Brasil: Consulta insuficiente às partes interessadas.....	54
Caso 4. Energia hidrelétrica nas Filipinas: marcação vermelha e perseguição de defensores no projeto multiuso do rio Jalaur	62
5. Conclusão.....	69
Apêndice: Arcabouços internacionais para a proteção dos defensores dos direitos humanos nos setores empresarial e ambiental.....	71
Notas finais	76

Conteúdo

Caixa 1. Terminologia — uma transição justa	15
Caixa 2. Tendências globais de energia renovável segundo a Agência Internacional de Energia	16
Caixa 3. Definição de defensores de direitos humanos	18
Caixa 4. Liberdades civis	19
Caixa 5. Compromissos da política de direitos humanos no setor de energia renovável.....	20
Caixa 6. Classificação CIVICUS.....	22
Caixa 7. Espaço cívico em Moçambique	40
Caixa 8. Como as empresas devem “tomar as medidas apropriadas” segundo os PONU?	45
Caixa 9. Espaço cívico em Honduras	48
Caixa 10. Programa de proteção dos defensores dos direitos humanos.....	55
Caixa 11. Espaço cívico no Brasil.....	57
Caixa 12. Espaço cívico nas Filipinas	64
Figura 1. Participação da geração de eletricidade renovável por tecnologia.....	16
Figura 2. Várias formas de ataques contra defensores em projetos de energias renováveis	21
Figura 3. Os 20 principais países/áreas por capacidade potencial de parques eólicos (MW) e sua condição de espaço cívico.....	30
Figura 4. Os 20 principais países/áreas por capacidade potencial de parque solar em megawatts (MWac) e sua condição de espaço cívico.....	32
Figura 5. Localização do projeto Mphanda Nkuwa.....	39
Figura 6. Localização do projeto Los Prados.....	46
Figura 7. Localização do projeto Bons Ventos	55
Figura 8. Localização do projeto multiuso do rio Jalaur	62
Quadro 1. Os 20 principais países/áreas por capacidade potencial de parque eólico em megawatts (MW) e sua condição de espaço cívico.....	26
Quadro 2. Os 20 principais países/áreas por crescimento da capacidade dos parques eólicos (prospectivo/operacional)e sua condição de espaço cívico	28
Quadro 3. Os 20 principais países/áreas por capacidade potencial de parque solar em megawatts (MWac) e sua condição de espaço cívico.....	34
Quadro 4. Os 20 principais países/áreas por crescimento de capacidade de parque solar (prospectivo/operacional) e sua condição de espaço cívico.....	35



A energia hidrelétrica é uma forma de energia renovável bem estabelecida, ao passo que as energias solar e eólica têm aumentado suas participações na produção total de energia renovável nas últimas duas décadas. Veja a Figura 1.

Do iStock.

Resumo executivo

Para limitar o aquecimento global a 1,5°C, a capacidade de produção de energia renovável deve triplicar até 2030, com 90% da eletricidade proveniente de energias renováveis até 2050. Este relatório examina os desafios enfrentados pelos defensores dos direitos humanos e do ambiente no setor de energias renováveis em rápido crescimento (1. Introdução, p. 12). O caráter de uso intensivo da terra dos projetos de energia renovável pode, muitas vezes, causar impactos adversos sobre os direitos humanos e exacerbar as tensões com as comunidades locais, especialmente quando os projetos afetam negativamente o meio ambiente local, ou o acesso aos meios de subsistência e aos recursos naturais dos quais as comunidades dependem (2. A transição energética, p. 15).

As conclusões da Swedwatch, baseadas numa análise dos pontos cruciais das energias renováveis e das condições do espaço cívico nesses países, bem como em entrevistas com defensores em quatro países, revelam que:

- Os defensores desempenham um papel fundamental não só na transição para a energia verde, mas também numa transição energética justa, em que os direitos humanos sejam incluídos nos esforços para reduzir as emissões de carbono. As restrições e os ataques aos defensores limitam os seus direitos e liberdades civis e, simultaneamente, dificultam os esforços para defender os direitos das comunidades afetadas pelos projetos de energias renováveis. Além disso, os obstáculos ao trabalho dos defensores bloqueiam também os esforços de transparência, as avaliações de impacto, o acesso à informação e dificultam a implementação e a supervisão eficazes dos projetos de energias renováveis.
- A rápida expansão das energias renováveis terá lugar, em grande medida, em países de alto risco para os defensores na transição para a energia renovável, onde:
 - Estima-se que mais da metade da capacidade potencial total de parques eólicos do mundo e mais de dois terços da capacidade potencial de parques solares ocorram em países com espaço cívico obstruído, reprimido ou fechado.
 - Dezesesseis dos 20 principais países em capacidade prospectiva de parques solares e dez dos 20 principais países em capacidade prospectiva de parques eólicos restringem severamente o espaço cívico.
 - Vários dos principais países na transição energética também têm as taxas mais altas de assassinatos de defensores, incluindo o Brasil e as Filipinas em relação à capacidade prospectiva de parques eólicos, e o Brasil, as Filipinas, a Colômbia e o México em relação à capacidade prospectiva de parques solares.
 - O rápido crescimento da capacidade dos parques solares em áreas de alto risco e de conflito, como a República Democrática do Congo (RDC), que tem a terceira maior percentagem de crescimento prospectivo da capacidade dos parques solares, levanta questões urgentes sobre a necessidade de sensibilidade a conflitos em projetos de energia renovável.
- Em quatro estudos de caso, os defensores de Moçambique, Honduras, Brasil e Filipinas descreveram restrições às liberdades cívicas básicas e riscos de ataques

verbais, legais ou físicos violentos quando relatam os impactos dos projetos de energias renováveis.

- Em Moçambique, (p. 38) defensores afirmaram que avaliações inadequadas de impactos sociais e ambientais, falta de transparência, juntamente com ameaças e a obstrução de reuniões de defensores marcaram o planejamento do projeto da hidrelétrica de Mphanda Nkuwa.
- Em Honduras, (p. 46) mulheres defensoras dos direitos humanos criticaram operadores comerciais por usarem SLAPP (ações judiciais estratégicas contra a participação pública) contra defensores que criticaram o projeto de energia solar Los Prados. Além disso, os membros da comunidade envolvidos em protestos supostamente enfrentaram vigilância e repressão por parte da equipe de segurança, enquanto os defensores declararam estarem sujeitos a campanhas de difamação na mídia.
- No Brasil (p. 49), o projeto de energia eólica Bons Ventos não incluiu adequadamente nas consultas públicas as comunidades afetadas, incluindo grupos marginalizados, comunidades pesqueiras tradicionais e quilombolas, segundo as entrevistadas.. As ameaças e a violência contra os defensores aumentaram nos últimos anos, o que fez com que permanecessem anônimos durante as entrevistas, por medo de represálias.
- Nas Filipinas (p. 62), defensores indígenas das comunidades de Tumandok foram supostamente ameaçados, assediados e mortos quando a polícia nacional, e as forças armadas invadiram suas comunidades depois que líderes comunitários criticaram o projeto multiuso do rio Jalaur. Os defensores que denunciaram o projeto da represa destacaram o assédio, a vigilância e a marcação vermelha, uma rotulagem criada pelo governo que acusa os defensores de serem insurgentes comunistas.
- Em todos os quatro casos, os direitos processuais, incluindo o acesso à informação, o consentimento livre, prévio e informado (CLPI) e o envolvimento significativo das partes interessadas, foram violados de forma alegadamente sistemática.

A Swedwatch entrou em contato com as empresas e os investidores mencionados no relatório para que comentassem os casos. Oito das onze empresas e investidores apresentaram respostas. EDF (Électricité de France), TotalEnergies, Sumitomo no projeto da barragem de Mphanda Nkuwa em Moçambique, Scatec, KLP e Norfund no caso da energia solar de Los Prados em Honduras e o Nordic Investment Bank e o Banco Brasileiro de Desenvolvimento BNDES no caso do parque eólico de Bons Ventos no Brasil enviaram respostas, assegurando a conformidade com os padrões sociais e o compromisso com o diálogo com as partes interessadas. É notável que a maioria das empresas tenha oferecido respostas e expressado seu compromisso com os direitos humanos e os padrões ambientais. Ao mesmo tempo, a discrepância entre os compromissos expressos e as experiências compartilhadas pelos defensores é preocupante e sinaliza uma grande distância entre o compromisso expresso e o cumprimento. Além disso, é uma séria omissão o fato de a CPFL e o BNB, no Brasil, e a Daewoo Engineering & Construction Co. Ltd, nas Filipinas, nunca terem apresentado respostas sobre as supostas violações.

O não cumprimento das normas internacionais, como os princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos (PONU), pode agravar as disputas atuais, contribuir para conflitos com as comunidades locais e infringir os direitos e o trabalho legítimo dos defensores. Os riscos e impactos associados aos projetos de energia renovável se assemelham aos de setores reconhecidos como de alto risco, como mineração, petróleo e gás e agronegócio.

A Swedwatch recomenda:

- Que as empresas e os investidores fortaleçam a devida diligência em direitos humanos (DDDH), integrem os riscos do espaço cívico e garantam um envolvimento significativo das partes interessadas com os defensores.
- Que as empresas e os investidores adotem uma política de tolerância zero em relação às represálias contra os defensores.
- Que as empresas e os investidores tomem as medidas apropriadas caso seus parceiros comerciais ou terceiros cometam violações em relação às suas atividades comerciais.
- Que os governos adotem uma legislação obrigatória de DDDH para as empresas, incluindo análise de risco e consulta significativa aos defensores.
- Que os governos adotem leis sobre transparência empresarial e acesso à informação.
- Que os governos adotem políticas que garantam a proteção dos defensores no âmbito de projetos de energias renováveis e garantam soluções eficazes.
- Considerar os riscos ao espaço cívico durante a operação em ambientes perigosos para os defensores é fundamental para a conformidade com os direitos humanos. A DDDH pode não lidar com os principais fatores por trás das desigualdades econômicas e sociais, mas continua sendo uma ferramenta essencial para identificar riscos, assegurar o respeito aos direitos humanos e garantir o acesso efetivo a recursos.
- O relacionamento com os defensores como parceiros valiosos, e não como adversários, pode auxiliar os governos e as empresas a garantir o alinhamento dos projetos de energia renovável com as obrigações internacionais de direitos humanos, mitigar conflitos e promover o desenvolvimento sustentável.

Recomendações

Os agentes empresariais do setor de energia renovável devem:

- Conduzir a DDDH em conformidade com os princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos e com o Guia de Devida Diligência da OCDE para uma Conduta Empresarial Responsável. Isto deve incluir a avaliação da situação dos defensores, e a realização de consultas significativas com os defensores e a sociedade civil, assegurando simultaneamente que os riscos não sejam agravados durante o processo de consulta. A DDDH deve considerar o gênero e as transversalidades entre os grupos vulneráveis de defensores.

- Em áreas de alto risco e afetadas por conflitos, as empresas devem realizar uma DDDH reforçada conforme o guia do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas sobre DDDH para negócios. Isto inclui a avaliação dos impactos nos direitos humanos e nos conflitos, e o reconhecimento de que os riscos para os defensores são maiores nestes contextos.
- Usar a influência sobre os parceiros comerciais para apoiar os defensores e o direito à liberdade de expressão, reunião e associação, sempre que houver uma oportunidade. Incentivar terceiros, como autoridades estatais e empresários, a cumprirem seus deveres e responsabilidades de respeitar os direitos de defensores de direitos humanos, protegê-los de ataques e ameaças, e criar e manter um ambiente propício para que os defensores atuem livremente.
- Adotar um compromisso político de respeito pelos defensores. Esta política deve incluir um compromisso de tolerância zero contra qualquer tipo de envolvimento em ataques contra defensores dentro ou diretamente ligados às suas operações, serviços e relações comerciais, mesmo que não tenham contribuído para esses impactos. Esta política deve incluir o compromisso de não utilizar processos penais de forma estratégica ou de não obstruir o trabalho legítimo dos defensores, mesmo quando estes se opõem a um projeto.
- Proceder a consultas significativas com grupos potencialmente afetados e outras partes interessadas relevantes, incluindo defensores dos direitos humanos e do ambiente, e respeitar o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) quando requerido.
- Caso ocorram ataques ou violações, as empresas devem tomar as medidas apropriadas para evitar novos ataques, mitigar seu impacto e, quando apropriado, remediar conforme os PONU, consulte o apêndice: Arcabouço Internacional para a Proteção de Defensores dos Direitos Humanos nos Setores Comercial e Ambiental (p. 71-75) para mais detalhes.
- Promover um entendimento claro em toda a empresa sobre o papel dos defensores na proteção dos direitos humanos e do meio ambiente.
- Assegurar a transparência e o acesso fácil às informações relativas às operações e aos parceiros comerciais. Essas informações devem estar prontamente disponíveis bem antecipadamente ao início de um projeto e serem atualizadas durante todo o ciclo de vida do projeto.
- Assegurar que a cooperação entre as forças de segurança privadas e estatais esteja alinhada com as diretrizes sobre o respeito aos direitos dos defensores dos direitos humanos, conforme os princípios voluntários sobre segurança e direitos humanos.

Os governos nacionais devem:

- Adotar uma legislação sobre DDDH obrigatória para empresas, destacando sua responsabilidade em conduzir uma consulta significativa e abordar os riscos para os defensores nas cadeias de valor da empresa.
- Assegurar um arcabouço jurídico que exija transparência por parte das empresas e acesso a informações confiáveis e imparciais por parte dos titulares de direitos.
- Garantir o direito das populações indígenas ao CLPI.
- Reconhecer o valor dos defensores e seu direito de serem protegidos, bem como sua função na defesa dos direitos de outros.
- Reconhecer que os defensores são parceiros valiosos para as empresas e para os órgãos estatais na realização de avaliações de impacto ambiental e na identificação de riscos por meio de processos de devida diligência ambiental e de direitos humanos..
- Desenvolver uma orientação clara sobre como os atores empresariais devem integrar medidas para respeitar os defensores em todas as suas operações e garantir que as empresas estatais deem o exemplo.
- Garantir um ambiente seguro e propício onde os direitos humanos e os impactos ambientais possam ser investigados e comunicados sem receio de retaliação. Isto inclui a defesa de um ambiente jurídico em que os defensores não sejam rotulados de "terroristas" ao abrigo de leis vagas e abrangentes sobre terror e segurança, por trabalho legítimo, como a crítica de projetos.
- Estabelecer mecanismos eficazes de denúncias judiciais e não judiciais para defensores e vítimas de impactos sobre os direitos humanos relacionados às empresas. As vias de recurso devem ser acessíveis aos titulares de direitos, especialmente aos grupos marginalizados (ou seja, não ser excessivamente oneroso ou demorado).
- Intensificar os esforços para combater os fatores que permitem a continuação dos ataques contra os defensores, como a impunidade das violações.
- Garantir a coerência das políticas, abordando quaisquer conflitos potenciais entre as políticas de transição de energia verde e o dever do Estado de proteger os direitos humanos. Isso se aplica a todas as formas de desenvolvimento, exportação e financiamento climático, bem como às atividades de promoção comercial e políticas climáticas, garantindo que elas considerem os riscos enfrentados pelos defensores.
- Assegurar que as embaixadas e outras missões diplomáticas trabalhem ativamente com os defensores dos direitos humanos e do ambiente. Devem dispor de capacidade interna para poder orientar as empresas sobre a forma de respeitar os direitos humanos e os defensores, em conformidade com os PONU.

As instituições de financiamento do desenvolvimento (IFD), os bancos de desenvolvimento e os investidores devem:

- Reforçar as práticas de devida diligência para identificar, monitorizar e avaliar a gravidade dos riscos para os direitos humanos e o ambiente, nomeadamente para os defensores.
- Mapear e avaliar os riscos e impactos adversos aos direitos humanos e ao meio ambiente, inclusive para os defensores. As IFD devem realizar a sua própria DDHH, levando cuidadosamente em conta os defensores e o espaço cívico, para garantir que os seus financiamentos, clientes e projetos não estão ligados a violações dos direitos humanos.
- Comunicar claramente as expectativas, incluindo a divulgação das práticas de devida diligência; envolver-se significativamente com as partes interessadas, incluindo os defensores e, como último recurso, considerar o desinvestimento e a exclusão após repetidas tentativas fracassadas das empresas investidas de mitigar os impactos adversos sobre os direitos humanos e o meio ambiente, incluindo os impactos sobre os defensores.

Siglas

BHR: Empresas e direitos humanos

BHRRC: Centro de recursos sobre empresas e direitos humanos

CLPI: Consentimento livre, prévio e informado

HRD: Defensores dos direitos humanos, referido como "defensor(es)" no relatório

HRED: Defensores dos direitos humanos e do ambiente, referido como "defensor(es)" no relatório

DDDH: Devida diligência em direitos humanos

IEA: Agência internacional de energia

PONU: Princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos

OCDE: Organização para a cooperação e desenvolvimento económico

Diretrizes da OCDE: Diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais sobre uma conduta empresarial responsável

ACNUDH: Gabinete do alto-comissário para os direitos humanos

Solar PV: Sistema solar fotovoltaico

SLAPP: Ações judiciais estratégicas contra a participação pública

UNWG: Grupo de trabalho das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos

1. Introdução

Este relatório destaca o importante papel dos defensores dos direitos humanos e do meio ambiente (doravante: defensores) na identificação, mitigação e enfrentamento dos riscos relacionados aos direitos humanos e ao meio ambiente em projetos de energia renovável. Por mais de duas décadas, a pesquisa da Swedwatch revelou os impactos ambientais e sobre os direitos humanos das operações comerciais em setores de alto risco, como mineração, silvicultura, agricultura e bioenergia.¹ Embora as energias renováveis sejam promovidas como benéficas para a mitigação da mudança climática e amplamente apoiadas por Estados, investidores, cientistas e pela comunidade internacional,² a sociedade civil e os estudos acadêmicos têm destacado cada vez mais seus danos sociais e ambientais, às vezes comparando-os às violações de direitos há muito associadas aos setores extrativistas. As principais questões incluem a falta de consentimento livre, prévio e informado (CLPI) das comunidades afetadas, compensações inadequadas e conflitos com grupos indígenas e pastoris.³ Os projetos eólicos, por exemplo, têm sido associados ao desmatamento e à fragmentação do habitat⁴, enquanto os desenvolvimentos solares — como os do Saara Ocidental — têm sido criticados por exacerbar as tensões sociais sobre o acesso à água e prolongar conflitos.⁵

O diálogo e o envolvimento significativo com os defensores são essenciais para proteger as comunidades e garantir uma transição energética mais sustentável e baseada nos direitos. Esse envolvimento também conduz a melhores resultados nos projetos; por exemplo, a World Benchmarking Alliance concluiu que as empresas que se envolvem com as partes interessadas afetadas obtêm um melhor desempenho em matéria de direitos humanos e de ambiente.⁶ Os defensores também desempenham um papel fundamental para garantir que os responsáveis, inclusive os Estados e as empresas, cumpram suas obrigações de proteger e respeitar os direitos humanos, conforme estabelecido dos PONU.

No entanto, os defensores que se manifestam contra os abusos muitas vezes enfrentam ameaças, silenciamento ou até mesmo a morte por manifestarem suas preocupações. Em 2019, a Swedwatch divulgou um relatório destacando os riscos enfrentados pelos defensores que trabalham com responsabilidade corporativa em contextos de alto risco em nove países, enfatizando a necessidade urgente de as empresas agirem.⁷ A Swedwatch e outras organizações também apelaram às instituições financeiras para que abordem os riscos relacionados aos defensores em suas estratégias de investimento e garantam que as empresas investidas realizem uma DDDH completa em contato direto com os detentores de direitos e defensores.⁸ Nesse contexto, as políticas e as práticas recomendadas desenvolvidas em outros setores para defender os direitos humanos em todos os estágios do desenvolvimento do projeto podem ajudar a identificar e atenuar os riscos associados aos projetos de energia renovável.

As violações dos direitos humanos ligadas ao setor das energias renováveis têm sido cada vez mais documentadas, nomeadamente pelo Business & Human Rights Resource Centre (BHRRC). Em 2016, por exemplo, uma pesquisa identificou 115 alegações de abuso dos direitos humanos envolvendo empresas de energias

renováveis desde 2005, sendo que 94 destes ocorreram após 2010.⁹ Novas investigações descobriram que, entre janeiro de 2015 e outubro de 2022, houve 360 ataques a defensores de direitos humanos que haviam levantado questões sobre danos associados a projetos hidrelétricos, solares e eólicos.¹⁰ Entretanto, os resultados devem ser considerados ilustrativos, pois a extensão total dos impactos dos projetos de energia renovável sobre os defensores continua relativamente pouco documentada, principalmente nos setores de energia eólica e solar em rápida expansão.

Nos últimos anos, várias organizações associadas, seus parceiros e organizações parceiras de projetos da Swedwatch em todo o mundo levantaram preocupações sobre o aumento das violações de direitos humanos em relação a projetos de energia renovável. Este relatório descreve as principais características de uma transição justa, focando no setor de energia renovável e na importância dos defensores para combater a redução do espaço cívico e informar sobre a transição energética. Destaca também os países onde o espaço cívico limitado se sobrepõe a planos ambiciosos de transição energética, identificar áreas em que os defensores correm maior risco. Quatro estudos de caso trazem em primeira mão relatos de defensores sobre os impactos que enfrentam em projetos de energia hidrelétrica (Moçambique e Filipinas), solar (Honduras) e eólica (Brasil). A conclusão aborda os principais resultados e suas implicações para a proteção dos defensores em uma transição energética justa.



As energias solar e eólica são as duas fontes de energia renovável que mais crescem. Parque solar e eólico, China.

Do iStock.

Metodología

Para identificar os impactos pouco documentados dos projetos de energia renovável sobre os defensores, especialmente nos setores de energia eólica e solar, a Swedwatch realizou um mapeamento global das áreas de alto risco para os defensores no setor de energia renovável. Esta análise combinou dados sobre o espaço cívico da CIVICUS com projeções de expansão da capacidade eólica e solar, com base em conjuntos de dados do Global Solar Power Tracker e do Global Wind Power Tracker do Global Energy Monitor e da TransitionZero¹¹ para identificar países onde os defensores

enfrentam maior risco (para uma descrição completa, ver Países com alto risco para os defensores na transição energética, p. 22). As conclusões também se baseiam em entrevistas realizadas em setembro e outubro de 2024 com defensores e membros de comunidades afetadas em Moçambique, Honduras, Brasil e Filipinas, que levantaram preocupações sobre projetos de energia renovável.

Os casos e os entrevistados foram identificados em conjunto com quatro das organizações que pertencem à Swedwatch, Swedish Society for Nature Conservation, Diakonia, Afrikagrupperna e Act Igreja da Suécia, e selecionados para demonstrar casos representativos de alto risco para os defensores no setor das energias renováveis. Os casos representativos foram escolhidos de modo a abranger 1) diferentes formas de energia (solar, eólica e hidrelétrica), 2) diferentes regiões geográficas e 3) diferentes tipos de restrições ao trabalho dos defensores. A seleção não é um mapeamento completo, mas uma ilustração de como os defensores podem ser afetados em projetos de energia renovável quando o espaço cívico é restrito e as salvaguardas relacionadas aos defensores são negligenciadas.

Os depoimentos fornecem uma descrição transparente dos desafios com que se deparam na transição energética. Para garantir uma perspectiva equilibrada, as empresas mencionadas nos casos tiveram a oportunidade de comentar as principais conclusões da investigação. Os resumos de suas respostas foram incluídos, e as respostas completas estão disponíveis no site da Swedwatch: <https://swedwatch.org/ul/report-human-rights-defenders-at-risk-in-the-renewable-energy-transition/>.

A Swedwatch realizou entrevistas digitais com defensores de organizações da sociedade civil que trabalham para proteger as comunidades afetadas pelos projetos de energia renovável, que, por sua vez, também realizaram um número limitado de entrevistas complementares com representantes da comunidade. As avaliações de risco foram conduzidas pela Swedwatch juntamente com os defensores. Alguns defensores decidiram participar anonimamente, devido ao elevado risco de represálias, ameaças ou violência. Os entrevistados revisaram seus estudos de caso para garantir a precisão. Somente serão publicadas declarações e imagens que tenham sido autorizadas.

No caso brasileiro, a exposição aos riscos foi considerada muito significativa se os nomes dos indivíduos fossem publicados. Por este motivo, as respostas foram apresentadas em grupo e não individualmente, a fim de atenuar as represálias contra indivíduos. Determinadas áreas geográficas e responsáveis foram excluídas do relatório, nos casos em que os parceiros consideraram que os riscos eram muito altos. Por exemplo, em um caso, os defensores dos direitos humanos determinaram que a inclusão representaria um risco intolerável, podendo expor uma comunidade específica a novas ameaças. Em outros casos, os participantes do relatório já eram conhecidos e falavam publicamente. Estes defensores ressaltaram que o aumento da publicidade de seus relatos pode ajudar a pressionar os responsáveis e até mesmo reduzir o risco de ataques. Cada caso foi avaliado cuidadosamente, um a um, e com base nos interesses expressos dos defensores.

2. A transição energética

A mudança de um sistema energético baseado em combustíveis fósseis para outro baseado em energia sustentável e renovável é fundamental para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar as mudanças climáticas. No entanto, pesquisas acadêmicas e da sociedade civil destacam que os projetos de energia renovável, se não forem acompanhados de direitos humanos adequados e da devida diligência ambiental, podem afetar negativamente tanto o meio ambiente quanto os direitos das comunidades próximas. Em resposta, o conceito de uma transição justa — uma abordagem baseada nos direitos humanos e centrada nas pessoas — ganhou destaque, principalmente no meio acadêmico e na sociedade civil, e também entre os formuladores de políticas.

FACT

Caixa 1. Terminologia: uma transição justa

Originário de movimentos trabalhistas, o conceito de transição justa se expandiu para discussões ambientais e climáticas, enfatizando a proteção de comunidades marginalizadas durante a transição energética. O Acordo de Paris, adotado em 2015, incluiu referências a uma transição justa e a importância de “levar em conta os imperativos de uma transição justa da força de trabalho e a criação de trabalho decente e empregos de qualidade, de acordo com as prioridades de desenvolvimento definidas nacionalmente”.¹² Além disso, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) de 2023 desenvolveu o Programa de Trabalho para uma Transição Justa¹³, que procura abordar os impactos sociais, econômicos e ambientais da transição energética, em especial para os trabalhadores e as comunidades mais afetados pela mudança. Apesar desse compromisso, o programa tem sido criticado pela falta de progresso tangível, citando financiamento insuficiente, bem como falta de compromisso e responsabilidade na realização das metas de transição justa¹⁴.

O setor de energias renováveis

A crescente demanda por energia renovável reflete-se nas previsões globais, com especialistas prevendo que a capacidade de energia renovável precisará triplicar até 2030 para cumprir as metas climáticas de limitar o aquecimento global a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais. Até 2050, 90% da eletricidade mundial pode e deve ser produzida a partir de energias renováveis, de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE).¹⁵ Nos últimos anos, os projetos de energias renováveis aumentaram significativamente e, em 2023, os investimentos em energias renováveis, redes e armazenamento ultrapassaram as despesas com petróleo, gás e carvão pela primeira vez na história.¹⁶ Como resultado, a produção de energia renovável aumentou em quase 50% entre 2022 e 2023, com a energia solar e eólica emergindo como as fontes de geração de eletricidade que mais crescem em todo o mundo, conforme mostrado na Figura 1.¹⁷

Caixa 2. Tendências globais de energia renovável segundo a Agência Internacional de Energia

- Em 2024, estima-se que a energia eólica e a energia solar fotovoltaica ultrapassem a energia hidrelétrica na produção de eletricidade.
- Em 2025, prevê-se que as energias renováveis produzam mais eletricidade do que o carvão.
- Em 2025 e 2026, prevê-se que a energia eólica e a energia solar fotovoltaica ultrapassem a produção de energia nuclear.
- Em 2028, prevê-se que as energias renováveis representem mais de 42% da produção mundial de eletricidade, com a energia eólica e a energia solar fotovoltaica a representarem 25%.

Fonte: International Energy Agency, 2024, Renewables. Disponível em: <https://www.iea.org/energy-system/renewables>.

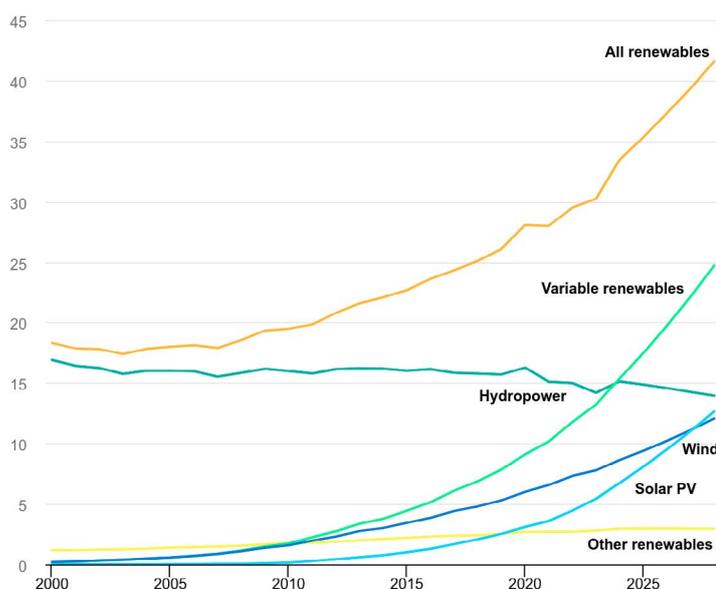


FIGURA 1 Participação da geração de eletricidade renovável por tecnologia¹⁸

Essa mudança sem precedentes é apoiada por compromissos climáticos de empresas, investidores e Estados. Na COP28 em Dubai, 130 países se comprometeram a triplicar a capacidade de geração de energia renovável para 11.000 GW até 2030.¹⁹ A queda dos custos de produção, combinada com políticas e pacotes de investimento apoiados pelo governo, está acelerando a transição para a energia limpa e a descarbonização. Algumas políticas incluem a Diretiva de Energias Renováveis da UE de 2023, iniciativas regionais como a Iniciativa de Energias Renováveis para a

América Latina e o Caribe (RELAC), bem como compromissos de grandes países como a China.²⁰ Embora os recentes acontecimentos políticos em alguns países possam sinalizar um declínio na política e no apoio financeiro à energia renovável, as forças do mercado, os avanços tecnológicos e os compromissos climáticos globais sustentarão provavelmente o crescimento da energia renovável no longo prazo.

Utilização de recursos naturais e conflitos

Embora seja essencial para reduzir as emissões de carbono, a transição para a energia renovável requer grandes áreas de terra para parques eólicos, represas, reservatórios e parques solares, bem como recursos naturais significativos para a fabricação de turbinas, painéis solares, maquinário e baterias. A produção de energia renovável tem lugar em diversas paisagens, incluindo regiões continentais, zonas costeiras e margens de rios, alterando frequentemente os cursos de água locais, as dunas, as florestas, os ecossistemas e a vida selvagem.

Uma análise de mais de 100 estudos acadêmicos e relatórios sobre o uso da terra constatou que, “apesar dos desafios que os dados, definições e suposições impõem ao fazer comparações, a pesquisa acadêmica demonstra persuasivamente que a geração solar e eólica afeta mais terras do que a geração nuclear ou de combustíveis fósseis”.²¹

As experiências de projetos extrativistas mostram que os setores que dependem de recursos naturais muitas vezes competem com as comunidades e os povos indígenas por terras e recursos vitais para sua subsistência, alimentação e sustento. Isso frequentemente gera críticas e controvérsias, principalmente por parte dos defensores. Para garantir uma transição justa, as empresas de energia renovável, os investidores e os governos devem abordar os conflitos de uso da terra e as preocupações com o espaço cívico juntamente com a expansão da energia renovável.

Os papéis e os direitos dos defensores

Os defensores desempenham um papel fundamental na responsabilização de agentes estatais e empresariais por violações de direitos humanos e danos ambientais,²² incluindo em projetos de transição energética. Os defensores documentam os impactos dos projetos nos direitos humanos e no ambiente, sensibilizam as partes interessadas e identificam os riscos, ajudando a garantir a proteção dos direitos humanos e do ambiente. Seu trabalho também ajuda a reduzir as tensões sociais, amplificando as vozes de grupos marginalizados, cujas queixas poderiam, de outra forma, não ser ouvidas, contribuindo assim para evitar que as queixas se transformem em conflitos.

O direito de examinar as operações comerciais, levantar questões sobre projetos de investimento e relatar abusos de direitos humanos e danos ambientais está firmemente fundamentado nos marcos internacionais de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Estas diretrizes são reforçadas por diretrizes específicas sobre negócios e direitos humanos, incluindo os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos e as Diretrizes da OCDE para Empresas

Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável (as Diretrizes da OCDE). Além disso, os direitos específicos dos defensores estão definidos na Declaração das Nações Unidas sobre os defensores dos direitos humanos.¹

FACT

Caixa 3. Definição de defensores de direitos humanos

De acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre Defensores de Direitos Humanos de 1998, defensores são indivíduos ou grupos que atuam, isolada ou coletivamente, para promover, proteger e fazer avançar os direitos humanos e as liberdades fundamentais ao nível nacional e internacional. Defendem os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, fundiários, ambientais e indígenas. Defensores assumem vários papéis, incluindo o de defensores da comunidade, defensores dos direitos das mulheres, sindicalistas e defensores do ambiente.

Podem ser membros de organizações da sociedade civil ou indivíduos de comunidades locais que lutam pela proteção da terra, da cultura e dos direitos. Isto inclui os defensores dos locais de trabalho, bem como os que protestam pelos direitos humanos, como os direitos das mulheres, das crianças ou de LGBTQI+.

A declaração reconhece que todos podem ser defensores, pois o direito de defender os direitos humanos por meio da busca, conservação e divulgação de informações, e reunir-se pacificamente, é universal. Além disso, os defensores são simultaneamente titulares de direitos e defensores dos direitos dos outros, desempenhando um papel fundamental na prevenção das violações dos direitos humanos e na promoção da liberdade e da autodeterminação de todos.

Fonte: UN Declaration on Human Rights Defenders.

Todas as pessoas têm direito às liberdades cívicas, incluindo a liberdade de expressão, de associação e de reunião. Estes direitos são fundamentais para os defensores dos direitos humanos e do ambiente, que desempenham um papel crucial na proteção de grupos vulneráveis, na promoção do Estado de direito, da democracia e da responsabilização das empresas. Ao responsabilizarem os atores estatais e empresariais, os defensores ajudam a salvaguardar direitos fundamentais. A criminalização do seu trabalho não só viola os seus direitos, como também enfraquece as proteções mais amplas dos direitos humanos e prejudica os esforços para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).²³

Defensores de grupos marginalizados enfrentam desafios adicionais devido às formas de discriminação que se articulam.²⁴ Os setores extrativistas e a degradação ambiental exacerbam frequentemente as desigualdades presentes, com conflitos sobre recursos naturais que afetam desproporcionalmente as mulheres e as comunidades marginalizadas. Esses grupos, que dependem dos ecossistemas para sua sobrevivência, enfrentam riscos maiores de assédio, criminalização e violência,

I Veja mais sobre as diretrizes de direitos humanos no anexo: Arcabouço Internacional para a Proteção de Defensores dos Direitos Humanos nos Setores Comercial e Ambiental.

agravados por proteções legais fracas e redes de apoio limitadas. O seu trabalho vai para além da proteção ambiental. É também uma luta pelos seus meios de subsistência e pela sustentabilidade a longo prazo das suas comunidades.

FACT

Caixa 4. Liberdades civis

O DIREITO À LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO é o direito de qualquer cidadão de criar ou participar de um grupo formal ou informal para realizar ações coletivas. As associações podem incluir organizações da sociedade civil (OSC), clubes, cooperativas, organizações não governamentais, associações religiosas, partidos políticos, sindicatos, fundações e associações on-line, bem como grupos mais ou menos definidos, como movimentos sociais. As associações não precisam ser registradas para que esse direito se aplique. Este direito também permite que os grupos tenham acesso a financiamento e recursos.

O DIREITO À LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA é o direito dos cidadãos de se reunirem de forma pública ou privada e coletivamente expressarem, promoverem, buscarem e defenderem interesses comuns. Isso inclui o direito de participar de assembleias pacíficas, reuniões, protestos, greves, demonstrações e outros encontros temporários para uma finalidade específica. Os Estados não têm apenas a obrigação de proteger as assembleias pacíficas; eles também devem tomar medidas para facilitá-las.

O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO inclui o direito de acessar informações, avaliar criticamente e se manifestar contra as políticas e ações de agentes estatais e não estatais, além de chamar a atenção publicamente e realizar ações de defesa para promover interesses comuns, sem medo de retaliação de ninguém. Deve-se garantir às OSC a liberdade de realizar pesquisas e documentar suas conclusões de acordo com esse direito.

Fonte: CIVICUS e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigos 19 e 20.

Diminuição do espaço cívico e aumento dos riscos

Nas últimas duas décadas, a democracia tem enfrentado desafios crescentes, marcados por um aumento global da autocratização. Os indicadores revelam um declínio da liberdade de imprensa, uma crescente supressão da sociedade civil e restrições cada vez maiores à liberdade de expressão.²⁵ À medida que o espaço cívico diminui, os atores da sociedade civil lutam para se organizar, protestar e responsabilizar governos e empresas.²⁶ Os defensores enfrentam inúmeros obstáculos, que vão desde obstáculos administrativos e restrições legais até formas mais severas de repressão, incluindo ações judiciais estratégicas (SLAPP), prisões ilegais, assédio, ameaças e campanhas de difamação. Muitos também são vítimas de agressões físicas e, em casos extremos, até de assassinatos. De acordo com a Frontline Defenders, as prisões e detenções arbitrárias continuam a ser as violações mais comuns, seguidas de ações judiciais, ameaças de morte, vigilância e violência física. As autoridades utilizam frequentemente acusações como perturbação da ordem pública, reunião ilegal, crimes contra a segurança nacional, difamação e terrorismo para silenciar e criminalizar defensores.²⁷

Só em 2023, a Global Witness documentou 196 assassinatos de defensores da terra e do ambiente em todo o mundo. Desde 2012, o número de defensores assassinados atingiu a marca impressionante de 2.106. A América Latina segue sendo a região mais letal, respondendo por 85% das mortes por defensor em 2023. Neste contexto, a Colômbia continua a ser o país mais violento, com 79 assassinatos em 2023 — 40% de todos os casos registrados.

Na Ásia, os ataques contra defensores também estão aumentando, com 468 defensores mortos entre 2012 e 2023. As Filipinas, em particular, registam uma das taxas mais elevadas, com 298 mortes (64% do total da Ásia). Países que aparecem neste relatório e que tiveram altos números de assassinatos: O Brasil foi o segundo país mais letal do mundo para defensores em 2023, com 25 mortes. Honduras foi o quarto mais letal, com 18 mortes, e as Filipinas foram o quinto mais letal, com 17 mortes.²⁸

Os defensores frequentemente sofrem represálias por se oporem a práticas comerciais prejudiciais, principalmente quando criticam projetos de investimento ou defendem os direitos à terra. O setor de mineração é o mais comumente associado a esses ataques, seguido pelo agronegócio e pelos combustíveis fósseis. À medida que os projetos de energia renovável aumentam, o mesmo acontece com os ataques relacionados, com 360 incidentes monitorados pela BHRRC entre 2015 e 2022.²⁹ Figura 2. *Várias formas de ataques contra defensores em projetos de energia renovável*, (p.21) mostra algumas das formas mais comuns.

FACT

Caixa 5. Compromissos da política de direitos humanos no setor de energia renovável

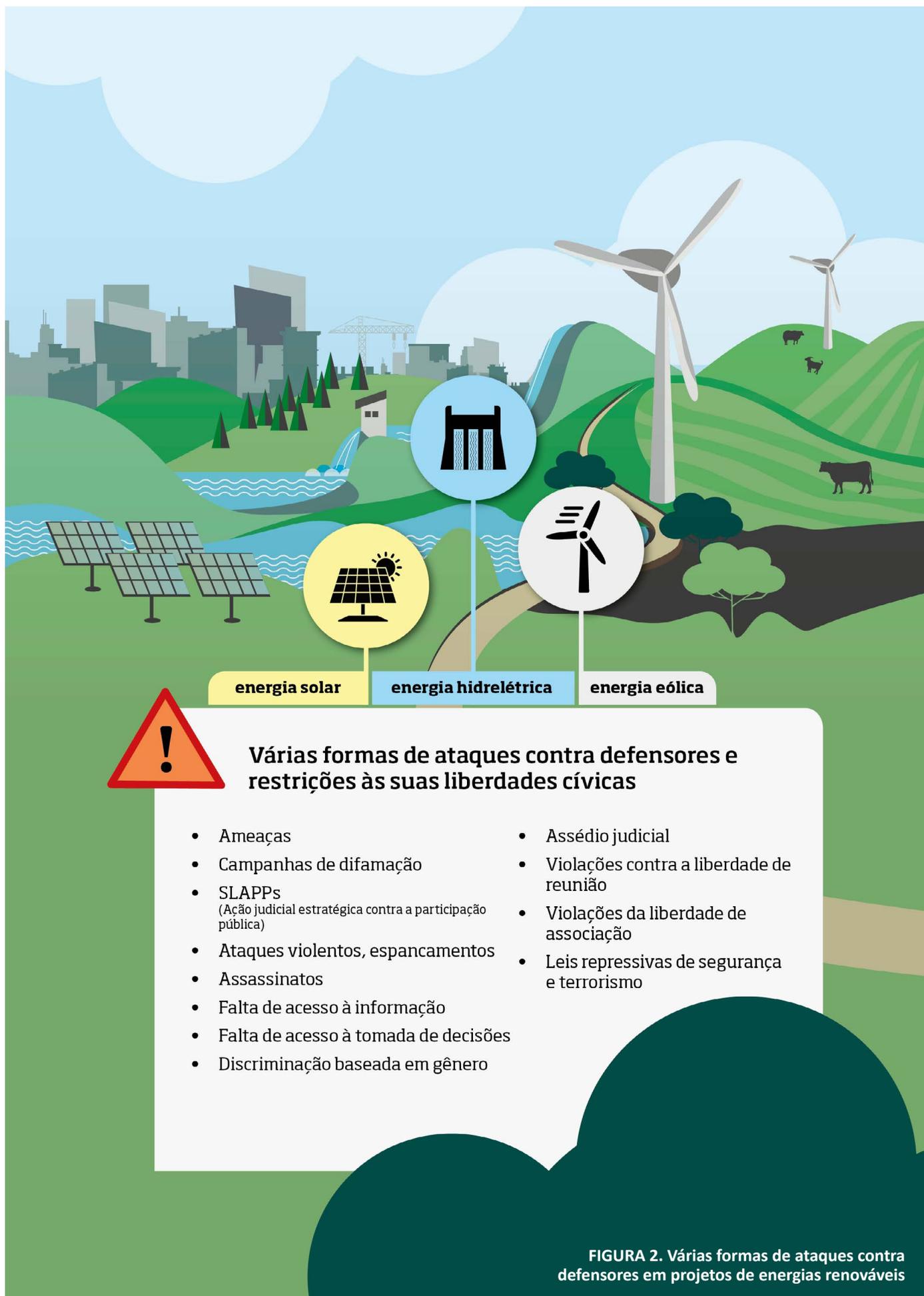
Um primeiro passo fundamental para que as empresas e os investidores enfrentem os ataques contra os defensores é expressar o seu compromisso com os direitos humanos e com os defensores dos direitos humanos.

O Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos recomenda que as empresas e os investidores desenvolvam e publiquem políticas específicas para os defensores dos direitos humanos, ou incluam esses requisitos nas políticas de direitos humanos vigentes. De forma inspiradora, muitas empresas de energia renovável estão reconhecendo cada vez mais a necessidade de respeitar os direitos humanos no contexto de suas operações comerciais. No entanto, ainda existem lacunas significativas entre os líderes e os retardatários do mercado, bem como entre os compromissos e a implementação real.

O indicador de referência de energia renovável e direitos humanos da BHRRC constatou que:

- Três quartos das principais empresas de energia eólica e solar têm fortes políticas de direitos humanos alinhadas com os PONU.
- Apenas nove por cento dos desenvolvedores de energia eólica e solar têm políticas que reconhecem o trabalho dos defensores.
- As empresas obtiveram uma má pontuação quando avaliadas por suas respostas a alegações graves de direitos humanos, com uma média de apenas 1% de conformidade, independentemente de terem uma política em vigor.

Fonte: UN Working Group on Business and Human Rights (2021). *The Guiding Principles on Business and Human Rights: guidance on ensuring respect for human rights defenders*. A/HRC/47/39/Add.2, p. 20-23, and the BHRRC (2024) *Renewable Energy & Human Rights Benchmark 2023*



3. Países de alto risco para os defensores na transição para a energia renovável

O espaço cívico, que reflete o quanto os países defendem as liberdades cívicas fundamentais, como a liberdade de associação, reunião e expressão, é um indicador crucial da saúde democrática e da proteção dos direitos humanos. A organização da sociedade civil CIVICUS monitora essas liberdades em diferentes países. Seu monitoramento abrange 196 países, classificando-os em um espectro de 1 a 100, variando de fechado (1-20), reprimido (21-40), obstruído (41-60), estreito (61-80) e aberto (81-100).³⁰

FACT

Caixa 6. Classificação CIVICUS

ABERTO (81-100) = O Estado permite e protege o espaço cívico para todas as pessoas, a polícia protege os manifestantes e os cidadãos são livres para formar associações

REDUZIDA (61-80) = O Estado permite que os indivíduos e as OSC exerçam os seus direitos à liberdade de associação, de reunião pacífica e de expressão. No entanto, também ocorrem violações desses direitos.

OBSTRUÍDO (41-60) = O espaço cívico é fortemente controlado pelos detentores do poder, que impõem uma combinação de restrições legais e práticas ao pleno gozo dos direitos fundamentais.

REPRIMIDO (21-40) = O espaço cívico é significativamente limitado. Indivíduos ativos e membros da sociedade civil que criticam os detentores do poder correm o risco de serem vigiados, perseguidos, intimidados, presos, feridos e mortos.

CERRADO (1-20) = O espaço cívico está completamente fechado — na lei e na prática. Agentes estatais e não estatais poderosos prendem, ferem e matam pessoas impunemente por exercerem seus direitos de associação, reunião e expressão. Críticas às autoridades são severamente punidas.

Fonte: CIVICUS Monitor (2024) 'Ratings'.

Os dados apresentados pelo CIVICUS Monitor não são uma medida global da democracia, mas uma medida específica das liberdades cívicas. Os países com pontuações elevadas em termos de democracia eleitoral podem ainda ter pontuações médias ou relativamente baixas em termos de liberdades civis, como é o caso do Reino Unido (categorização: obstruído), onde a polícia e as forças de segurança têm restringido cada vez mais os protestos, prendido ativistas, recorrido a perfis raciais e usado força excessiva, de acordo com documentação da CIVICUS.³¹

A Swedwatch analisou dados do Global Energy Monitor e do TransitionZero sobre energia solar, dados do Global Energy Monitor sobre energia eólica e comparou com as pontuações do espaço cívico da CIVICUS. Esta avaliação destaca os países em que

a transição para as energias renováveis coincide com um espaço cívico restrito, o que representa um risco mais elevado para os defensores que enfrentam represálias, violência e obstáculos ao seu trabalho. A baixa pontuação dos espaços cívicos, combinada com a rápida expansão das energias renováveis, aumenta estes riscos.

A análise das pontuações do espaço cívico, e comparando-o com a capacidade prospectiva e o crescimento esperado nas energias renováveis, esperado pode ajudar a identificar as áreas geográficas onde há maior risco para os defensores na transição energética, e onde os agentes comerciais, investidores e entidades estatais envolvidos devem realizar a devida diligência com foco especial nos riscos relacionados aos defensores, abordar as ameaças em potencial e garantir soluções para as violações. Os quadros 1 a 4 em Crescimento da energia renovável e risco do espaço cívico (págs. 26 a 35) comparam os projetos de desenvolvimento de energia eólica e solar com as pontuações de espaço cívico, identificando regiões onde se espera que os riscos para os defensores aumentem.

Crescimento da energia renovável e risco do espaço cívico

Os dados obtidos junto à CIVICUS, Global Energy Monitor e TransitionZero revelam que uma parte substancial da expansão das energias renováveis ocorrerá em países com espaço cívico restrito, onde os direitos humanos são frequentemente violados. Nestes países, os defensores enfrentam riscos elevados quando informam sobre as deficiências dos projetos de energias renováveis. Isso aumenta a probabilidade de que as empresas e os investidores deixem de defender os direitos humanos e os direitos processuais, e de cumprir os princípios de BHR estabelecidos, como garantir um envolvimento significativo das partes interessadas. Nesses contextos, os defensores também podem ser injustamente rotulados como trabalhando “contra o desenvolvimento” e como “inimigos do Estado”, uma acusação comum vista, por exemplo, em projetos de energia hidrelétrica.³²

Dado que o setor das energias renováveis se expande rapidamente, estes riscos são amplificados pela dimensão e rápida expansão do setor. Quadro 1. *Os 20 principais países/áreas por capacidade prospectiva de parques eólicos em megawatts (MW) e seu grau de liberdade cívica* (p. 26) e Quadro 3. *Os 20 principais países/áreas por capacidade prospectiva de parques solares em megawatts (MWac) e seu grau de liberdade cívica* (p. 34) mostram a capacidade prospectiva de parques eólicos e solares, incluindo projetos já anunciados, em pré-construção ou em construção. Em outras palavras, eles estimam o crescimento projetado em MW na capacidade de parques eólicos e em MWac na capacidade de parques solares.

Quadro 2. *Os 20 principais países/áreas por crescimento da capacidade de parques eólicos e sua condição de espaço cívico* (p. 28) e Quadro 4. *Os 20 principais países/áreas por crescimento da capacidade de parques solares e sua condição de espaço cívico* (p. 35) mostram os países com a maior porcentagem de crescimento, calculada como a razão entre a capacidade prospectiva e a capacidade operacional (prospectiva/operacional). Em outras palavras, mede o aumento percentual da capacidade prospectiva de um país em relação à sua energia eólica e solar operacional atual.

Energia eólica e riscos do espaço cívico

Conforme mostrado no Quadro 1. *Os 20 principais países/áreas por capacidade prospectiva de parques eólicos em megawatts (MW) e sua condição de liberdade cívica*, apenas cinco dos 20 principais países são classificados como “abertos”, com mídia livre e direitos cívicos protegidos.³³ Em contrapartida, metade destes países têm um espaço cívico restrito — “obstruído” (três países); “reprimido” (quatro países) ou “fechado” (três países). Mais da metade da capacidade total de parques eólicos em potencial do mundo será desenvolvida em países com espaço cívico obstruído, reprimido ou fechado, aumentando significativamente os riscos para os defensores que monitoram os impactos desses projetos. Também afeta a capacidade de acompanhar e obter informações precisas sobre os direitos humanos e os impactos ambientais e o desempenho destes projetos. O Brasil e as Filipinas, que representam cerca de 15% do crescimento global da energia eólica, são notáveis pelos elevados níveis de violência contra os defensores. O Brasil foi o segundo país mais mortal do mundo para os defensores, com 401 assassinatos estimados entre 2012 e 2023, e as Filipinas foram o terceiro país mais mortal do mundo entre 2012 e 2023, com um assassinato estimado de 401 defensores, segundo a Global Witness.³⁴ Além disso, quase um terço da capacidade potencial dos parques eólicos situa-se na China, onde o espaço cívico fechado restringe severamente a capacidade dos defensores de monitorar e informar sobre projetos de energias renováveis.



O direito de examinar as operações comerciais e o direito de protestar contra as violações dos direitos humanos estão firmemente enraizados nos arcabouços internacionais de direitos humanos. *Do iStock.*

O quadro 2 destaca os países com o maior crescimento percentual da capacidade dos parques eólicos (prospectivos/operacionais). Países como Brasil, Egito, Marrocos^{II}, Cazaquistão, Peru e Vietnã estão expandindo significativamente seus setores de energia eólica, mesmo que o espaço cívico permaneça restrito, e espera-se que os defensores enfrentem riscos ao relatar esses projetos.

A combinação da rápida expansão da energia eólica com as liberdades cívicas limitadas cria sérios desafios para os defensores, aumentando a sua vulnerabilidade a represálias e ameaças. Este fato sublinha a necessidade de os investidores, os agentes econômicos e os governos darem prioridade aos riscos relacionados com a defesa e aplicarem uma devida diligência no setor da energia eólica.

Expansão dos setores de energias renováveis em Moçambique, Honduras, Brasil e Filipinas

Os estudos de caso do relatório — Moçambique, Honduras, Brasil e Filipinas — têm todos os setores de energias renováveis em crescimento combinados com baixas pontuações de espaço cívico, o que coloca os defensores em risco acrescido. De acordo com o Global Wind Power Tracker e o Global Solar Power Tracker,³⁵ Moçambique espera aumentar a sua capacidade de produção de energia solar em 11.911 MWac, e a capacidade de produção de energia eólica em 150 MW, enquanto expande a sua capacidade de produção de energia hidrelétrica, tal como desenvolvido no estudo de caso 1, energia hidrelétrica em Moçambique. Honduras espera aumentar sua capacidade de parques eólicos em 112 MW e a capacidade de parques solares em 139 MWac. A expansão de projetos de energias renováveis em países como Moçambique e Honduras, com um espaço cívico “reprimido” de acordo com a CIVICUS, sempre apresenta riscos maiores para os defensores. Além disso, Honduras foi quinto país mais perigoso para os defensores em termos de violência letal durante a última década, de acordo com a Global Witness.³⁶ Os outros dois estudos de caso do relatório, o Brasil e as Filipinas, encontram-se ambos entre os 20 principais países em termos de capacidade eólica e solar prevista, o que aumenta ainda mais o risco devido à dimensão e à velocidade da expansão.

II Os rastreadores eólicos e solares monitoram o Saara Ocidental ocupado separadamente do Marrocos. Esses projetos estão listados como “Western Sahara” (Saara Ocidental) na coluna “Country/Area” (País/Área) dos informativos e resumos, consulte a página <https://globalenergymonitor.org/projects/>. Marrocos está sendo muito criticado pelos atores internacionais por sua ocupação do Saara Ocidental, e a ONU lista o Saara Ocidental como um território não autônomo desde 1963. Organizações de direitos humanos, por exemplo, a Western Sahara Resource Watch, destacaram que os projetos de energia renovável no Saara Ocidental fortalecem a dependência do Marrocos em relação aos recursos naturais da área, fazem um “greenwash” da ocupação e contribuem para um conflito prolongado.

Quadro 1. Os 20 principais países/áreas por capacidade potencial de parque eólico em megawatts (MW) e sua condição de espaço cívico

Classificação	País/área	Capacidade prevista (MW) (soma de construção, pré-construção, anunciada)	Percentual do total global	Condição do espaço cívico CIVICUS	CIVICUS pontuação 1-100
	Total mundial	2,470,053	100.00%		
1	China	544,529	22.05%	Fechado	10
2	Brasil	278,305	11.27%	Obstruído	52
3	Austrália	257,463	10.42%	Reduzido	76
4	Suécia	134,499	5.45%	Aberto	87
5	Reino Unido	102,288	4.14%	Obstruído	60
6	Estados Unidos	101,803	4.12%	Reduzido	62
7	Filipinas	78,378	3.17%	Reprimido	34
8	Vietnam	70,906	2.87%	Fechado	10
9	Irlanda	69,333	2.81%	Aberto	81
10	Coreia do Sul	63,253	2.56%	Reduzido	73
11	Mauritânia	58,100	2.35%	Reprimido	40
12	Egito	47,537	1.92%	Fechado	20
13	Itália	46,157	1.87%	Reduzido	65
14	Japão	45,447	1.84%	Aberto	84
15	Finlândia	41,535	1.68%	Aberto	92
16	Espanha	41,103	1.66%	Reduzido	72
17	Marrocos	36,071	1.46%	Obstruído	43
18	Oman	32,436	1.31%	Reprimido	23
19	Dinamarca	30,320	1.23%	Aberto	94
20	Cazaquistão	30,282	1.23%	Reprimido	31
115	Moçambique	150	0.006%	Reprimido	39
118	Honduras	112	0.005%	Reprimido	37

Fonte: Comparação compilada pela Swedwatch, fevereiro de 2025. Dados do Global Wind Power Tracker, Global Energy Monitor, versão de fevereiro de 2025, e CIVICUS fevereiro de 2025.

Energia solar e risco do espaço cívico

Quadro 3. *Os 20 principais países/áreas por capacidade potencial de parque solar em megawatts (MWac) e sua condição de espaço cívico* (pág. 34) ilustram que nenhum dos 20 países com a maior capacidade prospectiva de parque solar tem espaço cívico aberto. Quatro países (Estados Unidos, Austrália, Espanha e Chile) têm um espaço cívico reduzido, onde existem proteções legais, mas onde ainda ocorrem violações, de acordo com a classificação CIVICUS. Quatro países (Estados Unidos, Austrália, Espanha e Chile) têm um espaço cívico reduzido, onde existem proteções legais, mas onde ainda ocorrem violações, de acordo com a classificação CIVICUS. Dezesesseis dos 20 principais países, que cobrem mais de dois terços da capacidade potencial dos parques solares, reprimiram, obstruíram ou fecharam o espaço cívico.

Vários dos países com maior capacidade potencial de produção de energia solar estão também entre os mais perigosos para os defensores dos direitos humanos. Na última década, os altos níveis de violência contra defensores se espalharam em países como Colômbia (461 assassinatos entre 2012 e 2023), Brasil (401 assassinatos entre 2012 e 2023), Filipinas (298 assassinatos entre 2012 e 2023) e México (203 assassinatos entre 2012 e 2023)³⁷, ampliando os riscos para aqueles que expõem questões relacionadas a projetos de energia renovável.

O Quadro 4. *Os 20 principais países/áreas por crescimento de capacidade de parque solar (prospectivo/operacional) e sua condição de espaço cívico* mostram que 14 dos 20 países com a maior porcentagem de crescimento prospectivo da capacidade de parque solar (medida como a capacidade prospectiva no setor solar em relação às operações atuais) obstruíram, reprimiram ou fecharam o espaço cívico. Conforme esses países expandem sua capacidade de energia renovável, os defensores enfrentam um risco maior caso se oponham, ou critiquem a implementação de projetos, ou defendam a conformidade com os padrões de direitos humanos.



A China tem a maior parcela de capacidade prospectiva na transição de energia solar e eólica.
Do iStock.

Quadro 2. Os 20 principais países/áreas por crescimento da capacidade dos parques eólicos (prospectivo/operacional) e sua condição de espaço cívico

Classificação	País/área	Porcentagem de crescimento prospectivo Porcentagem (prospectivo/operacional) >500MW em operação	Condição do espaço cívico CIVICUS	Classificação CIVICUS 1-100
1	Filipinas	9287%	Reprimido	34
2	Coreia do Sul	4253%	Reduzido	73
3	Marrocos	2694%	Obstruído	43
4	Egito	2411%	Fechado	20
5	Cazaquistão	2397%	Reprimido	31
6	Estônia	1755%	Aberto	91
7	Austrália	1696%	Reduzido	76
8	Irlanda	1555%	Aberto	81
9	Sérvia	1421%	Obstruído	49
10	Uzbequistão	935%	Fechado	20
11	Suécia	885%	Aberto	87
12	Vietnam	858%	Fechado	10
13	Japão	801%	Aberto	84
14	Brasil	732%	Obstruído	52
15	Peru	558%	Reprimido	40
16	Dinamarca	506%	Aberto	94
17	Grécia	492%	Obstruído	57
18	Nova Zelândia	486%	Aberto	89
19	Finlândia	457%	Aberto	92
20	Taiwan	416%	Aberto	82

Fonte: Comparação compilada pela Swedwatch, fevereiro de 2025. Dados do Global Wind Power Tracker, Wind Farms >500MW Operating, Global Energy Monitor, versão de fevereiro de 2025, e CIVICUS Monitor, 12 de fevereiro de 2025.



Os defensores desempenham um papel fundamental na responsabilização de agentes estatais e empresariais por violações de direitos humanos, mas enfrentam diversas restrições ao seu trabalho, inclusive obstáculos à liberdade de reunião. Foto de uma demonstração, Brasil. *Do iStock.*

Sensibilidade a conflitos e crescimento da capacidade dos parques solares

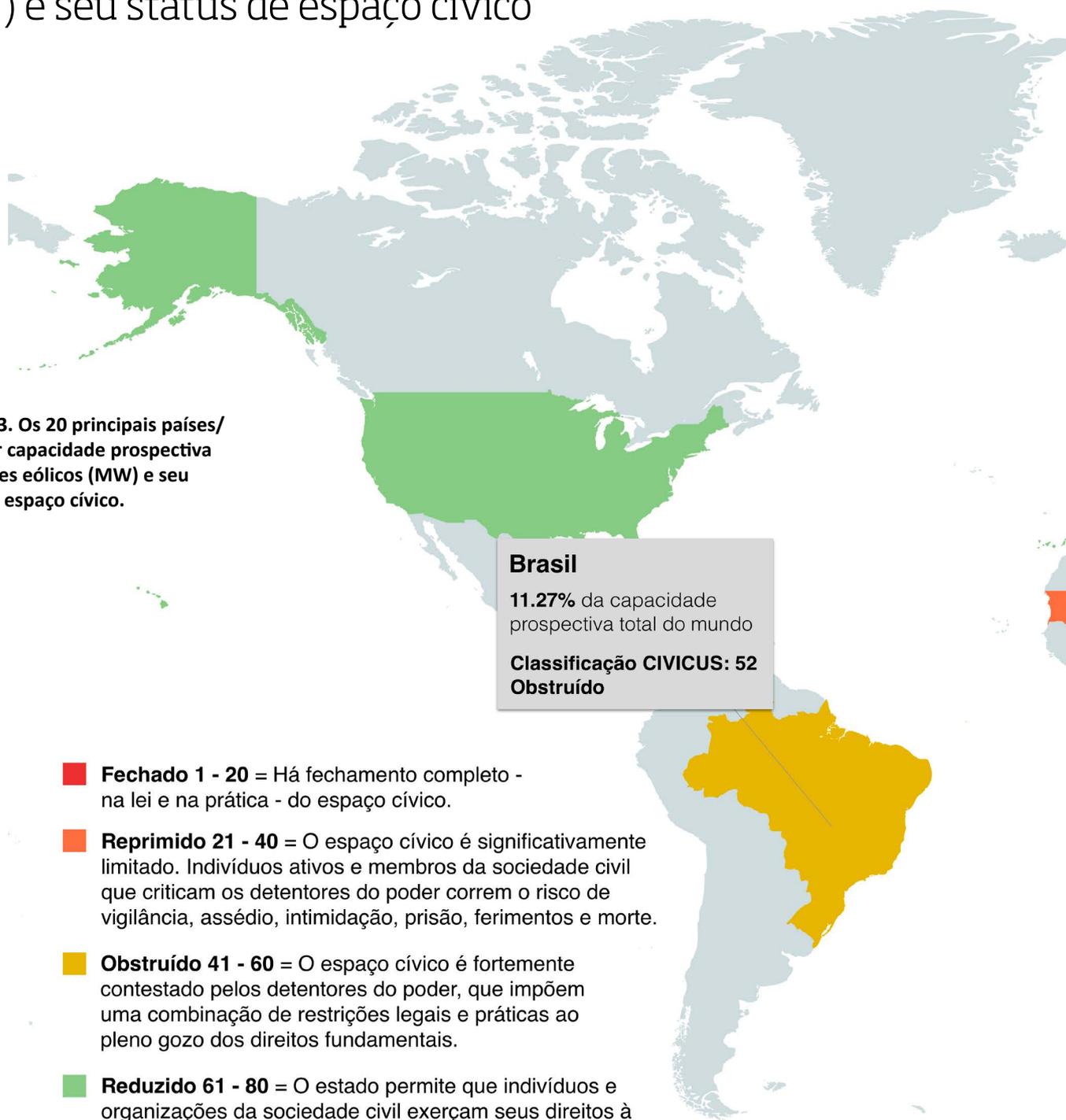
O crescimento prospectivo da capacidade dos parques solares em áreas propensas a conflitos, como a República Democrática do Congo, (consulte o Quadro 4. *Os 20 principais países/áreas por crescimento de capacidade de parque solar (prospectivo/operacional) e sua condição de espaço cívico*, p. 35)) ou em áreas de alto risco, gera preocupações críticas sobre a necessidade de sensibilidade a conflitos em projetos de energia renovável. Empresas que operam em áreas de alto risco e afetadas por conflitos têm maior probabilidade de contribuir para violações graves de direitos humanos por meio de suas operações. Empresas não são participantes neutras em áreas de alto risco e afetadas por conflitos, e devem sempre identificar os impactos potenciais e reais sobre os direitos humanos, bem como sobre o conflito (DDDH reforçada), a fim de não contribuir para o aumento de conflitos ou violações dos direitos humanos.³⁸ Além disso, e conforme destacado ao longo do relatório, a característica de uso intensivo da terra dos setores de energia solar, eólica e hidrelétrica representa mais riscos para as comunidades, e pode contribuir para o aumento das tensões, uma vez que as atividades das empresas que dependem de recursos naturais e da terra competem frequentemente com as comunidades e os povos indígenas pela terra e pelos recursos essenciais para sua subsistência, alimentação e sustento. Empresas não são participantes neutras em áreas de alto risco e afetadas por conflitos, e devem sempre identificar os impactos potenciais e reais sobre os direitos humanos, bem como sobre o conflito (DDDH reforçada), a fim evitar contribuir para o aumento de conflitos ou violações dos direitos humanos. Isto, combinado com a falta de sensibilidade ao conflito e de respeito à BHR, representou uma ameaça conjunta às perspectivas de paz.³⁹

A expansão da capacidade de parques solares e eólicos em países com conflitos ou violência generalizada coloca os defensores em maior risco de ataques, e exige que as empresas e os investidores sejam sensíveis a conflitos em suas operações e decisões de investimento, além de enfatizar a necessidade de uma DDDH mais rigorosa que considere os impactos dos conflitos na devida diligência.⁴⁰

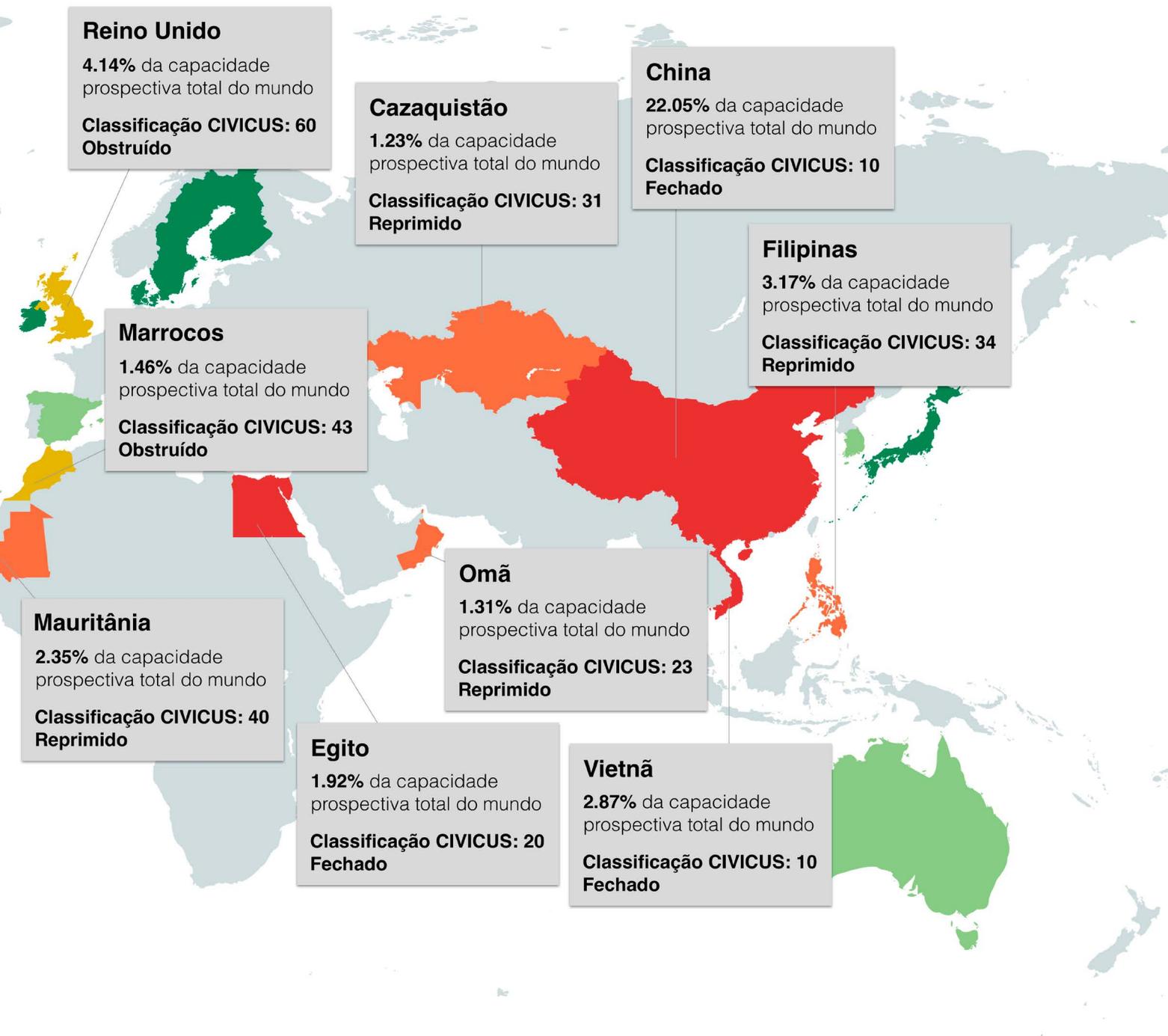
Os 20 principais países/áreas

por capacidade prospectiva de parques eólicos (MW) e seu status de espaço cívico

FIGURA 3. Os 20 principais países/áreas por capacidade prospectiva de parques eólicos (MW) e seu status de espaço cívico.



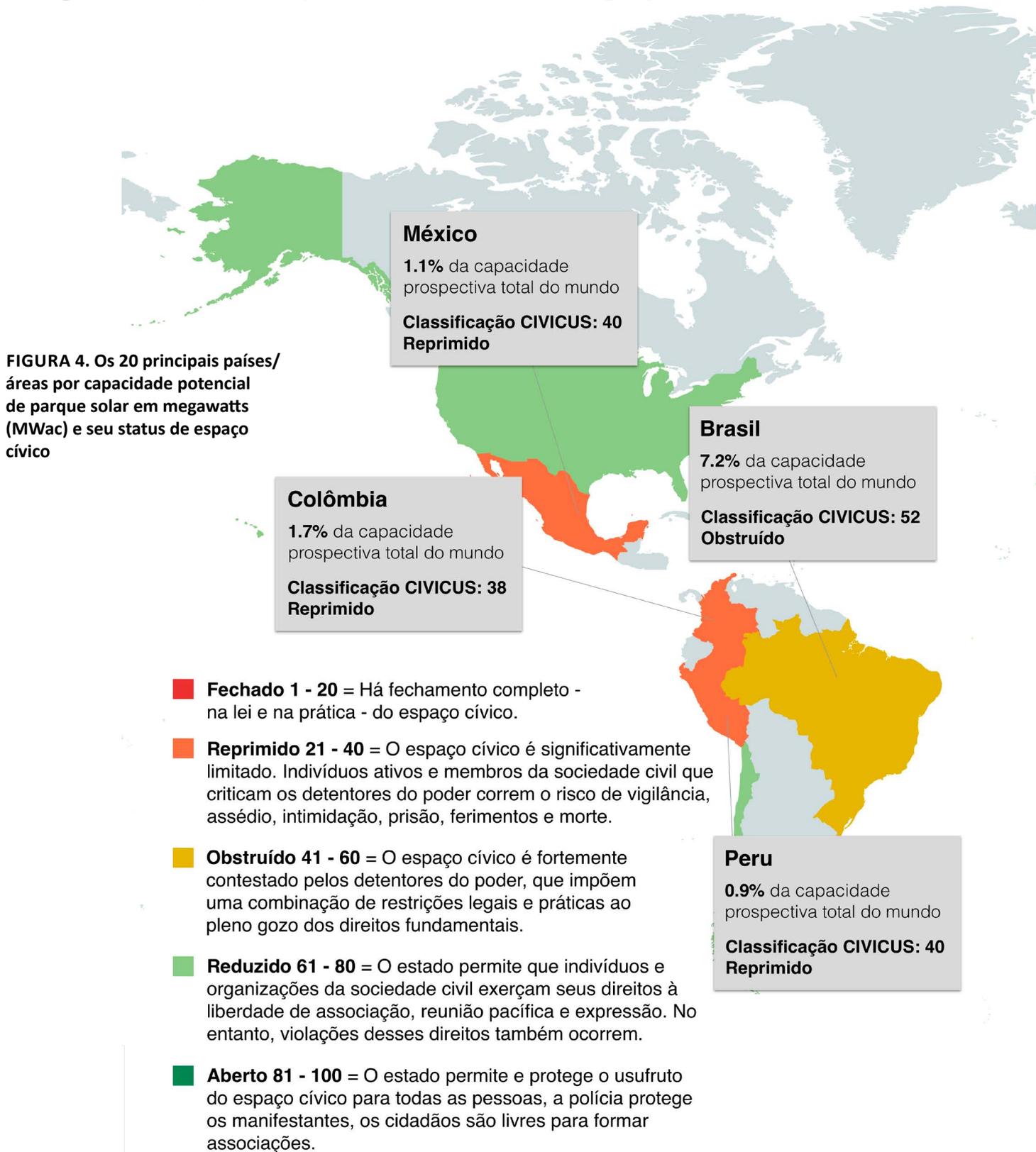
- Fechado 1 - 20** = Há fechamento completo - na lei e na prática - do espaço cívico.
- Reprimido 21 - 40** = O espaço cívico é significativamente limitado. Indivíduos ativos e membros da sociedade civil que criticam os detentores do poder correm o risco de vigilância, assédio, intimidação, prisão, ferimentos e morte.
- Obstruído 41 - 60** = O espaço cívico é fortemente contestado pelos detentores do poder, que impõem uma combinação de restrições legais e práticas ao pleno gozo dos direitos fundamentais.
- Reduzido 61 - 80** = O estado permite que indivíduos e organizações da sociedade civil exerçam seus direitos à liberdade de associação, reunião pacífica e expressão. No entanto, violações desses direitos também ocorrem.
- Aberto 81 - 100** = O estado permite e protege o usufruto do espaço cívico para todas as pessoas, a polícia protege os manifestantes, os cidadãos são livres para formar associações.

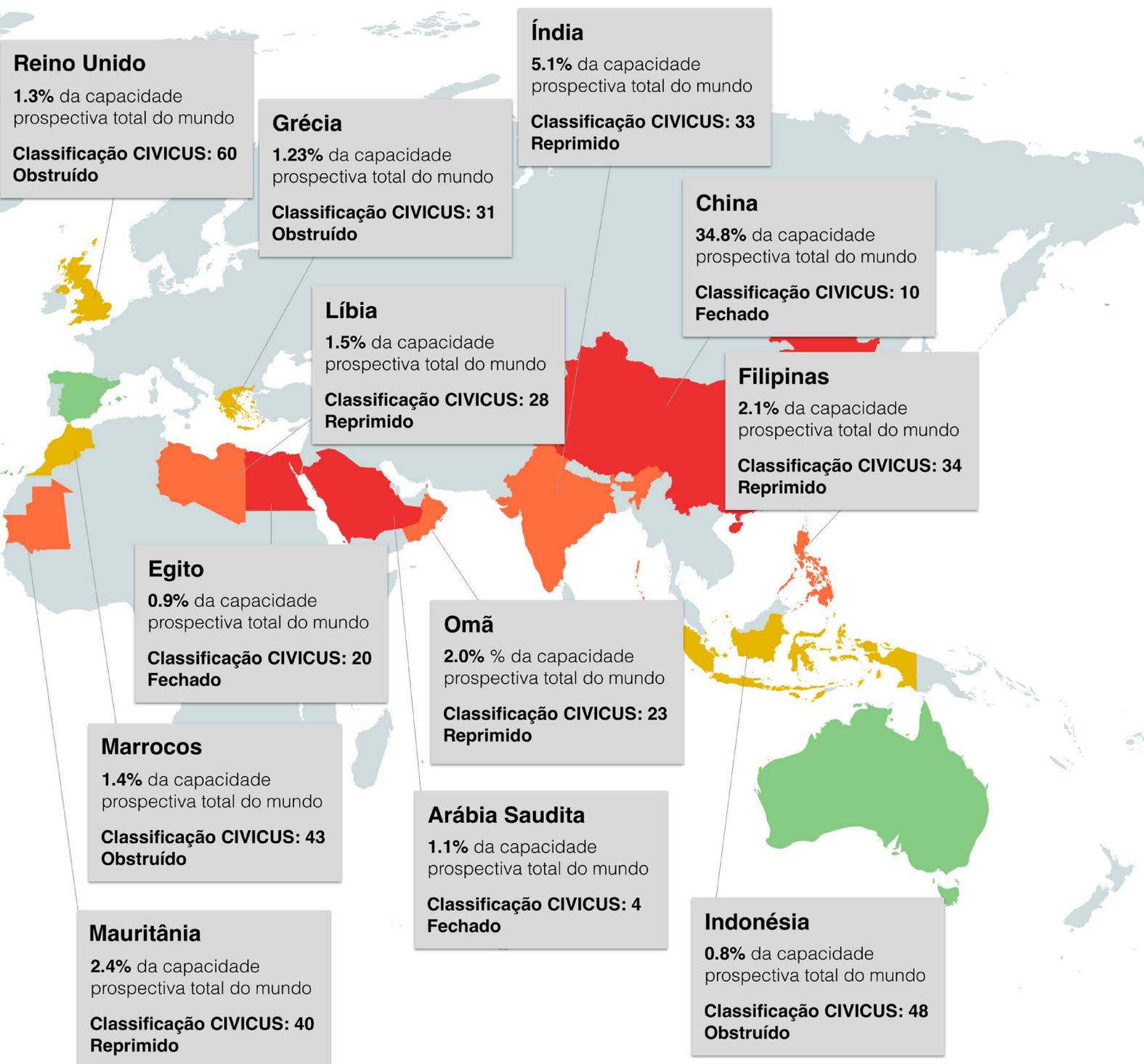


Interface de mapa criada com mapchart.net

Os 20 principais países/áreas

por capacidade potencial de parque solar em megawatts (MWac) e seu status de espaço cívico





Interface de mapa criada com mapchart.net

Quadro 3. Os 20 principais países/áreas por capacidade potencial de parque solar em megawatts (MWac) e sua condição de espaço cívico

Classificação	País/área	Capacidade solar prospectiva (soma de construção, pré-construção, anunciada) (MWac)	Percentual do total global	Condição do espaço cívico CIVICUS	CIVICUS pontuação 1-100
	Total mundial	1,927,613	100%		
1	China	670,935	34.8%	Fechado	10
2	Brasil	139,376	7.2%	Obstruído	52
3	Estados Unidos	116,636	6.1%	Reduzido	62
4	Austrália	114,147	5.9%	Reduzido	76
5	Espanha	103,062	5.3%	Reduzido	72
6	Índia	98,442	5.1%	Reprimido	33
7	Grécia	64,512	3.3%	Obstruído	57
8	Mauritânia	47,032	2.4%	Reprimido	40
9	Filipinas	40,359	2.1%	Reprimido	34
10	Oman	39,508	2.0%	Reprimido	23
11	Colômbia	31,955	1.7%	Reprimido	38
12	Líbia	28,039	1.5%	Reprimido	28
13	Marrocos	26,219	1.4%	Obstruído	43
14	Reino Unido	25,070	1.3%	Obstruído	60
15	Chile	24,830	1.3%	Reduzido	80
16	Arábia Saudita	21,363	1.1%	Fechado	4
17	México	20,943	1.1%	Reprimido	40
18	Egito	17,320	0.9%	Fechado	20
19	Peru	16,820	0.9%	Reprimido	40
20	Indonésia	14,769	0.8%	Obstruído	48
22	Moçambique	11,911	0.6%	Reprimido	39
124	Honduras	139	0.007%	Reprimido	37

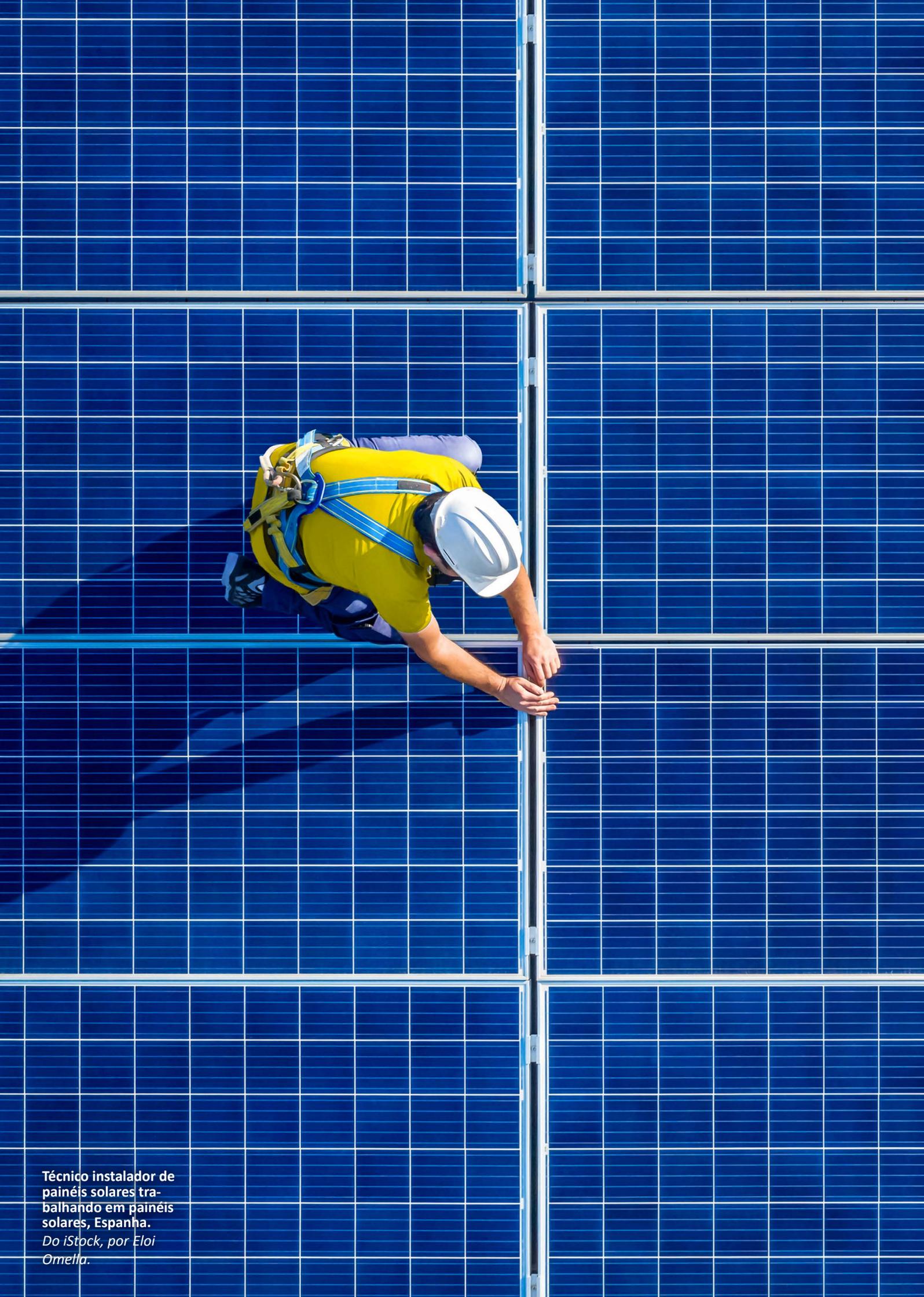
Fonte: Comparação compilada pela Swedwatch, fevereiro de 2025. Dados do Global Solar Power Tracker, Global Energy Monitor e TransitionZero, publicação de fevereiro de 2025, e CIVICUS Monitor, fevereiro de 2025.

Quadro 4. Os 20 principais países/áreas por crescimento de capacidade de parque solar (prospectivo/operacional) e sua condição de espaço cívico^{III}

Classificação	País/ área	Percentual de crescimento prospectivo Percentual (prospectivo/operacional)	Condição do espaço cívico CIVICUS	Classificação CIVICUS 1-100
1	Etiópia	207827%	Fechado	20
2	Montenegro	92909%	Reduzido	76
3	República Democrática do Congo	62090%	Reprimido	27
4	Noruega	42051%	Aberto	97
5	Mauritânia	35308%	Reprimido	40
6	Botsuana	20352%	Reduzido	69
7	Finlândia	14415%	Aberto	92
8	Tunísia	13718%	Reprimido	37
9	Moçambique	11995%	Reprimido	39
10	Sri Lanka	10192%	Reprimido	37
11	Bahrein	8738%	Fechado	18
12	República do Congo	7022%	Reprimido	30
13	Sérvia	6806%	Obstruído	49
14	Kuwait	6668%	Reprimido	27
15	Laos	6303%	Fechado	6
16	Líbia	6092%	Reprimido	28
17	Paraguai	5170%	Obstruído	56
18	Namíbia	4915%	Reduzido	80
19	Grécia	4619%	Obstruído	57
20	Nova Zelândia	4100%	Aberto	89

Fonte: Comparação compilada pela Swedwatch, fevereiro de 2025. Dados do Global Solar Power Tracker, Global Energy Monitor e TransitionZero, publicação de fevereiro de 2025, e CIVICUS Monitor, 12 de fevereiro de 2025.

III Os dados que descrevem os 20 principais países por crescimento de capacidade de parque solar (prospectivo/operacional) e seu status de espaço cívico abrangem todos os países, independentemente da capacidade operacional, e foram selecionados para destacar pontos importantes sobre o crescimento da capacidade de parque solar em áreas de alto risco e afetadas por conflitos, como a RDC. Os dados que descrevem os 20 maiores percentuais de crescimento >500 MW em operação também mostram alguns riscos notáveis para os defensores. A Colômbia é o lugar mais perigoso do mundo para ser um defensor, com uma estimativa de 461 assassinatos entre 2012 e 2023, e tem o oitavo maior crescimento em capacidade de parques solares (acima de 500 MW de capacidade operacional). As Filipinas são o terceiro país mais perigoso do mundo para os defensores, com um número impressionante de 298 assassinatos registrados entre 2012 e 2023, e é o quinto país com maior capacidade de produção de energia solar (mais de 500 MW de capacidade operacional). Confira em: Global Solar Power Tracker Top Data — Feb 2025, Top 20 percent growth>500 MW, e Global Witness (2024) Missing Voices.



Técnico instalador de painéis solares trabalhando em painéis solares, Espanha.
Do iStock, por Eloi Omella.

4. Estudos de casos

Esta seção ilustra os desafios específicos enfrentados pelos defensores dos direitos humanos e do meio ambiente em projetos de energia hidrelétrica, solar e eólica em Moçambique, Honduras, Brasil e Filipinas. Serve como um lembrete de que a transição para a energia sustentável não é somente uma mudança tecnológica, mas também social, política e econômica. É necessário um ambiente favorável aos defensores — incluindo ativistas ambientais, comunidades indígenas e defensores dos direitos humanos — para garantir a implementação responsável de projetos de energias renováveis, tendo em devida consideração as comunidades locais e o ambiente. No entanto, os defensores enfrentam frequentemente ameaças, intimidação e mesmo violência pelos seus esforços. A sua proteção e capacitação são essenciais para o êxito e a sustentabilidade das iniciativas no domínio das energias renováveis. O fato de tais depoimentos não serem exclusivos dos quatro locais do projeto ressalta a urgência de ouvir os defensores, permitindo que suas experiências informem a busca global por energia limpa. As experiências desses defensores lançam luz sobre os riscos mais abrangentes associados aos projetos de energia renovável quando implementados sem as devidas salvaguardas para os direitos humanos e a proteção ambiental. A Swedwatch entrevistou defensores dos direitos humanos que manifestaram a sua preocupação com este tipo de projetos nas suas comunidades.

Em Moçambique, um defensor da organização Justiça Ambiental (JA!) foi entrevistado sobre o projeto hidroelétrico de Mphanda Nkuwa. Em Honduras, foram entrevistados defensores da organização *Red de Abogadas Defensoras de Derechos Humanos* sobre o projeto solar Los Prados. No Brasil, foram entrevistados defensores da organização Instituto Terramar sobre os projetos eólicos de Bons Ventos. Nas Filipinas, um defensor do Movimento Popular do Rio Jalaur (JRPM) foi entrevistado sobre o projeto multiuso do rio Jalaur, um projeto hidroelétrico.

Esses casos ocorrem em países com desafios significativos em termos de espaço cívico e onde a rápida expansão das energias renováveis intensificou os desafios para as comunidades locais. Em todos os casos, estão envolvidas empresas e investidores europeus, com exceção do projeto nas Filipinas, que é financiado por um investidor sul-coreano.

Cada caso apresenta informações contextuais, relatos em primeira mão de defensores e uma breve análise dos desafios que eles enfrentam, enquadrados em marcos internacionais bem estabelecidos de direitos humanos. Para garantir total transparência, são publicados os textos completos das entrevistas, permitindo que os defensores partilhem as suas experiências sem filtros sobre os impactos destes projetos nas suas comunidades e no ambiente.

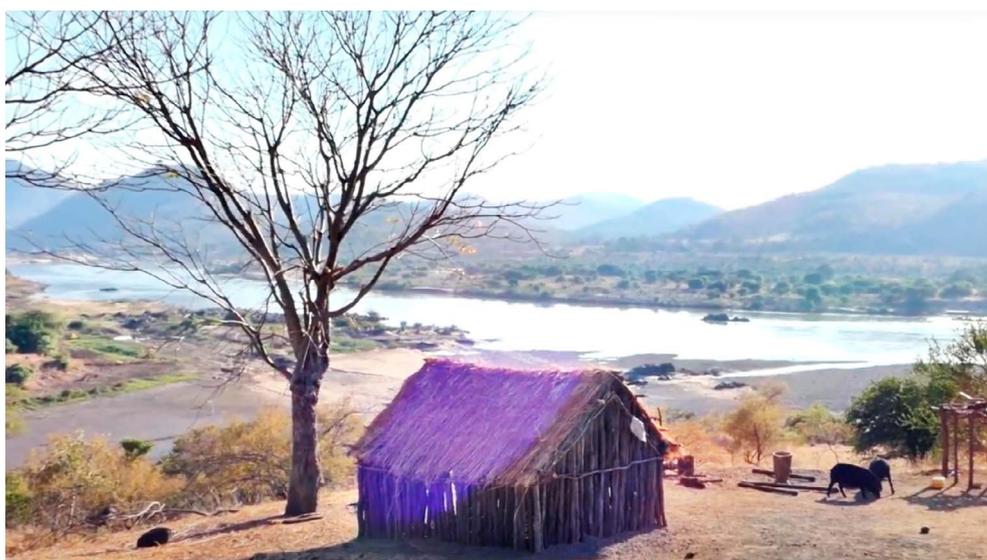
Estes casos servem como um retrato dos desafios, riscos e impactos com que os defensores se deparam quando trabalham para salvaguardar os direitos humanos e o ambiente no âmbito de projetos de energias renováveis. No seu conjunto, estes documentos oferecem uma visão crítica das realidades enfrentadas pelos defensores e das implicações mais vastas destes projetos.

Cada caso inclui também uma breve declaração das empresas envolvidas. Todas as empresas mencionadas no relatório foram contatadas para uma análise e tiveram a oportunidade de fornecer comentários e esclarecimentos, e suas respostas estão incluídas no final de cada caso.

Os depoimentos dos defensores revelam graves riscos para os direitos humanos e lacunas críticas na implementação de projetos de energias renováveis, que não cumprem as normas estabelecidas pelos PONU e pelas orientações da OCDE. Isso inclui, entre outros, o gozo de direitos civis e políticos, direitos humanos e devida diligência ambiental, envolvimento das partes interessadas e acesso a informações. As entrevistas também revelaram riscos relativos aos direitos dos povos indígenas, aos direitos sociais, econômicos e culturais e ao direito a um ambiente limpo e saudável. A extensão e a reincidência dos desafios descritos pelos defensores devem ser mapeadas e investigadas com mais profundidade, especialmente conforme a transição energética se acelera, expandindo seu alcance e impacto.

Caso 1. Energia hidrelétrica em Moçambique: Falta de acesso à informação no projeto hidrelétrico de Mphanda Nkuwa

Moçambique tem a maior capacidade de geração de energia da região do sul da África e é um exportador de eletricidade para os países vizinhos, principalmente para a África do Sul.⁴¹ Reconhecendo o acesso à energia como uma prioridade política, o governo de Moçambique fez progressos significativos, o aumento do acesso da população à energia de 40% em 2021 para 64% em 2024, com uma meta de 100% em 2030. Além disso, o governo pretende posicionar Moçambique como um importante centro de energia na África Subsaariana.⁴²



Justiça Ambiental! (JA!) trabalha com comunidades que seriam afetadas pelo projeto hidrelétrico Mphanda Nkuwa, planejado para o rio Zambeze, na província de Tete.

Foto: A partir de material de vídeo da Justiça Ambiental

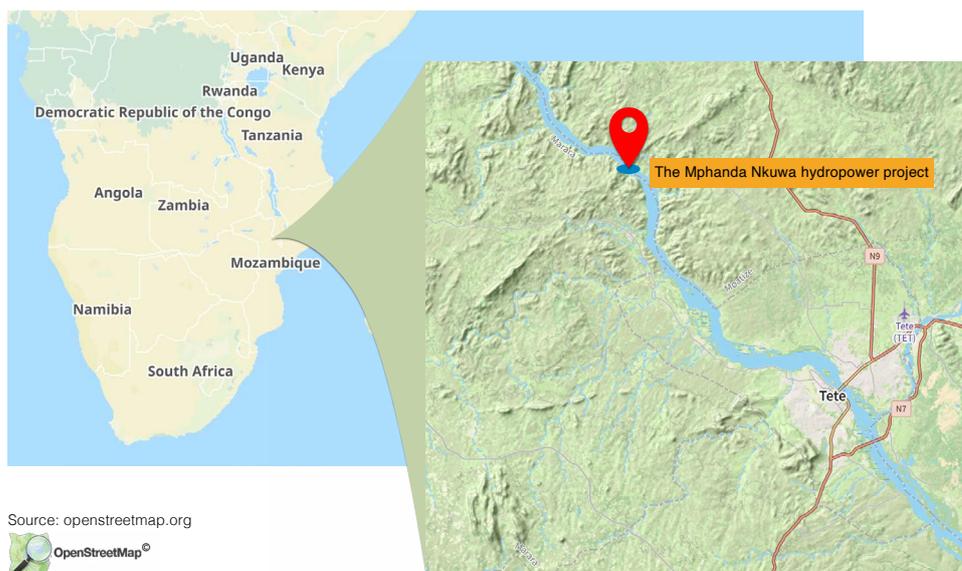


FIGURA 5. Localização do projeto Mphanda Nkuwa

Moçambique depende fortemente da energia hidrelétrica para a produção de energia e estão em construção várias grandes usinas. No plano mestre integrado de desenvolvimento do sistema de energia de Moçambique de 2018, o Ministério de Recursos Minerais destacou 17 projetos hidrelétricos planejados, com o rio Zambeze desempenhando um papel crucial para a futura geração de energia e fornecimento de energia.⁴³ Moçambique tem a oitava maior capacidade hidrelétrica da África,⁴⁴ e em 2022 as fontes renováveis representaram 83,7% da geração de eletricidade, sendo a energia hidrelétrica a principal contribuinte.⁴⁵

No entanto, a rápida expansão dos projetos hidroelétricos de grande escala tem suscitado preocupações crescentes entre as organizações da sociedade civil e as comunidades locais. As principais questões incluem os impactos sociais e ambientais das grandes barragens, inclusive os impactos no ecossistema, o deslocamento de comunidades, o desrespeito aos direitos processuais e a falta de acesso a informações e participação na tomada de decisões relacionadas a esses projetos.⁴⁶

O projeto Mphanda Nkuwa, que aproveita a energia do rio Zambeze, um dos maiores da África, deverá ter uma capacidade de 1500 megawatts e fornecer eletricidade tanto para o mercado interno quanto para o mercado de exportação, com a primeira turbina prevista para entrar em operação em 2031. O projeto incluirá também uma linha de transporte de 1300 km, ligando a central hidrelétrica a Maputo.⁴⁷ Em dezembro de 2023, o governo de Moçambique assinou um acordo de desenvolvimento para construir um projeto hidrelétrico de cinco bilhões de dólares nesta área, com o *Gabinete de Implementação do Projeto Hidroelétrico de Mphanda Nkuwa* (GMNK), a *Electricidade de Moçambique* (EDM) e a *Hidroelétrica de Cahora Bassa* (HCB) — com a EDM e a HCB detendo 30% do projeto — enquanto um consórcio detém 70% das ações do empreendimento. O consórcio, por sua vez, é liderado pela empresa francesa de eletricidade EDF (40%), bem como pela empresa francesa de energia integrada TotalEnergies (30%) e pela

empresa japonesa de comércio integrado e investimento empresarial Sumitomo Corporation (30%). Além do acordo de desenvolvimento conjunto para o projeto hidrelétrico, também foi assinado um acordo/arcação com o Ministério de Recursos Minerais e Energia, estabelecendo as bases para futuros acordos de concessão.⁴⁸

A energia hidrelétrica, uma fonte de energia renovável com décadas de história, continua a ser a forma mais predominante de energia renovável atualmente.⁴⁹ No entanto, cada vez mais pesquisas acadêmicas e relatórios de ONGs apontam para os impactos negativos da energia hidrelétrica, incluindo o comprometimento do acesso a alimentos, meios de subsistência e segurança econômica para as comunidades,⁵⁰ bem como o deslocamento de comunidades, mudanças na qualidade da água e perda de biodiversidade.⁵¹

Desde o início dos anos 2000, quando o governo moçambicano procurou pela primeira vez financiamento para o projeto, as organizações da sociedade civil e as comunidades locais têm manifestado críticas. O projeto tem causado controvérsia desde seu início, e os membros da comunidade local e a organização da sociedade civil Justiça Ambiental! (JA!) manifestaram a sua preocupação com os riscos ambientais, incluindo a destruição de ecossistemas, a perda de meios de subsistência, o deslocamento de comunidades, a falta de transparência sobre o planejamento do projeto, seus impactos ambientais e nos direitos humanos, e a ausência de avaliações de impacto independentes.⁵²

A TotalEnergies, uma das empresas do consórcio por trás do projeto, também foi acusada de graves impactos sobre os direitos humanos relacionados a outro projeto em Moçambique.⁵³

FACT

Caixa 7. Espaço cívico em Moçambique

O espaço cívico em Moçambique diminuiu nos últimos cinco anos. Entre 2018 e 2023, a CIVICUS mudou a categorização do país de obstruído para reprimido. Alguns dos desafios do espaço cívico citados incluem ameaças, discurso de ódio e difamação contra defensores dos direitos humanos que responsabilizam os detentores do poder por falhas na governança, corrupção e violações dos direitos humanos.

Os defensores dos direitos humanos também enfrentam restrições, como detenções arbitrárias, ao abordarem reivindicações ambientais e de direitos humanos relacionadas às atividades da empresa.

Os defensores que trabalham com direitos ambientais, responsabilidade corporativa ou direitos comunitários estão particularmente expostos ao risco de ataques.

Fonte: CIVICUS Monitor, CIVICUS (2021) Bad year for freedom of expression in Mozambique amid human rights crisis in Cabo Delgado. Frontline Defenders, 2024, #Mozambique.



O projeto Mphanda Nkuwa, que aproveita a energia do rio Zambeze, um dos maiores da África, deverá ter uma capacidade de 1500 megawatts e fornecer eletricidade tanto para o mercado interno quanto para o mercado de exportação, com a primeira turbina prevista para entrar em operação em 2031. *Foto: A partir de material de vídeo da Justiça Ambiental.*

Entrevista com Anabela Lemos, Justiça Ambiental (JA!)

A organização de justiça ambiental Justiça Ambiental! (JA!) trabalha com comunidades que seriam afetadas pelo projeto hidrelétrico Mphanda Nkuwa, planejado para o rio Zambeze, na província de Tete. Os defensores dos direitos humanos das comunidades locais trabalham com a JA! desde 2000, para conscientizar os membros da comunidade sobre seus direitos e os impactos ambientais da barragem. Em dezembro de 2022, a JA! enviou uma petição ao parlamento moçambicano em nome de mais de 2600 moçambicanos, pedindo que o projeto fosse interrompido até que questões cruciais sobre seus impactos adversos fossem abordadas. A petição destaca as preocupações generalizadas de que o projeto, conforme o planejamento atual, representa sérios riscos para as comunidades e o meio ambiente. Além disso, a petição alega que o projeto tem avançado sem o devido acesso à informação, sem transparência e consultas inclusivas, e com avaliações de impacto social e ambiental inadequadas. Por exemplo, com relação à análise de sismicidade, impactos sobre sedimentos e como as comunidades são afetadas negativamente.

Anabela Lemos, diretora da JA!, fornece sua análise da situação na área do projeto. O depoimento de Anabela Lemos é apresentado na íntegra:

“Acreditamos que as avaliações de impacto ambiental feitas anteriormente para o projeto (Mphanda Nkuwa) são uma fraude, e que as comunidades afetadas nunca tiveram acesso à informação necessária para poderem tomar uma decisão sobre se querem ou não este projeto nas suas terras.



Anabela Lemos, diretora da organização da sociedade civil Justiça Ambiental! (JA!). A organização está comprometida com a justiça ambiental em Moçambique. Há mais de 20 anos, Lemos e a JA! lutam contra projetos liderados por empresas que deslocam comunidades, prejudicam os meios de subsistência e intensificam as mudanças climáticas. Anabela Lemos e a Justiça Ambiental! foram homenageadas com o Right Livelihood Award em 2024. *Foto: Right Livelihood*

As empresas por trás do projeto devem respeitar os direitos das comunidades, incluindo seu consentimento livre, prévio e informado (CLPI), e não contribuir para exacerbar a desigualdade e a repressão. As vozes das pessoas precisam de ser ouvidas e respeitadas. As pessoas têm o direito de dizer ‘sim’ ou ‘não’ a este projeto, mas não lhes foi perguntado. E para poderem responder à pergunta, precisam de ter acesso a toda a informação relevante, incluindo os impactos nas suas terras, meios de subsistência e cultura, mas em vez disso só ouvem falsas promessas de uma ‘vida melhor’. É necessário efetuar estudos científicos adequados e rigorosos para avaliar os impactos da barragem. Já dissemos isso às empresas, mas elas não nos ouvem. Qual é o custo real deste projeto? Pode ser um desastre para as comunidades que aí vivem e para todo o ecossistema do rio Zambeze. Além dos impactos climáticos das emissões de metano do reservatório, há também riscos sísmicos devido à sua localização singular e outros riscos ambientais. Sem ter devidamente em conta os impactos sociais e ambientais, o chamado desenvolvimento sustentável não passa de uma ilusão.

Organizamos seminários em Maputo com membros da comunidade em 2022 para falar sobre os direitos humanos das comunidades e as preocupações ambientais relacionadas ao projeto. Quando as comunidades voltaram para casa, foram chamadas pela polícia e interrogadas. Os membros da comunidade e o pessoal do JA! foram acusados de serem terroristas só porque se deslocaram a Maputo. Fomos detidos na polícia para interrogatório por algumas horas, sem nosso advogado, mas eles não tinham provas para sustentar as alegações e, por fim, tiveram que nos deixar ir embora.

Os membros da comunidade da área do projeto da barragem que participaram dos seminários também receberam telefonemas de líderes locais e do governo local indagando sobre o que haviam feito e advertindo sobre a colaboração com o JA! Em reuniões comunitárias posteriores, algumas destas mesmas pessoas foram excluídas, apesar de fazerem parte da comunidade. Isto não está correto. Também apresentamos queixas ao tribunal administrativo sobre a falta de informação em torno do projeto. Uma vez que o projeto é do interesse do Estado, as vozes das comunidades não são ouvidas. Não deveria ser assim.

Enviamos cartas com as nossas preocupações sobre o projeto diretamente às empresas envolvidas. Também informamos a empresa sobre as ameaças e intimidações que estão ocorrendo no local, de modo que tanto a EDF quanto a TotalEnergies estão cientes de que seu projeto está alimentando tensões sociais nas comunidades locais e, especificamente, para os defensores dos direitos humanos e ambientais”.

Análise: Falta de acesso a informações e envolvimento significativo das partes interessadas

O setor hidrelétrico de Moçambique está se expandindo e continuará a crescer nos próximos anos, aumentando o fornecimento de energia renovável tanto para o país quanto para toda a região. No entanto, a sociedade civil e as comunidades levantam sérias questões sobre os impactos sociais e ambientais dessa expansão, como é o caso do projeto Mphanda Nkuwa. Defensores dos direitos humanos e do meio ambiente enfrentam desafios significativos, incluindo restrições ao seu trabalho e a não defesa de seus direitos no contexto de projetos de desenvolvimento em larga escala. Garantir a sua proteção e participação significativa é crucial para uma transição energética justa e sustentável.

Um dos principais problemas salientados na entrevista foi a falta de acesso à informação, incluindo a falta de informação confiável (como avaliações adequadas dos impactos ambientais). O acesso à informação é crucial para que as comunidades e os defensores possam ter opiniões informadas sobre o impacto que os projetos podem ter nas suas vidas e no ambiente ao redor. Avaliações de impacto ambiental (AIA) abrangentes, transparentes e confiáveis são importantes tanto para defender o direito de acesso à informação, conforme a Convenção de Aarhus^{IV}, quanto para garantir o direito a um ambiente saudável,⁵⁴ e o cumprimento de outros direitos ambientais.

IV Para obter informações sobre a Convenção de Aarhus, consulte o apêndice: International Frameworks for Protecting Human Rights Defenders in Business and Environmental Sectors (p. 47-52), ou a Convenção de Aarhus completa, 1998. Disponível em: <https://unece.org/environment-policy/public-participation/aarhus-convention/text>.

De acordo com o princípio 18 dos PONU, as Diretrizes da OCDE^V (especificamente a diretriz 15) e a Convenção de Aarhus, as partes interessadas relevantes devem ser consultadas em relação às atividades comerciais.^{VI} O artigo 13 da diretiva de sustentabilidade corporativa (CSDDD) de 2024^{VII} também estipula que as empresas precisam engajar significativamente as partes interessadas afetadas, incluindo comunidades e defensores, em todas as etapas do processo de devida diligência.

O depoimento de Moçambique destaca a preocupação com os agentes da lei que alegadamente detiveram indivíduos para interrogatório, sem o devido processo legal, depois de terem participado em reuniões sobre o projeto de energia renovável com a JA!. A realização de reuniões para discutir os impactos adversos das atividades comerciais, como projetos de energia renovável, é permitida pela liberdade de reunião, uma importante liberdade cívica e um direito humano básico descrito no pacto internacional sobre direitos civis e políticos.⁵⁵ Conforme a declaração da ONU sobre os defensores dos direitos humanos, os defensores também têm o direito de obter informações relacionadas aos direitos humanos e de desenvolver e discutir novas ideias e princípios de direitos humanos e de defender sua aceitação.⁵⁶

Nos casos em que houver suspeitas de atividades ilegais por parte dos defensores, a polícia deve sempre seguir o devido processo legal e não deter arbitrariamente os defensores por expressarem suas preocupações. Além disso, os defensores que usaram sua liberdade de expressão para criticar os projetos supostamente enfrentaram retaliações na forma de exclusão dos espaços de tomada de decisão, bem como ameaças e intimidações. As empresas devem criar um ambiente seguro para os defensores expressarem as suas preocupações sobre os impactos adversos dos projetos, sem medo ou risco de retaliação (comentário 14, Orientações da OCDE 2023). É importante observar que, embora essas ações tenham sido perpetradas por forças de segurança e autoridades locais, os PONU afirmam que as empresas têm a responsabilidade de identificar, prevenir e mitigar os riscos de direitos humanos relacionados às suas próprias atividades, bem como aqueles relacionados às suas relações comerciais e aos impactos ligados a operações, produtos e serviços, veja a Caixa 8. *Como as empresas devem “tomar as medidas apropriadas” segundo os PONU?*

V Para obter informações sobre as Diretrizes da OCDE e os PONU, consulte o apêndice: International Frameworks for Protecting Human Rights Defenders in Business and Environmental Sectors (p. 71-75). A redação sobre o envolvimento significativo das partes interessadas foi reforçada na atualização de 2023 das diretrizes da OCDE. A exemplo de OECD Watch (2023) Meaningful Stakeholder Engagement 2.0.? Tracing Developments in the Revised 2023 OECD Guidelines for Multinational Enterprises. 24 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.oecdwatch.org/meaningful-stakeholder-engagement-2-0-tracing-developments-in-the-revised-2023-oecd-guidelines-for-multinational-enterprises/> (Acessado em 13 November 2024).

VI Consulte o apêndice: International Frameworks for Protecting Human Rights Defenders in Business and Environmental Sectors (p. 71-75).

VII No momento em que este artigo foi escrito, a diretiva estava sendo reformulada, seguindo uma proposta de pacote da Comissão Europeia, o pacote Omnibus, para enfraquecer as regras da UE sobre sustentabilidade, relatórios e devida diligência. As alterações em matéria de contabilidade, auditoria, CSRD, CSDDD e outras deverão ser decididas em 2025. Consulte o apêndice: International Frameworks for Protecting Human Rights Defenders in Business and Environmental Sectors (p. 71-75).

Caixa 8. Como as empresas devem “tomar as medidas apropriadas” segundo os PONU?

As empresas devem respeitar os direitos humanos, identificando, prevenindo, atenuando e tratando os impactos adversos. Isto inclui uma consulta significativa dos grupos e partes interessadas afetados. Se ocorrerem violações, eles devem agir para evitar mais danos, interromper as violações em andamento e fornecer soluções.

- 1. Se o agente tiver *causado* diretamente o dano,** deverá tomar as medidas necessárias para cessar e minimizar o impacto.
- 2. Se o agente empresarial tiver *contribuído* para o dano,** a empresa deverá tomar as medidas necessárias para interromper ou impedir sua contribuição e usar sua influência para mitigar ao máximo qualquer impacto remanescente.
- 3. Se o dano estiver *ligado* à sua cadeia de valor, operações, produtos ou serviços ou a relações comerciais,** depende.
 - a. Se houver influência, a empresa deve usá-la para evitar ou mitigar o impacto adverso.
 - b. Se não houver influência, ou houver pouca, pode haver maneiras de a empresa aumentar a influência.
 - c. Se não houver nenhuma maneira de obter influência, os atores podem considerar a possibilidade de interromper a relação, considerando avaliações realistas dos prováveis impactos negativos sobre os direitos humanos.
 - d. Se a relação continuar, os agentes comerciais devem ser responsáveis pelos esforços contínuos para mitigar o abuso, ou então lidar com as possíveis consequências morais, financeiras ou legais.

Quanto mais complexa for a situação, maior será a necessidade de recorrer a uma consultoria especializada e independente para decidir como reagir.

Fonte: PONU, princípios 17-19.

Para cumprir as normas em matéria de direitos humanos, as empresas devem envolver significativamente as partes interessadas e garantir a existência de informações confiáveis e adequadas sobre os seus projetos. Embora as empresas devam tomar as medidas necessárias para cessar e prevenir os impactos que causaram, ou para os quais contribuíram, as empresas devem usar sua influência, se houver, para prevenir e mitigar os impactos adversos vinculados a seus projetos, mesmo quando esses atos forem cometidos por terceiros, como a polícia ou as autoridades locais.

Resposta das empresas

A Swedwatch contactou a EDF, a TotalEnergies e a Sumitomo, convidando as empresas a partilharem as suas perspectivas e a contribuírem para o processo. O consórcio forneceu uma resposta conjunta afirmando que “uma análise sólida das alternativas de projeto está em andamento. Essa análise considera vários parâmetros,

incluindo impactos ambientais, sociais e econômicos, hidrologia, mudanças climáticas e viabilidade técnica e econômica. O objetivo da análise de alternativas é confirmar que o projeto será viável segundo os padrões ambientais e sociais conforme as práticas recomendadas internacionais, como os padrões da IFC”.

O consórcio declarou ainda que a avaliação de impacto ambiental e social (AIAS) é fundamental para identificar e avaliar os riscos e impactos ambientais e sociais durante o projeto, e que a sua intenção é incluir as preocupações expressas pelas partes interessadas em relação ao estado de desenvolvimento do projeto. O consórcio também expressou o seu compromisso de respeitar os direitos das comunidades locais e das partes interessadas. O consórcio declarou que “a transparência é um valor fundamental, e o parceiro estratégico está criando um plano de envolvimento das partes interessadas, incluindo as comunidades, para garantir uma colaboração bem-sucedida e o desenvolvimento do projeto conforme os regulamentos moçambicanos e as normas internacionais”.

A resposta completa fornecida pelo consórcio está disponível no site da Swedwatch: <https://swedwatch.org/ul/report-human-rights-defenders-at-risk-in-the-renewable-energy-transition/>.

Caso 2. Energia solar em Honduras: protestos da comunidade e conflitos legais em torno do projeto solar norueguês

O governo de Honduras planeja aumentar os investimentos no setor de energia, incluindo as energias renováveis. O setor das energias renováveis de Honduras, que inclui a energia hidrelétrica, solar, eólica e a biomassa, representa 55% do total da

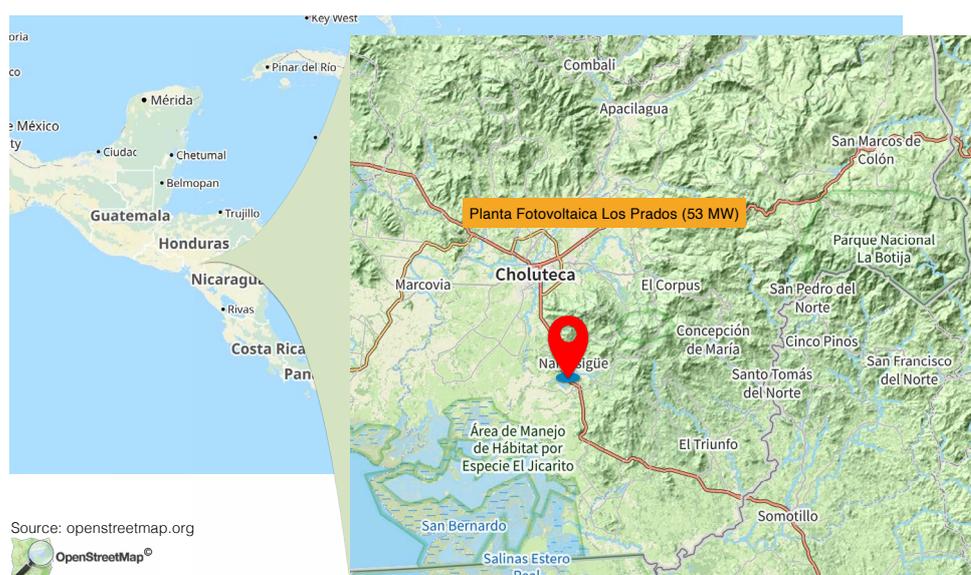


FIGURA 6. Localização do projeto Los Prados



Os painéis solares do projeto Los Prados fornecem eletricidade ao Sistema Nacional Interconectado de Honduras. Foto: Red de Abogadas Defensoras de Derechos Humanos (RADDH).

produção de eletricidade do país. Até 2038, o governo pretende produzir 80% da energia total do país a partir de fontes renováveis, o que implicará uma expansão substancial dos projetos de energia solar.⁵⁷

Com o apoio da instituição norueguesa de financiamento do desenvolvimento Norfund e do fundo de pensão norueguês KLP, a empresa norueguesa Scatec está desenvolvendo projetos de energia solar na região sul de Choluteca, perto da costa do Pacífico. Em 2014, a Scatec entrou no mercado de Honduras e construiu a usina de energia solar Água Fria, de 60 MW. No final de 2015,⁵⁸ Scatec e Norfund, as IFD da Noruega, adquiriram 35 MW do projeto solar de Los Prados e, em 2018, a central foi ligada à rede. Los Prados é um conjunto de cinco projetos solares fotovoltaicos que, juntos, somam até 50 MW. O Norfund também forneceu financiamento de capital próprio para a construção dos projetos. Os projetos solares da Scatec em Honduras também foram parcialmente controlados e financiados pelo fundo de pensão norueguês KLP.⁵⁹

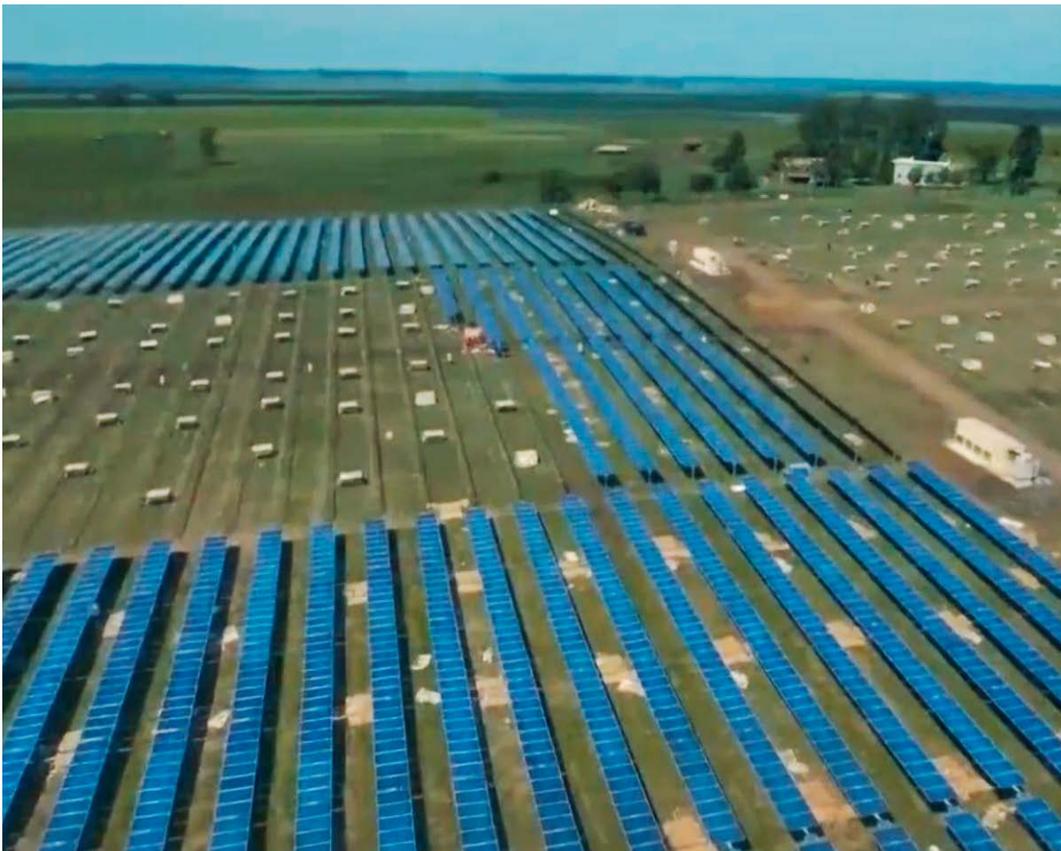
Os membros e líderes da comunidade manifestaram a sua preocupação com a falta de consulta em relação aos projetos de energias renováveis. De acordo com defensores e comunidades, houve vários relatos de retaliações contra aqueles que se opõem aos projetos, incluindo vigilância por meio de câmeras e drones, perseguição, hostilidades de seguranças privados e estigmatização por representantes da empresa. A cobertura da mídia local relatou forte oposição das comunidades afetadas por esses projetos, ressaltando a crescente tensão e os riscos enfrentados pelos defensores no processo.⁶⁰

Caixa 9. Espaço cívico em Honduras

A situação dos defensores dos direitos humanos em Honduras é periclitante. A CIVICUS classificou o país como reprimido em 2024, citando questões como violência e assédio contra jornalistas, defensores de direitos humanos (DDH) e organizações da sociedade civil (OSC), intimidações e vigilância de defensores em protestos e impunidade para ataques contra defensores.

A Global Witness estima que, entre 2012 e 2023, 149 defensores foram mortos em Honduras. Só em 2023, pelo menos 13 defensores de direitos humanos foram mortos, principalmente em relação a conflitos fundiários e ambientais. A criminalização e as ameaças a defensores de direitos humanos que defendem a terra se intensificaram por meio de ações judiciais e acusações de "usurpação". Foram criados mecanismos de proteção nacionais, mas os defensores dos direitos humanos continuam expostos a riscos elevados.

Fonte: CIVICUS Brief, Honduras: Submission to the UN Human Rights Committee on the deterioration of civic space, 12 de agosto 2024. Global Witness (2024) Missing Voices.



Los Prados é um conjunto de cinco projetos solares fotovoltaicos que, juntos, somam até 50 MW. Ele está situado na região sul de Choluteca, próximo à costa do Pacífico.

Foto: Red de Abogadas Defensoras de Derechos Humanos (RADDH).



Denia Castillo, advogada da Red de Abogadas Defensoras de Derechos Humanos. A RADDH defende, assessora e realiza ações estratégicas de litígio para pessoas que foram vítimas de violações de direitos humanos, especialmente meninas e mulheres do sul de Honduras.
Foto: Red de Abogadas Defensoras de Derechos Humanos (RADDH)

Entrevista com Denia Castillo, Red de Abogadas Defensoras de Derechos Humanos

Denia Castillo trabalha na *Red de Abogadas Defensoras de Derechos Humanos*, uma rede comunitária de mulheres advogadas na região de Choluteca. A rede desenvolve litígios estratégicos e apoia indivíduos vulneráveis, vítimas de abusos de direitos humanos e comunidades afetadas negativamente por projetos de desenvolvimento. Segundo a Red de Abogadas, os projetos energéticos de Los Prados foram realizados de forma ilegal e sem uma consulta adequada, o que também foi comunicado à Scatec numa carta dirigida à empresa.⁶¹

O depoimento de Denia Castillo é apresentado na íntegra:

“Quando os projetos de energia solar chegaram aos seus territórios, as comunidades não tinham qualquer informação. Pensaram que se tratava de uma expansão da exploração de cana-de-açúcar nas proximidades. Mais tarde, descobrimos que não se tratava de um, mas de vários projetos diferentes de energia solar. Foram divididas em partes menores para facilitar o processo de licenciamento administrativo e ambiental. Ninguém perguntou o que as comunidades queriam ou explicou o que era. Algumas delas eram propriedade de uma empresa norueguesa financiada por fundos de pensões noruegueses e ajuda ao desenvolvimento. Não podíamos acreditar.

Quando as máquinas pesadas e o equipamento técnico começaram a chegar, as comunidades iniciaram um protesto pacífico, montando tendas no exterior da área privada. Depois, o projeto ficou parado e foi transferido para outra comunidade. Mas lá também o projeto enfrentou resistência, e um acampamento foi montado. Membros da comunidade, na sua maioria mulheres, permaneceram no local durante meses. Os militares vieram para expulsá-los. Protestamos e dissemos que não é função dos militares proteger empresas estrangeiras e que eles estariam cometendo

um crime. Então, a segurança privada foi enviada para remover o acampamento. Foi horrível.

As empresas responderam apresentando acusações e criminalizando os líderes comunitários.

Posteriormente, descobrimos que havia corrupção e vínculos com o narcotráfico nos projetos, ligados à administração anterior. Foi realizada uma reunião aberta na prefeitura e a grande maioria das comunidades rejeitou o projeto.

Vale a pena mencionar que, quando as licenças para esses projetos foram concedidas, em 20 de janeiro de 2014, o congresso nacional estava fechado. Por conseguinte, as empresas são ilegais e fraudulentas. Em vista disso, apresentamos 33 denúncias de corrupção contra diferentes funcionários públicos à UFERCO (unidade especial de promotoria contra redes de corrupção).

Como defensores, tivemos que enfrentar uma terrível campanha de difamação na mídia e on-line por trabalhar no caso, e nosso escritório foi atacado e tivemos que nos mudar. Não tem sido fácil. Como somos mulheres, algumas de nós também tiveram que enfrentar formas de assédio de gênero, questionando nossa vida privada ou estado civil, por exemplo. Honduras é um país perigoso para as mulheres defensoras dos direitos humanos, e sabemos que o nosso trabalho não é isento de riscos. Mas temos de proteger as comunidades.”

Análise: Protestos comunitários e conflitos jurídicos

Na entrevista, a *Red de Abogadas Defensoras de Derechos Humanos* aponta vários riscos e alegadas violações relacionadas aos defensores. Isso inclui a falta de direitos processuais, a falta de informações sobre projetos planejados e a falta de envolvimento significativo das partes interessadas, todos esperados segundo os PONU, as diretrizes da OCDE e a Convenção de Aarhus.^{VIII} A Red de Abogadas também chamou a atenção para a alegada criminalização dos defensores, especificamente a utilização de ações judiciais para restringir o trabalho dos defensores dos direitos humanos e do ambiente.⁶²

De acordo com a entrevistada, as forças de segurança privadas dispersaram os protestos da comunidade, apesar de os defensores terem o direito de protestar pacificamente ao abrigo do direito de reunião internacionalmente reconhecido, regulado pelo pacto internacional sobre os direitos civis e políticos (PIDCP). Outra preocupação levantada pelo entrevistada foi a criminalização dos líderes e defensores comunitários, ou seja, que alguns dos processos movidos contra os defensores são SLAPP (ações judiciais estratégicas contra a participação pública). As SLAPP são processos legais contra defensores apresentados ao judiciário por empresas para restringir o trabalho dos defensores e silenciar suas críticas. Exemplos típicos de

VIII Para mais informações sobre estes arcabouços, consulte o apêndice: International Frameworks for Protecting Human Rights Defenders in Business and Environmental Sectors (p. 71-75).



Denia Castillo, da RADDH, à esquerda na foto, diz que quando o maquinário pesado e o equipamento técnico começaram a chegar, as comunidades iniciaram um protesto pacífico, montando barracas do lado de fora da área privada. O projeto foi paralisado e transferido para outra comunidade. Mas lá também o projeto enfrentou resistência, e um acampamento foi montado. Os membros da comunidade, em sua maioria mulheres, permaneceram ali por meses, até que a segurança privada removeu o acampamento.

Foto: Red de Abogadas Defensoras de Derechos Humanos (RADDH).

SLAPP incluem ações judiciais por calúnia e difamação movidas por empresas em retaliação a protestos legítimos ou liberdade de expressão. As SLAPP podem também ser utilizadas pelos governos e por outros atores poderosos para intimidar, silenciar ou punir indivíduos ou organizações que se pronunciem ou se envolvam em atividades relacionadas com o interesse público, frequentemente no contexto de questões sociais, ambientais ou de direitos humanos. As SLAPP podem ser muito eficazes para restringir as atividades dos defensores devido à dificuldade que estes enfrentam para se defenderem num contexto judicial que exige conhecimentos técnicos e jurídicos, tempo e recursos monetários significativos. Isso também desvia o foco das acusações contra as empresas para as acusações contra os defensores.

Segundo a Red de Abogadas, houve campanhas de difamação on-line e na mídia, por representantes da mídia, em relação ao trabalho dos defensores envolvendo o parque de painéis solares. Além disso, o escritório da rede foi fisicamente atacado, e empresas de segurança privada supostamente invadiram as aldeias. Embora estas campanhas de difamação não tenham sido iniciadas pela própria empresa, é fundamental que as empresas enviem uma mensagem clara e pública de apoio ao direito ao trabalho dos defensores dos direitos humanos. Isto inclui a comunicação interna com os funcionários e parceiros comerciais, bem como mensagens externas dirigidas aos meios de comunicação social, governos anfitriões, líderes locais e público em geral.

Isto é especialmente crítico em países como Honduras, onde o espaço cívico é reprimido, e onde os defensores dos direitos humanos têm historicamente enfrentado a violência tanto do Estado como das empresas. Conforme destacado pela Swedwatch e outras organizações,⁶³ las campanhas de difamação muitas vezes servem como sinais de alerta de que os defensores dos direitos humanos podem estar em risco de sofrer novos ataques. Se não forem contestadas pelos responsáveis, incluindo os atores estatais e empresariais, essas narrativas podem retratar os defensores como “encrenqueiros”, aumentando sua vulnerabilidade a ameaças de outras fontes.

Quando tais preocupações são levantadas em relação a atividades comerciais, as empresas devem realizar investigações minuciosas para identificar, prevenir, atenuar e resolver potenciais riscos e impactos adversos em matéria de direitos humanos.

As campanhas de difamação violam as normas internacionais e as práticas recomendadas de negócios e direitos humanos, especialmente com relação ao diálogo de boa-fé. As diretrizes da OCDE, por exemplo, afirmam que “o envolvimento significativo das partes interessadas se caracteriza por uma comunicação bidirecional e depende da boa-fé dos participantes”.

Mesmo quando campanhas de difamação, ameaças, incursões ou outras ações são realizadas por terceiros, como o Estado, a mídia, a polícia, empresas de segurança privada, as empresas continuam sendo responsáveis pela realização de DDDH. As empresas devem cessar, mitigar, prevenir e remediar quaisquer impactos adversos diretos que estejam causando ou para os quais estejam contribuindo, e tomar as medidas apropriadas para lidar com os impactos negativos ligados às suas operações, serviços ou relações comerciais. Mais informações sobre como as empresas devem “tomar as medidas apropriadas” conforme os PONU estão disponíveis no quadro 8.

Além disso, quando as campanhas de difamação têm origem em terceiros, como os meios de comunicação, mas estão relacionadas com as atividades comerciais de uma empresa, esta deve assumir uma posição clara. Isto inclui manifestar publicamente o apoio aos defensores dos direitos humanos e implementar políticas de tolerância zero contra a retaliação e a difamação.

Conforme as recomendações do grupo de trabalho das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos, as empresas e os Estados devem ver os defensores dos direitos humanos como parceiros valiosos que fornecem percepções sobre os contextos locais e os riscos dos direitos humanos no local, em vez de considerá-los adversários.⁶⁴ As empresas devem garantir o cumprimento das normas internacionais em matéria de direitos humanos, incluindo o acesso à informação e o envolvimento significativo das partes interessadas.

No início da entrevista, a entrevistada explicou que o projeto inclui várias iniciativas solares, cada uma construída e de propriedade de diferentes entidades em vários momentos, com financiamento de diversos investidores. Nos casos que envolvem estruturas complexas de propriedade e de financiamento, ou em que a propriedade muda ao longo do tempo, a transparência, o acesso à informação e uma orientação clara sobre a procura de reparação são particularmente importantes para os membros da comunidade e para os defensores. O atual proprietário maioritário, a

Scatec, declarou anteriormente que foram realizadas consultas adequadas antes de o projeto ser iniciado pelo seu antecessor. É essencial observar que, conforme as normas internacionais, as empresas devem realizar uma DDDH completa em casos de mudança de propriedade, antes, durante e após fusões e aquisições, e na entrada no mercado. Os riscos são frequentemente herdados das fases anteriores do ciclo de um projeto, que incluem a consulta, o licenciamento e a configuração inicial. Antes de estabelecer novas relações, devem ser efetuadas avaliações do impacto nos direitos humanos, dos riscos de corrupção e de outros fatores. Este fato é descrito nos princípios 16-19 orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos (PONU).⁶⁵ As empresas e os investidores que causam ou contribuem para violações devem cessar, mitigar e remediar os impactos negativos sobre os defensores. As empresas e os investidores também devem tomar as medidas apropriadas para lidar com as violações de terceiros que estejam ligadas às suas operações, como um empreendedor anterior.^{IX}

A Scatec afirmou seu compromisso com todos os direitos humanos reconhecidos internacionalmente, incluindo a Declaração Internacional de Direitos Humanos e a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, juntamente com o processo de DDDH.⁶⁶

Respostas das empresas

Segundo a Scatec, o desenvolvedor anterior realizou consultas à comunidade antes do início do projeto Los Prados, com a maioria dos membros da comunidade respondendo positivamente. A Scatec declarou ainda que, desde 2016 e antes da construção e exploração dos parques solares, realizou várias reuniões com membros da comunidade, informando sobre o âmbito do projeto.⁶⁷

A Swedwatch entrou em contato com a Scatec, a KLP e a Norfund para permitir que as empresas e os investidores fornecessem seus comentários e opiniões sobre os casos. A Scatec apresentou uma resposta, também em nome da Norfund e da KLP. Em sua resposta, os três responsáveis abordaram as principais preocupações e forneceram esclarecimentos detalhados. A resposta enfatizou o compromisso das empresas com a transparência e a responsabilidade como princípios fundamentais de suas operações. Salientaram a sua abertura ao diálogo com as partes interessadas e abordaram questões específicas levantadas.

Quanto à questão da segurança privada, a Scatec, a KLP e a Norfund declararam que o papel da equipe de segurança associada ao projeto limita-se à proteção das instalações da usina, e que a equipe de segurança não atua nas comunidades locais ou fora dos limites do projeto. Além disso, a Scatec delineou sua política, exigindo que toda a equipe de segurança privada passe por um treinamento periódico em direitos humanos para garantir a conduta ética e a adesão às práticas recomendadas.

IX Para obter mais detalhes sobre medidas apropriadas, consulte: Como as empresas devem “tomar as medidas apropriadas” segundo os PONU, no apêndice: Arcabouços internacionais para a proteção dos defensores dos direitos humanos nos setores empresarial e ambiental (p. 71-75).

As empresas negaram firmemente qualquer envolvimento em campanhas de difamação, ataques ou ações contra organizações de direitos humanos. Reiteraram o seu compromisso de respeitar os direitos humanos através de políticas e práticas empresariais estabelecidas.

Na sequência das alegações da Red de Abogadas, a Scatec declarou que tem mantido um diálogo permanente com as comunidades afetadas pelos seus projetos. A Scatec declarou igualmente que, ao longo do tempo, tinha mantido relações fortes e estáveis com as comunidades vizinhas, e apresentou uma visão geral do histórico operacional do projeto e dos esforços de envolvimento da comunidade. Iniciativas específicas de desenvolvimento comunitário incluíram brigadas médicas, instalações fotovoltaicas comunitárias, campanhas ambientais, reflorestamento comunitário, apoio a escolas locais e melhorias no sistema de água. A Scatec declarou que continua a apoiar e a monitorizar as instalações fotovoltaicas para poços de água comunitários na Ranchería e em El Obraje, o que permitiu poupar mais de 50% das contas de eletricidade da comunidade desde 2022.

Além disso, as empresas enfatizaram seu compromisso com o engajamento contínuo das partes interessadas e com o diálogo aberto, destacando essas práticas como essenciais para abordar as preocupações e garantir o entendimento mútuo com as comunidades locais.

A resposta completa da empresa está disponível no site da Swedwatch: <https://swedwatch.org/ul/report-human-rights-defenders-at-risk-in-the-renewable-energy-transition/>.

Caso 3. Energia eólica no Brasil: Consulta insuficiente às partes interessadas no projeto Bons Ventos

A energia renovável responde por quase 45% do fornecimento de energia primária do Brasil, posicionando o país entre as nações menos intensivas em carbono do mundo em termos de geração de energia. Embora a energia hidrelétrica continue a ser a fonte de energia renovável dominante, a energia solar e a energia eólica estão a crescer rapidamente e deverão registar uma expansão significativa nos próximos anos.⁶⁸

Na região nordeste do Brasil, estado do Ceará, os parques eólicos terrestres atuais estão sendo impulsionados por planos de produção de energia eólica offshore e produção de hidrogênio verde. O desenvolvimento de parques eólicos no estado do Ceará começou como uma parceria público-privada para diversificar e estabilizar o fornecimento de energia do país. Esta foi a resposta a uma escassez de água e a uma crise energética em 2001, que ocorreu quando o Brasil ainda dependia em 90% da energia hidrelétrica.⁶⁹

O projeto Bons Ventos, instalado no Quilombo do Cumbe, município de Aracati, litoral oeste do Ceará, é composto por 67 turbinas eólicas e é um dos maiores parques eólicos do Brasil. O projeto teve início em 2008 e, em 2010, obteve um empréstimo de 50 milhões de dólares do Nordic Investment Bank (NIB) — a instituição financeira

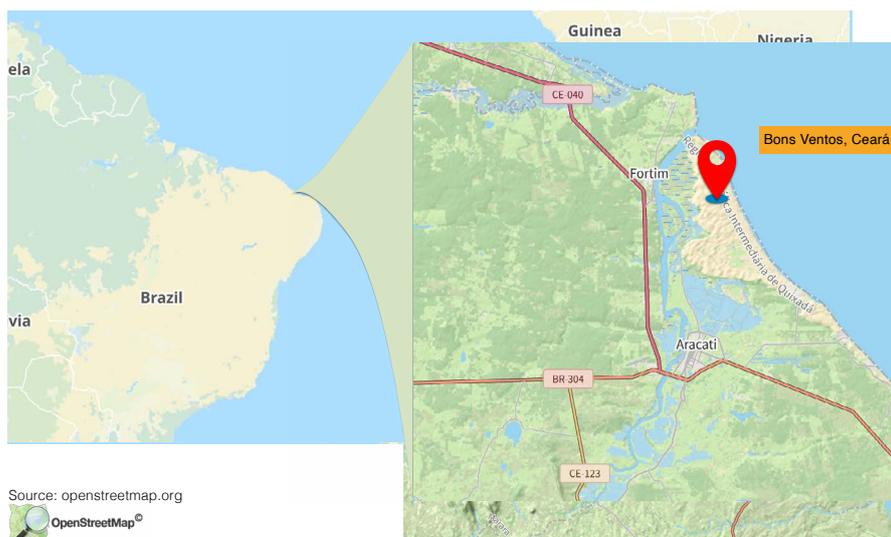


FIGURA 7 Localização del proyecto Bons Ventos

internacional dos países nórdicos e bálticos. O empréstimo do NIB foi cofinanciado pelos BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e BNB (Banco do Nordeste do Brasil S.A). Foram selecionadas para o projeto tecnologias avançadas de várias empresas dos países membros do NIB.⁷⁰ O primeiro proprietário do projeto foi a empresa brasileira Bons Ventos Geradora de Energia S.A., que vendeu o projeto em 2012 ao seu atual operador, a CPFL Energias Renováveis.⁷¹

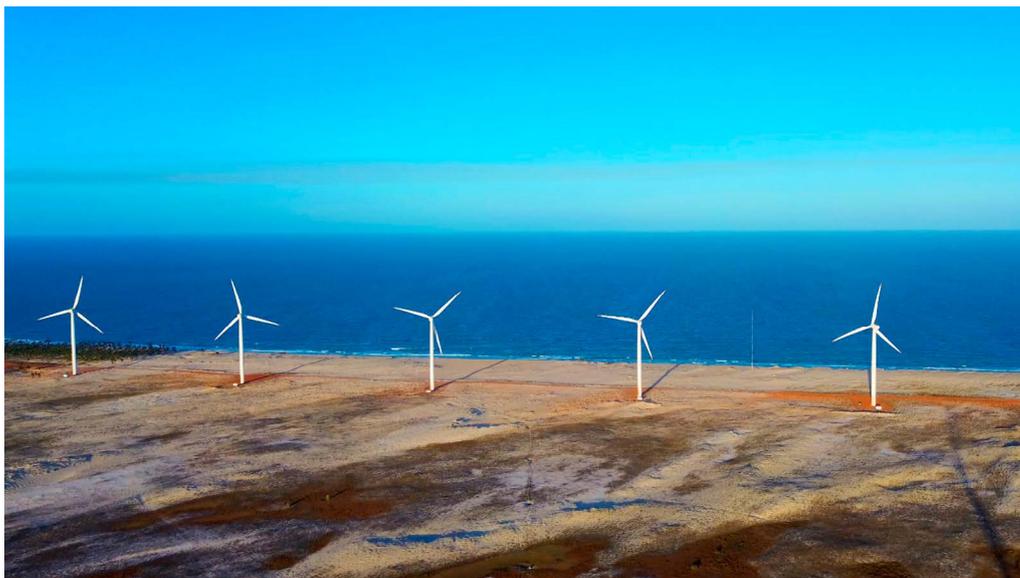
De acordo com uma descrição do projeto no site do NIB, o impacto ambiental negativo foi considerado aceitável, uma vez que será compensado pelos impactos ambientais positivos de uma eletricidade mais ecológica. Membros da comunidade “foram compensados pelos inconvenientes relacionados ao projeto (como tráfego e acesso limitado às áreas do projeto) por meio de melhorias nas estradas, moradias, infraestrutura social e fornecimento de programas educacionais”.⁷²

FACT

Caixa 10. Programa de proteção dos defensores dos direitos humanos

O programa de proteção aos defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas é uma política governamental no Brasil, criada em 2004 e regulamentada pelos decretos no. 6.044/2007 e no. 9.937/2019, para oferecer proteção a pessoas defensoras de direitos humanos em situação de risco ou ameaça em decorrência de sua atuação. Trata-se de um dos primeiros programas governamentais de proteção aos defensores de direitos humanos do mundo. Apesar da existência do programa, o Brasil continua a ser um dos lugares mais perigosos do mundo para os defensores.

Fonte: ACNUDH.



Os projetos de parques eólicos no Ceará estão concentrados em áreas onde vivem comunidades tradicionais de pescadores, e quilombolas. Portanto, de acordo com os entrevistados, a comunidade pesqueira teve seu acesso ao mar restringido. O Instituto Terramar é uma organização da sociedade civil, cujo trabalho se concentra principalmente na garantia dos direitos coletivos e individuais dessas comunidades costeiras tradicionais do Ceará, especialmente os direitos a um ambiente saudável, ao território, à diversidade cultural, ao trabalho e à participação política. *Foto: Instituto Terramar.*

No entanto, pesquisadores acadêmicos e organizações da sociedade civil documentaram um aumento nas tensões sociais e vários impactos adversos nos meios de subsistência de comunidades tradicionais marginalizadas, incluindo comunidades quilombolas,^x decorrentes da energia eólica no estado do Ceará.⁷³ Além das preocupações com o impacto ambiental, a perda de meios de subsistência e os litígios sobre o acesso à terra e aos recursos naturais, as entrevistas com a ONG Instituto Terramar e com membros das comunidades afetadas também sugerem que a situação dos defensores foi afetada negativamente.

X "Consideram-se comunidades quilombolas (...) os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autodeclaração, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida", artigo 2º do Decreto 4.887/2003, que regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, a que se refere o artigo 68 da Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

Caixa 11. Espaço cívico no Brasil

Em 2023, o Brasil foi considerado o segundo país mais letal do mundo para defensores da terra e do meio ambiente e, entre 2012 e 2023, estima-se que 401 defensores foram mortos, segundo o relatório da Global Witness “Missing Voices”.

Existe uma impunidade generalizada para as empresas, o Estado e outros atores que violam os direitos humanos ou cometem crimes violentos. A CIVICUS classifica o espaço cívico no Brasil como obstruído.

O relator especial da ONU sobre a situação dos defensores destacou os interesses econômicos como motivadores de conflitos no Brasil e afirmou que “a revisão da legalidade de todas as concessões atuais dadas a empresas deve ser priorizada” e que os defensores são criminalizados por defenderem os direitos humanos.

O Brasil assinou, mas ainda não ratificou, o Acordo de Escazú, um tratado regional destinado a proteger os direitos ambientais, o acesso à informação e a justiça na América Latina e no Caribe. O acordo garante a todos o direito de acesso à informação ambiental, incluindo detalhes sobre os riscos ambientais e as medidas de proteção ambiental. Defende uma participação significativa nos processos de tomada de decisão que têm impacto nas comunidades e no ambiente. Além disso, o tratado exige que os países ofereçam acesso à justiça quando esses direitos forem violados, e criem medidas para proporcionar aos defensores do meio ambiente um contexto seguro e propício para que possam “atuar sem ameaças, restrições e insegurança”, bem como responsabilizar aqueles que ameaçam ou cometem atos de violência e intimidação contra eles.⁷⁴

Fonte: ACNUDH (2024) Brasil: Systemic impunity and economic interests are killing human rights defenders one after the other, says UN expert, CIVICUS Monitor 2024, Global Witness Annual Report 2023/2024, 2022/2023, Global Witness (2024) Missing Voices, p.16.

Entrevistas com defensores no estado brasileiro do Ceará

A Swedwatch entrevistou representantes do Instituto Terramar sobre os projetos na área. Devido à grave situação de segurança e ao risco significativo de retaliação, eles solicitaram o envio de uma resposta coletiva em vez de declarações individuais.

“Nas comunidades da zona costeira que apoiamos direta ou indiretamente, há pessoas inscritas no programa de proteção aos defensores dos direitos humanos. E o número de defensores incluídos tem aumentado nos últimos anos, abrangendo vários setores econômicos, inclusive empresas eólicas. As disputas territoriais estão se tornando mais intensas, com as empresas eólicas usando várias estratégias para enfraquecer a organização comunitária e intensificar as disputas entre as pessoas que vivem no local. Com a crescente presença do crime organizado em territórios de conflito socioambiental, a situação dos defensores dos direitos humanos é ainda mais agravada.

Embora o Brasil já tenha uma matriz energética predominantemente renovável, há

uma demanda crescente para ampliar a geração de energia eólica e solar em terra, além de desenvolver novas frentes, como a eólica offshore e a produção de energia por meio do hidrogênio verde. Todos os documentos oficiais indicam que essa produção prevista será destinada à exportação e não à demanda doméstica. Vivemos em tempos de alterações climáticas e de um crescente apelo global à alteração das matrizes energéticas, sendo a transição energética apontada como uma estratégia central para combater o aquecimento global. No entanto, a expansão das energias renováveis no sul global tem revelado contradições, violações dos direitos humanos, impactos socioambientais e reiterado desigualdades históricas. Atualmente, o Ceará possui 100 parques eólicos em operação em terra, além de 75 projetos em fase de planejamento. O estado também se destaca por seu ambicioso plano de expansão offshore: segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), há 97 parques eólicos offshore planejados no país, dos quais 25 estão previstos para o Ceará, além da expansão da produção de hidrogênio verde. A forma como os projetos de energias renováveis têm sido implementados intensificou os conflitos socioambientais, ameaçando a biodiversidade e deixando um rasto de impactos profundos, muitas vezes irreversíveis.

As escolhas de localização para a instalação de projetos de parques eólicos no Ceará concentram-se em áreas onde vivem comunidades tradicionais pesqueiras, e comunidades quilombolas, muitas vezes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Durante o processo de licenciamento, a discriminação contra essas pessoas é comum, elas são excluídas das decisões, não são consultadas e, muitas vezes, nem sequer são informadas sobre o que vai acontecer em seus territórios e modos de vida. Suas terras são expropriadas, sua presença é invisibilizada e eles



De acordo com os entrevistados, o parque eólico Bons Ventos foi construído onde está localizado o cemitério centenário da comunidade de Cumbe, em Aracati, Brasil. Como resultado, o cemitério foi cercado e a comunidade agora precisa solicitar permissão para acessá-lo.

Foto: Instituto Terramar.



O Brasil é um dos países mais perigosos para os defensores no mundo. Para este relatório, os entrevistados são anônimos para evitar retaliações.

Foto: Instituto Terramar

chegam a ser expulsos de seus territórios. Há também efeitos adversos na saúde humana, alterações na paisagem e nos costumes das comunidades locais, abandono parental e exploração sexual de mulheres durante a fase de instalação dos parques eólicos. Assim, todos os encargos e perdas recaem sobre estas populações, que já sofrem de várias desigualdades e injustiças, e nem sequer beneficiam da energia produzida nos seus territórios.”

Além disso, um membro da comunidade, que quis permanecer anônimo, declarou:

“Quando o parque eólico foi instalado, fomos apanhados de surpresa. A empresa veio e não mostrou qualquer respeito pelas pessoas que viviam na nossa comunidade. Quando um projeto desse porte chega, nos sentimos tão pequenos diante dele que parece que não temos poder. Vieram sem informação, sem explicação. Como é possível planejar algo que me afeta, que afeta uma população, que nos afeta, a comunidade tradicional, que tem toda uma relação com esse território, sem nós? A empresa de energia eólica estimulou a divergência entre os membros da comunidade que são a favor e os que são contra a empresa. Essa prática é muito antiga, desde a colonização, dividindo para ter esse controle. Com o tempo, ganhamos mais destaque por estarmos na linha da frente da luta, mas também enfrentamos a perseguição e a criminalização. Alguns dos nossos dirigentes tiveram de abandonar o território porque o risco era muito elevado.”

Para além dos parques eólicos terrestres já em funcionamento, vários entrevistados manifestaram também preocupação com os impactos sociais e ambientais, bem como com os impactos para os defensores, da expansão planeada da energia eólica ao longo da costa.

Análise: Programas de proteção para defensores e falta de envolvimento significativo das partes interessadas

Numa visita ao Brasil em abril de 2024, o relator especial das Nações Unidas sobre a situação dos defensores dos direitos humanos salientou a ameaça extrema que os defensores dos direitos humanos enfrentam no país. Reconheceu também que os atores empresariais têm sido um motor de conflitos no país, colocando em risco os defensores dos direitos humanos. As terras quilombolas e de outros povos tradicionais são frequentemente disputadas por projetos empresariais. “A demarcação e titulação das terras indígenas, quilombolas e de outros povos tradicionais, bem como a revisão da legalidade de todas as concessões existentes dadas às empresas devem ser priorizadas”, segundo o relator especial.⁷⁵

Neste contexto, a proteção dos defensores deve ser uma prioridade máxima na proteção dos direitos humanos por parte das empresas e dos investidores. A expansão da energia eólica no Brasil mostra que mesmo os projetos de energia limpa podem ter impactos sociais e ambientais significativos para as comunidades. Em entrevista ao Terramar, eles explicaram como os defensores que denunciam esses riscos sofrem retaliações e perseguições.

A Terramar e os membros da comunidade manifestaram várias preocupações relacionadas com os direitos processuais, incluindo o acesso limitado à informação, a exclusão de certos grupos étnicos do processo de tomada de decisões e a ausência de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). Segundo a Constituição brasileira de 1988, os quilombolas têm direitos coletivos à terra e, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, os direitos dos povos indígenas e tribais, aos quais os quilombolas pertencem, estipulam que as pessoas afetadas por projetos precisam ser consultadas adequadamente, e a realocação deve “ocorrer somente com seu consentimento livre e informado.”⁷⁶

Espera-se que as empresas envolvam as partes interessadas de forma significativa, tal como previsto nos PONU, nas Diretrizes da OCDE e na Convenção de Aarhus. Além disso, os Estados têm a responsabilidade de proteger contra as violações dos direitos humanos no seu território por terceiros, incluindo as empresas, tal como especificado nos PONU. Os depoimentos recolhidos pelo Instituto Terramar revelam que um número crescente de defensores está inscrito no programa de proteção dos defensores dos direitos humanos do governo.

Como um dos primeiros a adotar o programa de proteção liderado pelo governo,⁷⁷ o Brasil tem demonstrado um compromisso político com os direitos humanos. No entanto, é fundamental garantir a coerência das políticas entre as entidades governamentais. O governo deve assegurar que as políticas de proteção dos direitos humanos estejam alinhadas com as garantias de respeito pelos direitos humanos em projetos de energias renováveis, acordos de concessão e parcerias público-privadas (PPP), tal como recomendado pelos princípios 8-10 dos PONU. Muitos projetos de energias renováveis recebem financiamento público, quer do governo nacional, quer de doadores governamentais internacionais, agências de crédito à exportação e IFD. Os projetos com um apoio significativo do Estado — através de PPP ou outras formas



De acordo com os entrevistados, o perigo dos cabos elétricos impossibilita a circulação pela área ocupada pelas usinas. Os moinhos de vento da foto estão situados no Quilombo do Cumbe, Aracati. *Foto: Instituto Terramar.*

de apoio — requerem um exame minucioso, tal como descrito no capítulo sobre o nexo Estado-empresa dos PONU, e os Estados devem tomar medidas adicionais para proteger os defensores das violações dos direitos humanos.

As IFD devem realizar a sua própria DDHH, levando cuidadosamente em conta os defensores e o espaço cívico, para garantir que os seus financiamentos, clientes e projetos não estão ligados a violações dos direitos humanos.

Respostas das empresas

A Swedwatch entrou em contato com a CPFL, a empresa que opera o projeto, bem como com o BNB, o NIB e o BNDES, os investidores envolvidos na Bons Ventos, convidando-os a compartilhar suas perspectivas e fornecer informações sobre o caso. A CPFL e o BNB não forneceram qualquer resposta, apesar de várias tentativas. O Banco Nórdico de Investimento (NIB) respondeu, declarando que reconhecia a importância da responsabilidade social no setor bancário e sublinhou que avalia a conformidade dos projetos com as normas sociais, incluindo os direitos humanos e laborais. O NIB confirmou a concessão de um empréstimo de 50 milhões de dólares à Bons Ventos Geradora de Energia S.A. em setembro de 2010, e declarou que os detalhes do projeto e o resumo de sustentabilidade foram divulgados no site do NIB. A iniciativa foi cofinanciada pelos bancos de desenvolvimento brasileiros BNDES e BNB, e o empréstimo já foi pago. O NIB declarou ainda que, na época do financiamento, o projeto cumpria os requisitos do NIB, que incluíam um processo de diligência ambiental e social que envolvia visitas ao local do projeto no Ceará, Brasil.

O banco de desenvolvimento brasileiro BNDES afirmou que está atento e sensível às diversas críticas que surgiram nos últimos anos em relação à implantação de projetos de geração de energia renovável, principalmente no Nordeste brasileiro, e que vem promovendo uma série de discussões internas e externas com o objetivo de aprimorar sua atuação no setor para mitigar esses impactos. O BNDES afirmou ainda que, nesse processo, a contribuição da sociedade civil e das instituições de pesquisa é fundamental.

As respostas completas do NIB e do BNDES estão disponíveis no site do Swedwatch: <https://swedwatch.org/ul/report-human-rights-defenders-at-risk-in-the-renewable-energy-transition/>.

Caso 4. Energia hidroelétrica en Filipinas: Etiquetado rojo y persecución de defensores en el proyecto multiusos del río Jalaur

O governo filipino está priorizando o desenvolvimento do setor de energia renovável, incluindo fontes de energia hidrelétrica, solar, eólica e geotérmica, e apresentou várias novas políticas para atrair investimentos estrangeiros para o setor.⁷⁸

As Filipinas anunciaram sua ambição de aumentar sua participação na geração de energia renovável de 6% para 35% até 2030. Isto representaria um aumento de 160% da capacidade hidrelétrica em relação aos níveis atuais, em que a energia hidrelétrica representa atualmente cerca de 4,5% do consumo energético. Para atingir estes objetivos, o governo aprovou nos últimos anos 450 novas centrais hidrelétricas, desde pequenas microrredes a grandes megaprojetos. Embora as pequenas microrredes sejam em maior número, quase todo o fornecimento de energia provém de grandes centrais hidroelétricas.⁷⁹ Prevê-se que a energia hidrelétrica, por meio de projetos de

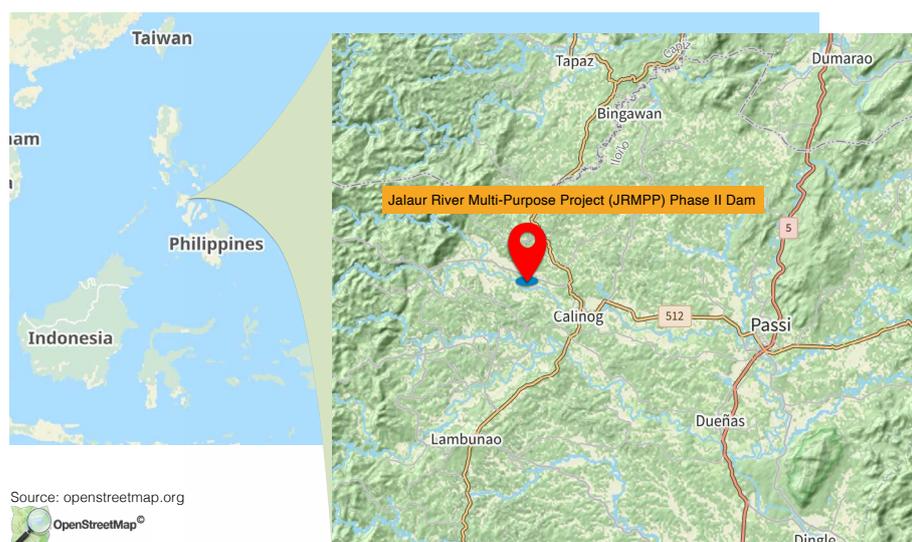


Figura 8. Localização do projeto multiuso do rio Jalaur

pequena e grande escala, seja responsável por 10% da produção de eletricidade do país nos próximos anos, e vários novos projetos estão em construção.⁸⁰

A energia hidrelétrica tem a infraestrutura mais desenvolvida de todas as energias renováveis, mas pesquisadores acadêmicos e ONGs também destacaram seus impactos adversos sobre a biodiversidade, os ecossistemas locais, as inundações, a pesca e os meios de subsistência das pessoas.⁸¹

O projeto multiuso do rio Jalaur é um dos muitos projetos hidrelétricos nas Filipinas e é o primeiro reservatório de água em grande escala a ser construído nas regiões de Visayas e Mindanau. O projeto multiuso do rio Jalaur consiste em duas fases, sendo que a primeira fase diz respeito à reabilitação de quatro sistemas de irrigação fluvial existentes na província de Iloilo, e a segunda fase abrange a construção de três barragens e infraestruturas associadas. Em 3 de setembro de 2018, a Administração Nacional de Irrigação (NIA) e a Daewoo Engineering and Construction Co. Ltd. assinaram um contrato no valor de 212 bilhões de dólares para a Daewoo Engineering and Construction Co. Ltd. para desenvolver o projeto.⁸² O projeto enfrentou resistência das comunidades locais e criou tensões sociais



O projeto multiuso do rio Jalaur é um dos muitos projetos hidrelétricos nas Filipinas, e é o primeiro reservatório de água em grande escala a ser construído nas regiões de Visayas e Mindanau. Segundo o Movimento Popular do Rio Jalaur, os moradores da área levantaram preocupações sobre deslizamentos, impactos ambientais e ameaças contra aqueles que se opõem à barragem. *Foto: JRPM.*

entre comunidades, empreiteiras e militares.⁸³ De acordo com a organização da sociedade civil Movimento Popular do Rio Jalaur, os membros da comunidade da zona manifestaram a sua preocupação com os deslizamentos de terras, os impactos ambientais e as ameaças contra aqueles que se opõem à barragem.⁸⁴ A rede Defend Panay — uma ampla aliança de defensores dos direitos dos povos indígenas, grupos de defesa dos direitos humanos e organizações ambientais — enviou contribuições ao escritório do alto comissariado de direitos humanos para a revisão periódica universal das Filipinas. A organização alegou que “o governo filipino implementou uma política estatal de perseguição sistemática de ativistas e organizações da sociedade civil, resultando em violações generalizadas dos direitos humanos”. Também relatou “execuções e prisões em massa sob o pretexto de cumprir mandados de busca” pela polícia e pelos militares, onde “as vítimas eram membros de um povo indígena conhecido como Tumandok, que se opunha à construção de uma megabarragem em sua terra ancestral”.⁸⁵ A Rede Memorial de Defensores de Direitos Humanos, um projeto que reúne informações sobre assassinatos de defensores de direitos humanos que trabalham em todos os setores de direitos humanos globalmente, também relatou a militarização de comunidades, bem como ameaças, intimidações e assassinatos daqueles que defendem suas terras e se opõem a grandes projetos industriais. Numa declaração de solidariedade, a rede destacou especificamente os ataques contra aqueles que se opuseram à megabarragem do projeto multiuso do rio Jalaur.⁸⁶

FACT

Caixa 12. Espaço cívico nas Filipinas

O trabalho dos defensores nas Filipinas é fortemente restringido, com a CIVICUS a classificar o país como *reprimido*. Os defensores que responsabilizam o governo ou as empresas por abusos correm o risco de enfrentar repressão, assédio, criminalização, ameaças e violência por parte da polícia, dos militares e de outros agentes estatais.

É o país asiático mais letal para os defensores, com um número estimado de 298 assassinatos entre 2012 e 2023, segundo a Global Witness.

Algumas zonas de projetos de energia foram militarizadas, o que dificulta o trabalho dos defensores. A *militarização* é o ato de trazer forças militares para uma área, ou o ato de tornar as organizações e forças policiais semelhantes a uma força militar, por exemplo, dando-lhes armas militares.

Outra prática que limita o trabalho dos defensores nas Filipinas é a prática da *marcação vermelha*. A marcação vermelha, nesse contexto, diz respeito à quando o governo acusa indivíduos e grupos de apoiar ou pertencer à insurgência comunista, ou de ter vínculos com o proibido Novo Exército Popular. O supremo tribunal das Filipinas decidiu que “a marcação a vermelho, a difamação, a rotulagem e a culpa por associação ameaçam o direito de uma pessoa à vida, à liberdade ou à segurança”.

Fonte: Acórdão do Supremo Tribunal. SC: Red-Tagging Threatens Right to Life, Liberty, and Security, Siegfred D. Deduro Vs. Maj. Gen. Eric C. Vinoya, Supreme Court Ruling, G.R. N.º 254753. 4 de julho de 2023. Parecer de concordância do Juiz Associado Sênior Marvic M.V.F. Leone, G.R. N.º 254753. 4 de julho de 2023. CIVICUS “Philippines”, Definição do Dicionário de Cambridge “Militarização”. Global Witness (2024) Missing Voices, p. 16.

Entrevista com John Ian Alenciaga, do Movimento Popular do Rio Jalaur (JRPM)

Na sua função de defensor dos direitos humanos e do ambiente, e de coordenador do Movimento Popular do Rio Jalaur (JRPM), John Ian Alenciaga trabalha para proteger os direitos do povo indígena Tumandok que se opõe ao projeto multiuso do rio Jalaur. John Ian Alenciaga é também membro do secretariado da Defend Panay Network, uma ampla aliança de defensores dos direitos dos povos indígenas, pessoas da igreja, organizações ambientais, universidades e defensores dos direitos humanos na ilha de Panay que trabalham para promover os direitos humanos, apoiar as vítimas de violações dos direitos humanos e os defensores do ambiente e dos direitos humanos que enfrentam ameaças.

No seu depoimento, aqui apresentado na íntegra, descreve a forma como os defensores têm sido visados por se oporem e levantarem questões relacionadas com o projeto multiuso do rio Jalaur.

“Apoiamos as comunidades indígenas na divulgação de sua mensagem por meio de artigos, programas de rádio e uma plataforma on-line. Fomos até a Coreia do Sul para conversar com os financiadores do projeto. Com nossa advocacy, nos tornamos alvo de ataques das forças do Estado e três de nós foram declarados persona non grata pelo governo local onde um dos projetos está localizado. Minha foto foi incluída em uma galeria de fotos de outros ativistas que foram rotulados como membros de um movimento comunista. Algumas lonas foram penduradas nas passarelas da cidade, nos rotulando como membros comunistas, e eu também fui vigiado muitas vezes. Mas



Em sua função como defensor dos direitos humanos e do meio ambiente e coordenador da organização da sociedade civil do Movimento Popular do Rio Jalaur (JRPM), John Ian Alenciaga trabalha para proteger os direitos do povo indígena Tumandok, que se opõe ao projeto multiuso do Rio Jalaur. Foto: Altermidya Panay.



Visita ao local por John Ian Alenciaga e seus colegas em 2016, onde a barragem de Jalaur está planejada para ser construída. Foto: JRPM.

isso não é nada comparado às experiências dos povos indígenas de Tumandok. Suas comunidades foram militarizadas, eles foram perseguidos, intimidados e ameaçados diariamente devido à sua forte oposição ao projeto da megabarragem. Alguns receberam ofertas de suborno somente para concordar com o projeto. Outros foram ameaçados com acusações consoante à lei de terrorismo porque foram acusados de apoiar o novo exército popular.

No início de 2020, as comunidades de Tumandok foram fortemente militarizadas até a ocorrência do massacre de 30 de dezembro. A intensa militarização começou seis meses antes do massacre. Após a aprovação da lei antiterrorismo em julho de 2020, as forças militares destacadas para as comunidades usaram a lei para intimidar ainda mais o povo Tumandok. Eles ameaçaram os moradores, dizendo que qualquer pessoa que apoiasse os rebeldes poderia ser enquadrada na lei antiterrorismo.

Os militares realizaram visitas de porta em porta, coagindo centenas de moradores a se renderem. Muitos foram forçados a confessar falsamente que eram rebeldes. Em seguida, esses indivíduos foram apresentados como “rebeldes retornados”, supostamente tendo se reintegrado à sociedade cumpridora da lei.

Durante esse período, os militares também traçaram o perfil dos Tumandok, visando especialmente seus líderes e membros mais velhos. No início de dezembro de 2020, eles solicitaram mandados de busca em vários tribunais da região da capital nacional para legitimar suas operações planejadas para 30 de dezembro. Em 29 de dezembro, mais de 300 unidades combinadas de policiais e militares foram mobilizadas por volta da meia-noite, e se dirigiram a nove aldeias para procurar os líderes Tumandok. Isso resultou na morte de nove idosos e líderes Tumandok e, pela manhã, 16 pessoas foram presas. De acordo com o exército, os nove idosos revidaram e foram mortos durante as operações, mas os depoimentos de seus familiares e de outros membros da comunidade dizem que isso não é verdade.

No dia em que os mandados de busca foram cumpridos, centenas de homens armados da polícia nacional e das forças armadas entraram nas aldeias. Da meia-noite às 5 horas da manhã, eles realizaram incursões. Tragicamente, nove Tumandok foram mortos antes que pudessem ver o nascer do sol naquele dia. Dezesesseis outros foram presos, e os agentes forjaram evidências, como armas de fogo, munição e granadas, contra eles

Apesar dos repetidos protestos, apelos e lobby dos grupos indígenas, o financiador, a empreiteira, os governos das Filipinas e da Coreia do Sul e o governo local não deram ouvidos e continuaram a levar o projeto adiante, apesar das violações”.

Análise: Suposta vigilância, marcação vermelha e assassinatos de defensores

Em fevereiro de 2024, o relator especial das Nações Unidas para a liberdade de opinião e de expressão visitou as Filipinas. Num comunicado de imprensa, manifestou a sua preocupação com a terrível situação dos direitos humanos dos defensores, com difamações, ameaças, vigilância ilegal, ataques ou mesmo mortes ilegais que suprimem o ativismo legítimo e as críticas.⁸⁷

Em um relatório encomendado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos destacou que, desde 2007, “os mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas têm repetidamente levantado preocupações sobre ameaças e difamação, detenção arbitrária, assédio legal, desaparecimentos forçados e assassinatos de defensores dos direitos humanos” nas Filipinas.⁸⁸

Em casos de violência generalizada e graves violações de direitos humanos, como nas Filipinas, as empresas devem estar cientes dos impactos adversos sobre os defensores e tomar medidas adequadas para evitá-los. Conforme o conceito de proporcionalidade dos PONU: quanto maior o risco, mais complexos devem ser os processos e mais diligentes devem ser os controles.

No seu depoimento, o entrevistado descreveu ataques contra os defensores dos direitos humanos, desde ameaças feitas aos defensores até a rotulagem de terroristas, a militarização das comunidades e mesmo a assassinatos pelas forças de segurança. Outros atores da sociedade civil, por exemplo a rede HRD Memorial, condenaram igualmente a contínua rotulagem de terror, a marcação vermelha e os assassinatos de defensores, bem como a impunidade em torno destas violações nas Filipinas.⁸⁹ Durante uma visita às Filipinas, o relator especial da ONU sobre a promoção e a proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas se reuniu com defensores dos direitos humanos, visitou Iloilo, Calinog e o projeto da megabarragem de Jalaur, além de ter se reunido com líderes indígenas de Tumandok. Sobre os acontecimentos nas aldeias de Tumandok, o relator especial escreveu: “Nove membros do povo Tumandok que se tinham oposto ao projeto da barragem foram executados pelos militares a 30 de dezembro de 2020. O seu modo de vida tradicional foi destruído pelo projeto da barragem”. A concluir o relatório, declarou ainda que “estava profundamente preocupado com o tratamento dado aos defensores dos

direitos humanos no domínio do ambiente, em especial aos membros das populações indígenas. O uso de intimidação, assédio, sequestro, acusação, prisão e execução extrajudicial por parte dos militares, com base em acusações forjadas contra defensores de direitos humanos, contraria muitas das obrigações internacionais de direitos humanos do país”.⁹⁰

Na entrevista, o entrevistado conta como a lei antiterrorismo de 2020 foi promulgada antes de as forças militares entrarem nas comunidades. A lei foi objeto de fortes críticas por parte de organizações da sociedade civil, peritos jurídicos e organismos internacionais. Vários relatores especiais da ONU expressaram sérias preocupações com a definição excessivamente ampla e vaga do terrorismo na lei, que tem sido usada para rotular muitos defensores e OSC como terroristas, e com as disposições que permitem prisões sem mandados judiciais e sem o devido processo legal.⁹¹ ONGs internacionais, como a Human Rights Watch, relatam que ativistas, líderes indígenas e defensores dos direitos humanos e do meio ambiente foram “marcados” (rotulados como insurgentes comunistas) ou acusados de terrorismo nos termos da lei.⁹² O supremo tribunal das Filipinas adverte que a “marcação vermelha, a difamação, a rotulagem e a culpa por associação” ameaçam os direitos fundamentais. Os grupos indígenas e os defensores da terra que se opõem a grandes projetos industriais estão particularmente em risco, de acordo com a HRD Memorial Network.⁹³

Políticas de segurança excessivamente rígidas com rótulos amplos e vagos de terrorismo podem afetar negativamente o espaço cívico, uma vez que dissidentes e defensores podem ser alvo de acusações de terrorismo. Para promover um ambiente mais propício aos defensores, os Estados devem formular leis antiterroristas com definições claras e delineadas do que constitui terrorismo. Estas definições devem evitar a confusão entre o trabalho legítimo dos defensores e o terrorismo, em conformidade com as recomendações do mandato do relator especial da ONU sobre a proteção e a promoção dos direitos humanos na luta contra o terrorismo.⁹⁴

De acordo com os PONU e as diretrizes da OCDE^{XI}, não são apenas os atores que cometem diretamente abusos que têm a responsabilidade de prevenir, atenuar e reparar os danos. As infrações aos direitos humanos cometidas por terceiros, como policiais, militares, fornecedores ou terceirizados, também implicam que os empresários e investidores têm a responsabilidade de agir e tomar as medidas adequadas. Quais medidas são apropriadas em cada caso. Para obter mais informações sobre as diferentes responsabilidades quando uma empresa causa, contribui ou está ligada a danos, consulte a Caixa 8. *Como as empresas devem “tomar as medidas apropriadas” conforme os PONU?*⁹⁵

O governo das Filipinas alega que a incursão de dezembro de 2020 fez parte de um plano de contrainsurgência do governo para deter os rebeldes do novo exército popular, que é favorável aos comunistas.⁹⁶ Quando a BHRRC relatou o incidente e deu às empresas a chance de responder às alegações, a principal empreiteira, a empresa coreana Daewoo Engineering & Construction Co. Ltd, não se manifestou sobre as alegações de abuso em relação ao local de seu projeto.⁹⁷

XI Para mais informações sobre os arcabouços, consulte o apêndice: International Frameworks for Protecting Human Rights Defenders in Business and Environmental Sectors (p. 71-75).

Resposta da empresa

A Swedwatch fez várias tentativas de contato com a Daewoo Engineering & Construction Co. Ltd para obter comentários sobre o assunto em questão, mas não recebeu resposta sobre o caso.

5. Conclusão

Uma transição rápida distante dos combustíveis fósseis é crucial, mas não deve aprofundar as desigualdades existentes, prejudicar as comunidades marginalizadas ou ocorrer às custas dos defensores. Para que isso aconteça, é fundamental que seja adotada uma abordagem baseada em direitos para projetos de energia renovável. Os projetos de energias renováveis exigem frequentemente uma utilização extensiva do solo, com impacto nos ecossistemas locais, recursos hídricos, biodiversidade e meios de subsistência. Os agentes estatais e empresariais devem trabalhar em conjunto para identificar, minimizar e mitigar estes impactos negativos. A defesa dos direitos humanos deve continuar sendo um princípio fundamental em todos os projetos de desenvolvimento.

A análise da Swedwatch mostra que vários projetos de energia renovável estão em países com espaço cívico restrito e pouca proteção aos direitos humanos, onde os defensores enfrentam ameaças, violência e retaliação legal. Entrevistas com defensores em Moçambique, Brasil, Honduras e Filipinas revelam falhas sistêmicas no envolvimento das partes interessadas e da comunidade, nas consultas e na avaliação do impacto ambiental e social, muitas vezes causando ou contribuindo para violações dos direitos humanos.

Os defensores relataram incidentes de ameaças, repressão, criminalização e mesmo violência letal contra defensores e comunidades que se opõem a projetos de energias renováveis. Esses relatos revelam um padrão preocupante de violações de direitos humanos, surpreendentemente familiar a abusos bem conhecidos em setores de alto risco, como mineração, petróleo e gás e agronegócio, muitas vezes às custas de comunidades e defensores.

Com base nestas constatações, argumenta-se que os governos devem tomar medidas para proteger eficazmente os defensores e garantir a existência de vias de recurso em caso de violações cometidas por agentes do Estado, empresas, polícia ou forças militares. As empresas e os investidores devem reforçar os seus processos de DDDH e envolver significativamente as partes interessadas — em especial os defensores dos direitos humanos — durante o planeamento e a execução de projetos de energias renováveis. As conclusões deste relatório também destacam a necessidade de as empresas e os investidores adotarem uma abordagem de tolerância zero a qualquer forma de retaliação ou repressão contra os defensores, e de tomarem medidas decisivas quando os seus parceiros comerciais ou terceiros estiverem implicados em tais violações.

Os defensores desempenham um papel vital na salvaguarda dos direitos humanos universais, tal como reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e outros tratados internacionais vinculantes. Seu trabalho ajuda a defender os direitos das comunidades, das mulheres, dos povos indígenas e dos trabalhadores, incluindo o acesso a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável, a segurança alimentar, os direitos à terra e o progresso em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). O reconhecimento dos defensores como aliados fundamentais nos processos de devida diligência permite que os responsáveis obtenham uma visão crítica dos riscos locais, desenvolvam estratégias de atenuação eficazes e promovam uma transição energética sustentável que respeite os direitos humanos. Por outro lado, o silenciamento dos defensores enfraquece a devida diligência e viola os seus direitos fundamentais, incluindo a liberdade de expressão, reunião, associação, acesso à informação e participação. Nos casos de violência, ameaça a sua integridade física e mesmo a sua vida. Garantir que as vozes dos defensores sejam ouvidas é essencial para proteger os direitos humanos, e promover um desenvolvimento responsável e sustentável.

Os governos devem assegurar um ambiente propício para que os defensores manifestem as suas preocupações e comuniquem os impactos dos projetos sem receio de retaliações. Os governos, as empresas e os participantes financeiros envolvidos em projetos de energia renovável em países com altos riscos para os defensores devem, portanto, proteger e respeitar os direitos dos defensores, e prestar muita atenção aos riscos aos direitos humanos enfrentados pelos defensores, especialmente os de grupos marginalizados, como mulheres e grupos indígenas. Entretanto, mesmo em países com um espaço cívico mais aberto, os direitos dos defensores podem ser prejudicados quando os interesses econômicos ou as reformas urgentes têm prioridade. As empresas que operam em todos os contextos devem, por conseguinte, considerar os defensores como uma parte interessada fundamental e respeitar os seus direitos em relação aos projetos de energias renováveis. A transição energética não deve ser feita à custa dos direitos humanos e do ambiente. A energia verde deve romper, e não repetir ou manter, os padrões de repressão existentes.

Apêndice

Referências internacionais relevantes para a proteção de defensores dos direitos humanos

Os titulares de deveres — governos, empresas e outras entidades responsáveis pela defesa dos direitos humanos — operam no âmbito de arcabouços internacionais que definem as suas obrigações e orientam as suas ações. Com base no direito internacional, nos tratados e nas normas éticas, estes arcabouços estabelecem os princípios que os detentores de obrigações devem respeitar, proteger e cumprir. Esta seção examina esses arcabouços fundamentais e as ações necessárias para colocá-los em prática.

Princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos (PONU).

Adotados pelo conselho de direitos humanos da ONU em 2011, os PONU fornecem o arcabouço principal para prevenir, abordar e remediar abusos de direitos humanos relacionados a negócios por meio do DDDH. Eles descrevem as responsabilidades dos estados de se protegerem contra esses abusos, e das empresas de respeitarem os direitos humanos, identificando, prevenindo e mitigando impactos potenciais ou reais

De acordo com os PONU, os Estados têm o dever primordial de proteger os direitos humanos, incluindo os direitos humanos dos defensores, como também é destacado na declaração das Nações Unidas sobre os defensores dos direitos humanos.⁹⁸

As empresas devem garantir que suas operações e cadeias de suprimentos não prejudiquem os direitos humanos, abordar os impactos adversos que causam ou para os quais contribuem e oferecer soluções. Os PONU incentivam as empresas a se relacionarem com os defensores dos direitos humanos, reconhecendo seu papel vital na promoção da responsabilidade e da transparência. Conforme destacado no relatório do grupo de trabalho da ONU sobre empresas e direitos humanos, *The Guiding Principles on Business and Human Rights: Guidance on Ensuring Respect for Human Rights Defenders*, estados devem proteger os defensores e impedir a obstrução de seu trabalho legítimo. As empresas são orientadas a consultar os defensores durante a DDDH, reconhecendo seu papel de vigilantes e defensores das partes interessadas, comunidades, trabalhadores, grupos indígenas e outros afetados pelas atividades empresariais.

Diretrizes da OCDE para multinacionais sobre conduta empresarial responsável

As diretrizes da OCDE para multinacionais sobre conduta empresarial responsável (diretrizes da OCDE)⁹⁹ publicadas pelos governos membros da OCDE fornecem recomendações para empresas multinacionais sobre tópicos como direitos humanos, direitos trabalhistas, meio ambiente, tributação e outras responsabilidades comerciais. Quanto aos defensores dos direitos humanos, as diretrizes da OCDE

promovem o estado de direito e o espaço cívico seguro, incentivando as empresas a respeitarem os direitos dos defensores, a promoverem relatórios seguros sobre os impactos nos negócios, e a evitarem e tratarem os danos causados por represálias.

A OCDE atualizou as diretrizes em 2023, com alterações que incluem proteções mais fortes para pessoas e grupos em risco. Isso inclui os defensores que levantam questões relacionadas à responsabilidade corporativa, ou seja, pedindo que os governos aprimorem o estado de direito e o espaço cívico, criem um ambiente político favorável (Prefácio: parágrafo 6) e peçam às empresas que se abstenham de ações discriminatórias, disciplinares e represálias contra trabalhadores e sindicatos, inclusive impedindo o uso de represálias em sua própria empresa ou por parceiros comerciais.¹⁰⁰

FACT

Devida diligência em direitos humanos e riscos para os defensores

A proteção dos defensores e o respeito pelos seus direitos é um dever jurídico dos Estados e uma responsabilidade das empresas. A DDDH, tal como definida nos PONU, nas diretrizes da OCDE e nas orientações conexas, é essencial para prevenir e atenuar os danos causados aos defensores.

Ataques graves contra defensores, como assassinatos e agressões, geralmente são precedidos por táticas não violentas, como campanhas de difamação, detenções arbitrárias, vigilância e assédio judiciário. Esses sinais de alerta precoce são frequentemente ignorados, mas são cruciais para prevenir a violência.

Uma DDDH eficaz envolve o monitoramento do ambiente em que os defensores operam, o envolvimento com eles para entender seus desafios e a identificação de ameaças, como leis restritivas ou retórica que retrata os defensores como “inimigos do Estado”. Grupos específicos, incluindo mulheres, defensores indígenas e aqueles que lidam com questões sensíveis, como direitos à terra, geralmente enfrentam riscos maiores.

Além disso, a DDDH deve considerar os contextos específicos e as articulações que podem exacerbar os riscos para determinados grupos de defensores. Mulheres defensoras dos direitos humanos, defensores indígenas e aqueles que trabalham com questões polêmicas, como direitos à terra ou responsabilidade corporativa, muitas vezes enfrentam ameaças maiores.

Ao reconhecer esses riscos com antecedência, os estados e as empresas podem tomar medidas proativas para proteger os defensores, garantindo que eles possam trabalhar com segurança e sem medo. Essa abordagem proativa é fundamental para a DDDH e promove um ambiente de apoio para que os defensores continuem seu trabalho fundamental.

A Convenção de Aarhus

Adotada em 1998 e assinada por 47 países da Europa e da Ásia Central, a convenção de Aarhus estabelece direitos fundamentais para capacitar indivíduos e a sociedade civil em questões ambientais. Esses direitos, vitais para os defensores do meio ambiente, incluem a garantia de acesso a informações ambientais, a participação pública na tomada de decisões e o acesso à justiça, permitindo que os cidadãos contestem as violações desses direitos.

Um dos principais pilares da convenção de Aarhus é o direito de acesso às informações ambientais, permitindo que os cidadãos obtenham dados das autoridades públicas. Esta transparência promove a tomada de decisões informadas e capacita as comunidades para enfrentarem os desafios ambientais.

Para garantir que estes princípios sejam respeitados, a convenção exige que as autoridades públicas promovam a transparência, a participação e a responsabilização, transformando os compromissos políticos em ações práticas.¹⁰¹

Os princípios voluntários sobre segurança e direitos humanos

Os princípios voluntários sobre segurança e direitos humanos ajudam as empresas a identificar e a abordar os riscos para os direitos humanos nas suas interações com os prestadores de serviços de segurança públicos e privados. Estes princípios são especialmente relevantes para as questões que envolvem os defensores dos direitos humanos, salientando a prevenção, a atenuação e a resposta às violações dos direitos humanos. A orientação foca nos seguintes aspectos: 1) realização de avaliações de risco para a equipe, as comunidades e o patrimônio; 2) redução do risco de abuso durante o envolvimento com as forças de segurança pública; 3) orientação sobre práticas de segurança privada.¹⁰² As empresas que aderem aos princípios também são orientadas a “abordar questões subjacentes que criam condições para conflitos, incluindo a repressão aos defensores dos direitos humanos”.¹⁰³

Embora voltados principalmente para os setores extrativista e de agronegócio, os princípios também valem para setores como o de energia renovável. As empresas são estimuladas a reconhecer e engajar os defensores dos direitos humanos, implementar e divulgar políticas de tolerância zero para ameaças e ataques, incluir os defensores nas avaliações e consultas de risco, e fornecer soluções seguras e acessíveis para as violações

A diretiva da UE sobre devida diligência de sustentabilidade corporativa

A diretiva da UE sobre a devida diligência de sustentabilidade corporativa (CSDDD), conforme adotada em 2024, seria destinada às grandes empresas da UE com mais de mil funcionários e um faturamento anual superior a 450 milhões de euros, bem como às empresas de fora da UE que geram o mesmo faturamento dentro da UE. No

momento da redação deste artigo, a diretiva está sendo reformulada, seguindo uma proposta da comissão europeia, o pacote Omnibus, para enfraquecer as regras da UE sobre sustentabilidade, relatórios e devida diligência. As alterações em matéria de contabilidade, auditoria, CSRD, CSDDD e outras deverão ser decididas em 2025.

O objetivo inicial da CSDDD é garantir que as empresas identifiquem e tratem os impactos adversos nos direitos humanos e no ambiente das suas operações e cadeias de abastecimento. As empresas abrangidas pela diretiva devem integrar a devida diligência em suas políticas e sistemas de gerenciamento de riscos. Isso implica a necessidade de identificar e avaliar e, quando necessário, priorizar, prevenir e mitigar, bem como cessar e minimizar a extensão dos impactos adversos reais e potenciais sobre os direitos humanos e o meio ambiente, ao mesmo tempo em que oferece reparação em relação aos impactos adversos reais. Uma parte importante deste processo é a necessidade de estabelecer um compromisso significativo com as partes interessadas, bem como de criar e manter um mecanismo de notificação e um procedimento de reclamação. Além disso, as empresas precisam monitorar a eficácia das medidas tomadas, de acordo com os requisitos previstos na diretiva, e comunicar publicamente sobre sua devida diligência.¹⁰⁴

Para cumprir com as obrigações de devida diligência, as empresas precisariam tomar medidas apropriadas com relação à identificação, prevenção, término, minimização e remediação de impactos adversos. Além disso, as empresas precisam de estabelecer um compromisso significativo com as partes interessadas ao longo do processo de devida diligência.¹⁰⁵

De acordo com a diretiva, o envolvimento efetivo deve abranger o fornecimento de informações relevantes e completas às partes interessadas consultadas, bem como a consulta contínua que permita a interação e o diálogo genuínos no nível apropriado (ou seja, no nível do projeto ou do local) e com a periodicidade adequada. O compromisso significativo com as partes interessadas consultadas deve levar em conta as barreiras ao compromisso e garantir que as partes interessadas estejam livres de retaliação e retribuição, inclusive mantendo a confidencialidade e o anonimato. Deve-se dar atenção especial às necessidades das partes interessadas vulneráveis, e à sobreposição de vulnerabilidades e fatores de interseção, inclusive considerando os grupos ou comunidades potencialmente afetadas. Por exemplo, aqueles protegidos pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e aqueles cobertos pela Declaração das Nações Unidas sobre os Defensores dos Direitos Humanos.¹⁰⁶ Há situações em que não será possível realizar um engajamento significativo com as partes interessadas consultadas, ou em que o engajamento com perspectivas adicionais de especialistas é útil para permitir que a empresa cumpra integralmente os requisitos da diretiva. Nesses casos, as empresas também devem consultar especialistas, inclusive organizações da sociedade civil, pessoas físicas ou jurídicas que defendam os direitos humanos, ou o meio ambiente, de modo a obter uma visão confiável dos impactos adversos reais ou potenciais.

Além disso, a diretiva CSDDD 2024 afirma que as empresas devem oferecer a possibilidade de pessoas e organizações apresentarem reclamações diretamente a elas em caso de preocupações legítimas com relação a impactos adversos reais ou potenciais sobre os direitos humanos e o meio ambiente. As pessoas e organizações

que podem apresentar tais queixas devem incluir pessoas afetadas ou que tenham motivos razoáveis para acreditar que possam ser afetadas pelas atividades comerciais e os representantes legítimos dessas pessoas. Podendo incluir defensores de direitos humanos, sindicatos e outros representantes daqueles que trabalham na cadeia de atividades em questão, além de organizações da sociedade civil ativas e experientes nas áreas relacionadas ao impacto ambiental adverso que é objeto da reclamação.¹⁰⁷ As empresas devem também tomar medidas razoáveis para evitar qualquer forma de retaliação, assegurando a confidencialidade da pessoa ou organização que apresenta a queixa ou notificação, em conformidade com a legislação nacional.

Muitas organizações da sociedade civil, incluindo a Swedwatch, criticaram¹⁰⁸ o pacote Omnibus e a diluição da diretiva, e defendem que a diretiva seja promulgada pelos estados-membros em sua versão atual.

O acordo de Escazú

O acordo de Escazú, adotado em 2018, é um tratado inovador destinado a reforçar os direitos ambientais na América Latina e Caribe. Ele exige que os estados signatários garantam o acesso a informações ambientais, promovam a participação pública na tomada de decisões e garantam o direito à justiça em questões ambientais. Também obriga os Estados a oferecer proteção aos defensores dos direitos humanos, garantindo um ambiente seguro e propício, livre de ameaças. Até outubro de 2024, 24 países haviam assinado o acordo e 17 o ratificaram, tornando suas disposições juridicamente vinculantes.

Notas finais

- 1 Swedwatch (2021) Murky waters - Environmental and human rights impacts of natural rubber processing in Liberia. Available from: <https://swedwatch.org/wp-content/uploads/2021/02/reportmurkywaters.pdf>
Swedwatch (2020) Still overlooked - Communities affected by jade mining operations in Myanmar, and the responsibilities of companies providing machinery. Available from: <https://swedwatch.org/wp-content/uploads/2021/01/97myanmar200610uppslagny.pdf>
Swedwatch (2019) Undercutting rights – human rights and environmental due diligence in the tropical forestry sector. A case study from Cameroon. Available from: https://swedwatch.org/wp-content/uploads/2019/02/Tropiskt-timmer_190221_93.pdf
Swedwatch (2017) No business, no rights - Human rights impacts when land investments fail to include responsible exit strategies. The case of Addax Bioenergy in Sierra Leone. Available from: https://swedwatch.org/wp-content/uploads/2017/11/86_Sierra-Leone_NY.pdf
- 2 UNFCCC, 13 December 2023, COP28 Agreement Signals “Beginning of the End” of the Fossil Fuel Era, <https://unfccc.int/news/cop28-agreement-signals-beginning-of-the-end-of-the-fossil-fuel-era>. (Accessed: 6 February 2025).
- 3 See i.e. Environment & Land Case 163 of 2014 (Formerly Nairobi ELC 1330 of 2014), Kenya. Available at: <https://kenyalaw.org/caselaw/cases/view/152078> (Accessed: 6 November 2024), and International Alert (2022) Green Energy transition – Peace and Security Impacts. Available at: <https://www.international-alert.org/app/uploads/2022/09/Green-Energy-Transition-Peace-Security-Impact-EN-2022.pdf>. (Accessed: 20 October 2024), and Brannstrom, C. et. al (2017) ‘Is Brazilian wind power development sustainable? Insights from a review of conflicts in Ceará state’, Renewable and Sustainable Energy Reviews. Volume 67. P. 62-71. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1364032116304804>. (Accessed: 11 November 2024).
- 4 Balotari-Chiebáo & Byholm (2024). ‘Quantifying land impacts of wind energy: a regional-scale assessment in Finland’, Environment, Development and Sustainability. Available at: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10668-024-05048-9>. (Accessed: 30 October 2024).
- 5 International Alert (2022). Green Energy transition – Peace and Security Impacts. Available at: <https://www.international-alert.org/app/uploads/2022/09/Green-Energy-Transition-Peace-Security-Impact-EN-2022.pdf>. (Accessed: 20 October 2024).
- 6 World Benchmarking Alliance, Engaging with affected stakeholders improves companies’ human rights and decent work practices, yet only 9% of companies do so, <https://www.worldbenchmarkingalliance.org/publication/social/findings/engaging-with-affected-stakeholders-improves-companies-human-rights-and-decent-work-practices-yet-only-9-of-companies-do-so/>. (Accessed: 16 January 2025).
- 7 Swedwatch (2019) Defenders at risk, Available at: <https://swedwatch.org/wp-content/uploads/2021/01/95mr-forsvarengelskauppslagwebb201202.pdf>
- 8 Swedwatch (2024) Investing responsibly. Why Financial Sector Accountability is Key to Fair Transition. Available from: <https://swedwatch.org/themes/a-call-for-financial-sector-accountability-in-the-energy-transition/>
- 9 Business & Human Rights Resource Centre (2016) Press Release: 50 renewable energy companies’ human rights policies & records examined. Available at: <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/press-release-50-renewable-energy-companies-human-rights-policies-records-examined/> (Accessed: 13 November 2024).
- 10 Data provided by the Business & Human Rights Resource Centre. For more info, see: <https://www.business-humanrights.org/en/big-issues/human-rights-defenders-civic-freedoms/>.
The Global Energy Monitor – Projects. Available from: <https://globalenergymonitor.org/projects/>. (Accessed 5 March 2025).
- 11 The Global Energy Monitor – Projects. Available from: <https://globalenergymonitor.org/projects/>. (Accessed 5 March 2025).
- 12 Paris Agreement, 2015. Available from: https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf. (Accessed: 15 November 2024).
- 13 United Nations Climate Change, United Arab Emirates Just Transition Work Programme, <https://unfccc.int/topics/just-transition/united-arab-emirates-just-transition-work-programme>. (Accessed: 6 February 2025).
- 14 IndustriALL, COP29: A major setback for workers <https://www.industriall-union.org/cop29-a-major-setback-for-workers>. (Accessed: 6 February 2025).
- 15 IEA (2021) Net Zero by 2050. Available from: <https://www.iea.org/reports/net-zero-by-2050>. (Accessed: 10 November 2024).
IRENA (2023) Tripling renewable power and doubling energy efficiency by 2030: Crucial steps towards 1.5°C. Available from: <https://www.irena.org/Digital-Report/Tripling-renewable-power-and-doubling-energy-efficiency-by-2030>. (Accessed: 13 November 2023)
- 16 IEA (2024). World Energy Investment 2024. Overview and Key Findings. Available at: <https://www.iea.org/reports/world-energy-investment-2024/overview-and-key-findings> (Accessed: 3 November 2024).
- 17 IEA (2024), Renewables 2023 - Analysis and forecast to 2028. Available at: <https://www.iea.org/reports/renewables-2023/electricity> (Accessed: 6 November 2024)
- 18 IEA (2024), Share of renewable electricity generation by technology, 2000-2028, IEA, Paris <https://www.iea.org/data-and-statistics/charts/share-of-renewable-electricity-generation-by-technology-2000-2028>. Licence: CC BY 4.0.

- 19 COP28 (2023) The Global Renewables and Energy Efficiency Pledge. Available at: <https://www.cop28.com/en/global-renewables-and-energy-efficiency-pledge>. (Accessed: 30 October 2024).
- 20 REN21 (2024) Global Overview – Policy. Available from: https://www.ren21.net/gsr-2024/modules/global-overview/02_policy/, RELAC, RENovables in Latin America and the Caribbean, 2019 Available from: <https://hubenergia.org/en/relac>. (Accessed: 26 January 2025).
- 21 Saunders, P.J (2024). Land Use Requirements of Solar and Wind Power Generation: Understanding a Decade of Academic Research. Arlington: Energy Innovation Reform Project. P. 40.
- 22 International Service for Human Rights (2024) Declaration on human rights defenders. Available at: <https://ishr.ch/defenders-toolbox/resources/declaration-25/>. (Accessed: 6 November 2024).
- 23 Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights defenders, A/79/123, 2024, Available from: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n24/200/92/pdf/n2420092.pdf>. (Accessed: 11 November 2024).
- 24 For an example on disproportionate gender impacts see i.e. Swedwatch (2022) Prerequisite for Peace – The critical role of responsible business conduct in conflict prevention in Liberia and Sierra Leone. Available from: <https://swedwatch.org/publication/companies-impact-womens-rights-and-social-conflict-in-liberia-and-sierra-leone/>. (Accessed: 10 November 2024).
- 25 See i.e. V-Dem Institute (2024). Democracy Report 2024: Democracy Wining and Losing at the Ballot. P. 19-28. Available at: https://v-dem.net/documents/44/v-dem_dr2024_highres.pdf. (Accessed: 30 October 2024); International IDEA (2024). The Global State of Democracy. Chapter Global trends. Available from: <https://www.idea.int/gso/2024/chapters/global-trends/>. (Accessed: 6 November 2024)
- 26 See i.e. the conceptual briefing in Transnational Institute (2018) On “shrinking space”. Available from: https://www.tni.org/files/publication-downloads/on_shrinking_space_2.pdf. (Accessed: 11 November 2024).
- 27 Front Line Defenders (2024) Global Analysis 2023/24. Available from: <https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/global-analysis-202324>. (Accessed: 13 November 2024).
- BHRRRC (2023) Human rights defenders & business in 2022: People challenging corporate power to protect our planet. Available from: <https://www.business-humanrights.org/en/from-us/briefings/hrds-2022/human-rights-defenders-business-in-2022-people-challenging-corporate-power-to-protect-our-planet/>. (Accessed: 13 November 2024).
- 28 Global Witness (2024) Missing voices - The violent erasure of land and environmental defenders. P. 12-19. Available from <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/missing-voices/>. (Accessed: 10 November 2024).
- 29 Data provided to Swedwatch by the Business & Human Rights Resource Centre. <https://www.business-human-rights.org/en/big-issues/human-rights-defenders-civic-freedoms/>
- 30 CIVICUS (2024) CIVICUS Monitor. Available from: <https://monitor.civicus.org/>. (Accessed: 11 November 2024).
- 31 CIVICUS (2024) CIVICUS Monitor. United Kingdom. Available from: <https://monitor.civicus.org/>. (Accessed: 11 November 2024).
- 32 UN (2013) Rights defenders increasingly branded “enemies of the State” over development projects, UN expert warns. Available from: <https://reliefweb.int/report/world/rights-defenders-increasingly-branded-%E2%80%9Cenemies-state%E2%80%9D-over-development-projects-un>
- 33 See CIVICUS Monitor: Tracking Civic Space Ratings. <https://monitor.civicus.org/about/how-it-works/ratings/>
- 34 Global Witness (2024) Missing voices - The violent erasure of land and environmental defenders. Available from: <https://globalwitness.org/en/campaigns/land-and-environmental-defenders/missing-voices/#killed> (Accessed: February 27 2025).
- 35 See Global Energy Monitors datasets Wind Farm Capacity by Country/Area in Megawatts (MWac) in the Global Wind Power Tracker and Solar Farm Capacity by Country/Area in Megawatts (MWac), in the Global Solar Power Tracker.
- 36 Data from 2012-2023, from Global Witness (2024) Missing voices - The violent erasure of land and environmental defenders. Available from <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/missing-voices/>, p. 16 (Accessed: 10 November 2024).
- 37 Data from 2012-2023, from Global Witness (2024) Missing voices - The violent erasure of land and environmental defenders. Available from <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/missing-voices/>, p. 16 (Accessed: 10 November 2024).
- 38 United Nations Development Programme (2022). Heightened Human Rights Due Diligence for business in conflict-affected contexts; A Guide. New York, United States of America. Available from: <https://www.undp.org/publications/heightened-human-rights-due-diligence-business-conflict-affected-contexts-guide>. (Accessed: 28 February)
- International Alert (2022) Fuelling conflict? The impact of the green energy transition on peace and security. Available from: <https://www.international-alert.org/app/uploads/2022/09/Green-Energy-Transition-Peace-Security-Impact-EN-2022.pdf>
- 39 International Alert (2022) Fuelling conflict? The impact of the green energy transition on peace and security. Available from: <https://www.international-alert.org/app/uploads/2022/09/Green-Energy-Transition-Peace-Security-Impact-EN-2022.pdf>
- 40 Heightened Human Rights Due Diligence for Business in Conflict-Affected Contexts: A Guide. Available from: <https://www.undp.org/publications/heightened-human-rights-due-diligence-business-conflict-affected-contexts-guide>. (Accessed 14 February 2025). International Trade Administration (2024) Mozambique - Country Commercial Guide, Available from: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/mozambique-power-generation-transmission-distribution>. (Accessed: 11 November 2024).

- 41 International Trade Administration (2024) Mozambique - Country Commercial Guide, Available from: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/mozambique-power-generation-transmission-distribution>, (Accessed: 11 November 2024).
- 42 African Development Bank (2021) Country priority plan and diagnostic of the electricity sector – Mozambique. P. 12-14. Available from: <https://www.afdb.org/sites/default/files/2021/11/22/mozambique.pdf> (Accessed: 26 November 2024).
- 43 The Republic of Mozambique Ministry of Mineral Resources and Energy (2018) Integrated Master Plan Mozambique Power System Development. Chapter: 5.3-5.4 Available at: https://rise.esmap.org/data/files/library/mozambique/Electricity%20Access/Mozambique_INTEGRATED%20MASTER%20PLAN%20EDM_2018-2043.pdf, (Accessed: 26 November 2023).
- 44 Statista (2024) Hydropower capacity in selected African countries in 2023. Available from: <https://www.statista.com/statistics/1278106/leading-countries-in-hydropower-capacity-in-africa/>, (Accessed: 11 November 2024).
- 45 IEA (2024) Mozambique – renewables. Available from: <https://www.iea.org/countries/mozambique/renewables> (Accessed: 26 November 2024),
- 46 Machado, P (2023) World Bank backs mega dam threatening to displace thousands in Mozambique. Climate Home News: 6 March 2023. Available from: <https://www.climatechangenews.com/2023/03/06/world-bank-backs-mega-dam-threatening-to-displace-thousands-in-mozambique/>, (Accessed: 11 November 2024). Friends of the Earth Mozambique / Justicia Ambiental (2022) MPHANDA NKUWA DAM: A Climate Change Millstone Around Mozambique’s Neck. Available from: <https://foeafrica.org/mphanda-nkuwa-dam-a-climate-change-millstone-around-mozambiques-neck/>, (Accessed: 11 November 2024).
- 47 Reuters, Mozambique signs \$5 billion hydro-project accord with EDF-led consortium. Reuters, 13 December 2023. Available from: <https://www.reuters.com/world/africa/mozambique-signs-5-bln-hydro-project-accord-with-edf-led-consortium-2023-12-13/>, (Accessed: 11 November 2024), and EDF (2024) The consortium of EDF - TotalEnergies - Sumitomo Corporation entered into joint development agreement with the government of Mozambique for the 1,500 MW Mphanda Nkuwa hydropower project. 24 January 2024. Available from: <https://www.edf.fr/en/the-edf-group/dedicated-sections/journalists/all-press-releases/the-consortium-of-edf-totalenergies-sumitomo-corporation-entered-into-joint-development-agreement-with-the-government-of-mozambique-for-the-1500-mw-mphanda-nkuwa-hydropower-project>, (Accessed: November 2024).
- 48 TotalEnergies, Mozambique: The Consortium of EDF - TotalEnergies - Sumitomo Corporation Selected to Develop a 1,500 MW Hydropower Project. 13 December 2023. Available from: <https://totalenergies.com/media/news/press-releases/mozambique-consortium-edf-totalenergies-sumitomo-corporation-selected>. (Accessed: 11 November 2024).
- 49 See i.e. statistics from IEA (2024), Share of renewable electricity generation by technology, 2000-2028, IEA, Paris <https://www.iea.org/data-and-statistics/charts/share-of-renewable-electricity-generation-by-technology-2000-2028>, Licence: CC BY 4.0.
- 50 Soukhaphon, A., Baird., and Hogan Z.S. (2021) ‘The Impacts of Hydropower Dams in the Mekong River Basin: A Review’, Water. Available from: <https://www.mdpi.com/2073-4441/13/3/265>, (Accessed: 11 November 2024), and BHRRC (2022) Drying up. Tracking the environmental and human rights harms caused by hydropower in the Caucasus and Central Asia. Available from: https://media.business-humanrights.org/media/documents/2022_Hydropower_briefing_EN.pdf, (Accessed: 11 November 2024).
- 51 Von Sperling, E. (2012) ‘Hydropower in Brazil: Overview of Positive and Negative Environmental Aspects’, Energy Procedia. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S187661021200793X>, (Accessed: 9 November 2024).
- 52 See i.e. JA! (2024) Campaign Mphanda Nkuwa. Available from: <https://www.ja4change.com/en/campaigns/mphanda-nkuwa/> (Accessed: 11 November 2024), and for an overview of the conflict around the project, see i.e. EJ Atlas (2024) The Mphanda Nkuwa Hydropower Project, Mozambique. Last updated: 25 January 2024. Available from: <https://ejatlas.org/conflict/the-mphanda-nkuwa-hydropower-project-mozambique>, (Accessed: 11 November 2024).
- 53 Politico, Mozambique government welcomes probe into massacre at TotalEnergies gas plant. Politico: 13 October 2024. Available from: <https://www.politico.eu/article/mozambique-government-investigation-total-energies-gas-project-massacre-human-right-military/>, (Accessed: 10 November 2024), and Politico, All must be beheaded: Revelation of atrocities at French energy giants African stronghold. September 26, 2024. Available from: [https://www.politico.eu/article/totalenergies-mozambique-patrick-pouyanne-atrocities-afungi-palma-cabo-delgado-al-shabab-isis/](https://www.politico.eu/article/totalenergies-mozambique-patrick-pouyenne-atrocities-afungi-palma-cabo-delgado-al-shabab-isis/), (Accessed: 11 November 2024).
- 54 UNDP (2023) What is the Right to a Healthy Environment? Available from: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-01/UNDP-UNEP-UNHCHR-What-is-the-Right-to-a-Healthy-Environment.pdf>, (Accessed: 11 November 2024).
- 55 General Assembly resolution 2200A (XXI), 16 December 1996, International Covenant on Civil and Political Rights.
- 56 Declaration on human rights defenders, A/RES/53/144, UN General Assembly. Available from: <https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-human-rights-defenders/declaration-human-rights-defenders> (Accessed: 11 November 2024).

- 57 IDB Invest (2021) Renewable Energies in Latin America. Honduras Solar power. Available from: https://www.greenfinancelac.org/wp-content/uploads/2021/03/Renewable-Energies-in-LAC_-Honduras_-Solar-Energy-1-1.pdf (Accessed: 7 November 2024).
- 58 Scatec (2021) Factual update. August 2021. Available from: https://media.business-humanrights.org/media/documents/scatec_responsereport.pdf (Accessed: 6 November 2024).
- 59 Scatec (2024) Honduras. Available from: <https://scatec.com/locations/honduras/>, (Accessed: 9 November 2024).
- 60 Norfund (2024) Fotovoltaica. Available from: <https://www.norfund.no/investment/fotovoltaica-los-prados-sa/>, (Accessed: 11 November 2024).
- 61 Following resistance and protests against the project i, a popular vote was conducted , where a majority voted against, according to local media sources. Criterio, 97 % de la población de Namasigüe dice NO a la minería y fotovoltaicas, 18 November 2019. Available from: <https://criterio.hn/97-de-la-poblacion-de-namasigue-dice-no-a-la-mineria-y-fotovoltaicas/>, (Accessed: 11 November 2024).
- 62 In 2021 the company said it had sought inclusive dialogue with the communities impacted by the Los Prados project. Red de Abogadas Defensoras de Derechos Humanos, a network of female community lawyers representing the community members, claimed the company has made no attempts at dialogue. Red de Abogadas Defensoras de Derechos Humanos (2021) Letter to Scatec Solar. Available from: <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/rejoinder-of-network-of-women-human-rights-defenders-in-choluteca-raddh-to-scatec-solar/>. (Accessed: 11 November 2024)
- 63 In Protection International’s report Criminalisation of Human Rights Defenders, the definition of criminalisation is: “Criminalisation is characterised by its selective nature and may be defined as the use of “legal frameworks, strategies and political and legal actions with the intention of treating [the defence, promotion and protection of human rights] as illegitimate and illegal. Its ultimate aim is to attack HRDs and/or impede their work” p.4. Protection International (2015) Criminalisation of human rights defenders: Categorisation of the problem and measures in response. Available from: <https://www.protectioninternational.org/researchpublications/criminalisation-of-human-rights-defenders-categorisation-of-the-problem-and-measures-in-response/>, (Accessed: 11 November 2024).
- 64 Swedwatch 2019 Defenders at risk.
- 65 UNWG (2021) The UN Guiding Principles on Business and Human Rights: guidance on ensuring respect for human rights defenders. A/HRC/47/39/Add.2 Available from: https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-02/Formatted-version-of-the-guidance-EN_0.pdf p. 23., (Accessed: 10 November 2024).
- 66 Guiding principles on business and human rights: Implementing the United Nations ”Protect, Respect and Remedy” framework. A/HRC/17/3, 16 June 2011, UN General Assembly. Principle 16-19. Available from: https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/publications/guidingprinciplesbusinesshr_en.pdf, (Accessed: 12 November 2024).
- 67 Scatec (2023) Human Rights. Available from: <https://annualreport2023.scatec.com/esg/human-rights/> (Accessed: 11 November).
- 68 BHRRRC (2021) Scatec Solar’s response to rejoinder of Network of Women Human Rights Defenders in Choluteca (RADDH), Available from: <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/scatec-solars-response-to-rejoinder-of-network-of-women-human-rights-defenders-in-choluteca-raddh/>, (Accessed: 11 November 2024).
- 69 IEA (2024) Brazil. Energy system of Brazil. Available from: <https://www.iea.org/countries/brazil>, (Accessed: 18 November 2024).
- 70 Juarez et al (2014) ‘Development of the wind power in Brazil: Political, social and technical issues’, Renewable and Sustainable Energy Review, Vol. 39, p. 828-834. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1364032114005383>, (Accessed: 11 November 2024).
- 71 Nordic Investment Bank (2024) Brazil. Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Available from: <https://www.nib.int/loan/bons-ventos-geradora-de-energia-s-a-22559>, (Accessed: 11 November 2024).
- 72 Renewables Now (2012) CPFL Energia completes Bons Ventos acquisition for USD 537.2m. Available from: <https://web.archive.org/web/20240130222731/https://renewablesnow.com/news/cpfl-energia-completes-bons-ventos-acquisition-for-usd-5372m-283904/>, (Accessed: 11 November 2024). NIB. Agreement 14 September 2010. Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Brazil. Available from: <https://www.nib.int/loan/bons-ventos-geradora-de-energia-s-a-22559>, (Accessed: 10 November 2024).
- 73 NIB. Agreement 14 September 2010. Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Brazil. Available from: <https://www.nib.int/loan/bons-ventos-geradora-de-energia-s-a-22559>, (Accessed: 10 November 2024).
- 74 Jucá, B and Betim, F., Os ventos da economia verde não sopram para o Quilombo do Cumbe. El País: 20 November 2021. Available from: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-20/os-ventos-da-economia-verde-nao-sopram-para-o-quilombo-do-cumbe.html>, (Accessed: 11 November 2024)., and Brannstrom, C. et. al (2017) ‘Is Brazilian wind power development sustainable? Insights from a review of conflicts in Ceará state’, Renewable and Sustainable Energy Reviews. Volume 67. P. 62-71. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1364032116304804>, (Accessed: 11 November 2024).
- 75 Regional Agreement on Access to Information, Public Participation and Justice in Environmental Matters in Latin America and the Caribbean, Escazú Agreement, 2018. Available from: <https://treaties.un.org/doc/Treaties/2018/03/20180312%2003-04%20PM/CTC-XXVII-18.pdf>, (Accessed: 11 November 2024). Human Rights Watch (2024) Brazil: Join Regional Treaty on Environment, Defenders. Available from: <https://www.hrw.org/news/2024/03/26/brazil-join-regional-treaty-environment-defenders>, (Accessed: 11 November 2024)
- 76 OHCHR, Press Releases. Brazil: Systemic impunity and economic interests are killing human rights defenders one after the other, says UN expert. 19 April 2024. Available from:

- <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/04/brazil-systemic-impunity-and-economic-interests-are-killing-human-rights>, (Accessed: 11 November 2024).
- 76 OHCHR, Consultation and free, prior and informed consent (FPIC), A/HRC/39/62. 10 August 2018. Available from:
<https://www.ohchr.org/en/indigenous-peoples/consultation-and-free-prior-and-informed-consent-fpic>, (Accessed: 11 November 2024).
- ILO (1989) Indigenous and Tribal Peoples Convention, 1989 (No. 169). Available from: https://normlex.ilo.org/dyn/nrmlx_en/f?p=NORMLEXPUB:55:0::NO::P55_TYPE,P55_LANG,P55_DOCUMENT,P55_NODE:REV,en,C169./Document;
- Comissão Pró-Índio de São Paulo (2025) Quilombolas communities in Brazil. Available from: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-communities-in-brazil/>
- 77 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2024) Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH). Available from: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoas-ameaçadas-de-morte/acoes-e-programas/programa-de-protecao-aos-defensores-de-direitos-humanos-comunicadores-e-ambientalistas-ppddh>, (Accessed: 11 November 2024).
- 78 Department of Energy. The Republic of the Philippines (2024) Hydropower. Available from: <https://doe.gov.ph/hydropower>, (Accessed: 11 November 2024).
- 79 Koons, E (2024) Hydropower in the Philippines – Role and Future. Energy Tracker Asia. 11 June 2024. Available from: <https://energytracker.asia/hydropower-in-the-philippines/>, (Accessed: 11 November 2024).
- 80 Department of Energy The Republic of the Philippines (2024) Hydropower. Available from: <https://doe.gov.ph/hydropower>, (Accessed: 11 November 2024).
- 81 See i.e. See i.e. Von Sperling, E (2012) ‘Hydropower in Brazil: Overview of Positive and Negative Environmental Aspects, Energy Procedia. Volume 18, p. 110-118. Available from:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S187661021200793X>, (Accessed: 10 November 2024)., BHRR (2022) Drying up. Tracking the environmental and human rights harms caused by hydropower in the Caucasus and Central Asia. Available from: https://media.business-humanrights.org/media/documents/2022_Hydropower_briefing_EN.pdf, (Accessed: 11 November 2024). Soukhaphon, A., Baird., and Hogan Z.S. (2021) ‘The Impacts of Hydropower Dams in the Mekong River Basin: A Review’, Water. Available from: <https://www.mdpi.com/2073-4441/13/3/265>, (Accessed: 11 November 2024).
- 82 JRMP NIA (2018) Daewoo sign p2 212 billion contract Jalaur River Multipurpose Project. Available from: <https://jrmp.nia.gov.ph/?q=content/daewoo-sign-p11212-billion-contract-jalaur-river-multipurpose-project> (Accessed: 11 November 2024).
- 83 See EJ Atlas for a timeline and conflict overview, EJ Atlas (20220) Jalaur River Mega Dam Project Philippines. Available from: <https://ejatlas.org/conflict/jalaur-river-mega-dam-project-philippines>, (Accessed: 11 November 2024).
- 84 KHIS (2015) [Statement] Jalaur River for the People Movement. Available from: http://www.khis.or.kr/spaceBBS/bbs.asp?act=read&bbs=en_board&no=133&ncount=131&s_text=&s_title=&pageno=1&basic_url= (Accessed: 11 November 2024).
- 85 Submission of Defend Panay Network to the Office of the High Commissioner for Human Rights for the 4 th Cycle of the UNIVERSAL PERIODIC REVIEW on the PHILIPPINES, p. 1-4. Available from: https://upr-info.org/sites/default/files/country-document/2022-10/DefendPanayNetwork_UPR41_PHL_E_Main.pdf
- 86 HRD Memorial Network (2021) Solidarity statement – “Stop the killings of human rights defenders in the Philippines”. Available from: <https://hrdmemorial.org/solidarity-statement-stop-the-killings-of-human-rights-defenders-in-the-philippines/>, (Accessed: 11 November 2024).
- 87 UN, Philippines: UN expert calls for more sustained reforms to prevent threats and killings of journalists and activists. 2 February 2024. Available from:
<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/02/philippines-un-expert-calls-more-sustained-reforms-prevent-threats-and>, (Accessed: 12 November 2024).
- 88 UN Human Rights Council (2020) Situation of human rights in the Philippines. A/HRC/44/22. Available from: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Countries/PH/Philippines-HRC44-AEV.pdf> p. 10
- 89 HRD Memorial Network (2021) Solidarity statement – “Stop the killings of human rights defenders in the Philippines” <https://hrdmemorial.org/solidarity-statement-stop-the-killings-of-human-rights-defenders-in-the-philippines/>.
- 90 Situation of human rights in the Philippines. A/HRC/44/22, 9 August 2024, UN Human Rights Council. p. 13 Available from: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g24/102/23/pdf/g2410223.pdf>, (Accessed: 10 November 2024).
- 91 UN, 2020, OL PHL 4/2020. 29 June 2020. Available from: <https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownloadPublicCommunicationFile?gId=25384> (Accessed: 12 November).
- 92 Human Rights Watch (2024) Philippines: Supreme Court Rejects ‘Red-Tagging’. Available from:
<https://www.hrw.org/news/2024/05/08/philippines-supreme-court-rejects-red-tagging>, (Accessed: 11 November).
- 93 HRD Memorial Network (2021) Solidarity statement – “Stop the killings of human rights defenders in the Philippines” <https://hrdmemorial.org/solidarity-statement-stop-the-killings-of-human-rights-defenders-in-the-philippines/>
- 94 See i.e. the report prepared under the aegis of the Mandate of the United Nations Special Rapporteur on the Protection and Promotion of Human Rights while Countering Terrorism, Charbord, A & Aoláin, F.N. (2018) The Role of Measures to Address Terrorism and Violent Extremism on Closing Civic Space. Available from: https://www.icnl.org/wp-content/uploads/civil_society_report_-_final_april_2019.pdf (Accessed: 10 November 2024), and International Center for Not-for-Profit Laws’ (ICNLS) webpage on counterterrorism & security that gathers diffe-

- rent sources, papers, on terrorism and security laws and their compatibility with fundamental freedoms and human rights, ICNL (2024) Counterterrorism & Security. Available from: <https://www.icnl.org/our-work/counter-terrorism-security> (Accessed: 10 November 2024).
- 95 See 'How should business enterprises 'take appropriate action' according to the PRNUs?', Box p. 45).
- 96 Eco-business, Indigenous leader in Philippines 'red-tagged' and killed over dam opposition. 9 February 2021. Available from: <https://www.eco-business.com/news/indigenous-leader-in-philippines-red-tagged-and-killed-over-dam-opposition/> (Accessed: 10 November 2024).
- 97 Business and Human Rights Resource Centre (2021) Philippines: Civil society condemns Panay massacre of Indigenous leaders resisting Jalaur Mega Dam; bank financing the dam responds, Available from: <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/philippines-civil-society-condemns-panay-massacre-of-indigenous-leaders-resisting-jalaur-mega-dam-bank-financing-the-dam-responds/> (Accessed: 12 February 2025).
- 98 General Assembly (1999) Declaration on human rights defenders, A/RES/53/144. Available from: <https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-human-rights-defenders/declaration-human-rights-defenders> (Accessed: 11 November 2024).
- 99 OECD (2018) OECD Due Diligence Guidance for Responsible Business Conduct. Available from: <https://mneguidelines.oecd.org/due-diligence-guidance-for-responsible-business-conduct.htm>, (Accessed: 15 November 2024).
- 100 Other mentions of defenders: Chapter II (General Policies), paragraphs 9 and 10; commentary 14; Chapter IV (Human Rights), commentary 45; Part II (Procedures): paragraph I.C.9; commentaries 26, 27, 28, and 47) in the OECD (2023), OECD Guidelines for Multinational Enterprises on Responsible Business Conduct, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/81f92357-en>. (Accessed: 13 November 2024).
- 101 Aarhus Convention, 25th June 1998. Available from: <https://aarhus.osce.org/about/aarhus-convention> (Accessed: 11 November 2024).
- 102 VPI (2000) The Voluntary Principles on Security and Human Rights. Available from: <https://www.voluntaryprinciples.org/the-principles/>, (Accessed: 13 November 2024). Available from: and VPI (2023) Guidance on Respecting the Rights of Human Rights Defenders Guidance on Respecting the Rights of Human Rights Defenders. Available from: <https://www.voluntaryprinciples.org/resource/guidance-on-respecting-the-rights-of-human-rights-defenders/>, (Accessed: 13 November 2024).
- 103 VPI (2023) Guidance on Respecting the Rights of Human Rights Defenders Guidance on Respecting the Rights of Human Rights Defenders. Available from: <https://www.voluntaryprinciples.org/resource/guidance-on-respecting-the-rights-of-human-rights-defenders/>, (Accessed: 13 November 2024). P.3
- 104 Directive 2024/1760, Corporate Sustainability Due Diligence (CSDDD), European Commission, 2024. §38.
- 105 Directive 2024/1760, Corporate Sustainability Due Diligence (CSDDD), European Commission, 2024. §40.
- 106 Directive 2024/1760, Corporate Sustainability Due Diligence (CSDDD), European Commission, 2024. §60.
- 107 Directive 2024/1760, Corporate Sustainability Due Diligence (CSDDD), European Commission, 2024. §59.
- 108 Swedwatch (2025) Pressmeddelande: Läckt dokument avslöjar risk för kraftigt försvagade hållbarhetslagar i EU. Available from: https://www.mynewsdesk.com/se/swedwatch/pressreleases/laeckt-dokument-avsloelar-risk-foer-kraftigt-foersvagade-haallbarhetslagar-i-eu-3371600?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=Alert&utm_content=pressrelease, (Accessed 5 March 2025).



ATENÇÃO 

Rede Elétrica Subterrânea
Proibido Escavar nas Proximidades

RISCO DE MORTALIDADE

